

KIT DE FERRAMENTAS DE ADVOCACIA

INFLUENCIANDO A AGENDA DE
DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

Um programa de parceria entre



Em colaboração com



Colaborador pelo Toolkit



SUSTAINABLE DEVELOPMENT 2015
Putting stakeholders at the core of post-Rio+20 processes

AUTORES E AGRADECIMENTOS

PRINCIPAIS AUTORES E PESQUISADORES: Amy Cutter (Stakeholder Forum), Ian Fenn (Stakeholder Forum) e Freya Seath (CIVICUS).

CONSULTORES DO KIT DE FERRAMENTAS: Katsuji Imata (consultor independente), Gerasimos Kouvaras (consultor independente).

CONTRIBUIDORES: Chantal Line Carpentier (UNDESA), Anna Coopman (Stakeholder Forum), Patricia Deniz (CIVICUS), Radmila Evanics (CIVICUS), Dorothee Guéneux (CIVICUS), Jeffery Huffines (CIVICUS; Associado do Grupo de ONGs), Mark Nowotny (Restless Development), Ann Pfeiffer (Stakeholder Forum), Leida Rijnhout (Gabinete Europeu do Ambiente; Associada do Grupo de ONGs), Umberto Sconfienza (Stakeholder Forum), Amy Taylor (CIVICUS), Magda Toma (IFP) e Farooq Ullah (Stakeholder Forum).

Agradecemos os membros da AGNA e IPF e todas as outras organizações que contribuíram com os estudos de caso para este kit de ferramentas.

DESIGNER DE IMPRESSOS: Faye Arrowsmith, www.flogo-design.co.uk



O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2015

Desenvolvimento Sustentável 2015 (DS2015), um programa de engajamento multistakeholder dirigido por Stakeholder Forum e CIVICUS, em colaboração com a UN DESA.

O programa DS2015 tem como objetivo aumentar a participação dos stakeholders no processo para negociar um novo quadro global para erradicar a pobreza através do desenvolvimento sustentável, conhecido como a agenda de desenvolvimento pós-2015. O DS2015 fornece ferramentas e oportunidades para todos os stakeholders contribuir dentro da agenda e ajudar a construir um futuro mais sustentável, através de cinco áreas de foco: a sensibilização; o aumento do engajamento; a capacitação dos stakeholders; a coordenação da advocacia; e o fortalecimento da governança.

DS2015 é realizado com o apoio financeiro da União Europeia.

Veja www.SD2015.org para mais informação e recursos, ou para contribuir um blog descrevendo suas próprias atividades de advocacia relacionadas à agenda de desenvolvimento pós-2015.

SOBRE OS PARCEIROS DO PROGRAMA DS2015



CIVICUS

CIVICUS é uma rede global de organizações da sociedade civil e ativistas dedicados ao fortalecimento da ação cidadã e da sociedade civil ao redor do mundo

Fundada em 1993 e orgulhosamente sediada no Sul global, CIVICUS tem membros em mais de 120 países ao redor do mundo, e tem como visão uma comunidade mundial de cidadãos informados, inspirados, e comprometidos em atuar no combate aos desafios que a humanidade enfrenta.

CIVICUS trabalha para fortalecer a sociedade civil através do monitoramento e pesquisa, analisando, e influenciando eventos globais, processos e tendências que impactam a sociedade civil. Ela também reúne a sociedade civil para produzir e compartilhar conhecimentos e entrar em ação.

www.civicus.org / info@civicus.org



O STAKEHOLDER FORUM

Stakeholder Forum é uma organização internacional que trabalha para promover o desenvolvimento sustentável e a democracia a nível global. Nosso trabalho visa reforçar que as tomadas de decisões

internacionais sejam abertas, responsáveis, e participativas no desenvolvimento sustentável através do aumento da participação de stakeholders em processos intergovernamentais.

Stakeholder Forum trabalha com uma gama diversa de stakeholders a nível global no desenvolvimento de políticas internacionais e na advocacia; engajamento de stakeholders e consultação; mídia e comunicações e capacitação- tudo com o grande objetivo de promover resultados progressivos sobre o desenvolvimento sustentável através de uma abordagem aberta e participativa.

www.stakeholderforum.org / info@stakeholderforum.org



UN DESA (COLABORADOR SD2015)

O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA) trabalha em conjunto com governos e stakeholders para ajudar países ao redor do mundo alcançar seus objetivos econômicos, sociais, e ambientais.

Dentro da UN DESA, a Divisão para o Desenvolvimento Sustentável (DSD) fornece liderança promovendo e coordenando a implementação da agenda de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, incluindo o apoio à participação efetiva dos Maiores Grupos (como definido na Agenda 21) nos processos políticos da ONU e seu trabalho analítico e de desenvolvimento de capacidades.

Plataforma do Conhecimento de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: www.sustainabledevelopment.un.org

COLABORADOR DO KIT DE FERRAMENTAS DE ADVOCACIA O FÓRUM INTERNACIONAL DAS PLATAFORMAS NACIONAIS DE ONGS (IFP/IFP)



O Kit de Ferramentas de Advocacia DS2015 foi produzido com o apoio e contribuição do IFP, incluindo o fornecimento de estudos de caso.

O IFP é uma rede global composta por 56 plataformas nacionais de ONGs (reunindo mais de 21 000 ONGs), que se encontram em 5 continentes diferentes e 7 coalizões regionais.

O IFP existe como uma parceria para ter um impacto positivo em causas como a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, a promoção da justiça social e da paz ao redor do mundo. Facilitando a coleta, articulação, e intercâmbio de informações bem como o conhecimento entre os seus membros, influenciando as políticas públicas globais afetando o desenvolvimento, e fortalecendo a capacidade das plataformas regionais e nacionais de ONGs e seus membros.

A Assembléia Geral do IFP 2011 identificou o trabalho em torno da agenda de desenvolvimento pós-2015 como uma das prioridades da IFP e, desde então, o IFP bem como seus membros estão seguindo e contribuindo nos debates, promovendo as vozes dos mais afetados pela pobreza e exclusão.

Contato: www.ong-ngo.org / secretariat@ong-ngo.org

APOIO FINANCEIRO

A UNIÃO EUROPEIA

O programa DS2015 é realizado com o apoio financeiro da União Europeia.



FONDATION DE FRANCE

O DS2015 Kit de Ferramentas de Advocacia foi produzido com o apoio financeiro da Fondation de France.



As opiniões expressas neste documento refletem apenas as opiniões dos parceiros e colaboradores.

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	5
INTRODUÇÃO	6
PARTE 1	
A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015: O QUE É, E COMO VOCÊ PODE SE ENGAJAR?	7
1. PROCESSOS DO PÓS-2015	7
1.1 PROCESSO INTERGOVERNAMENTAL SOBRE OS ODS	7
1.2 FAIXA DO PÓS-ODM CONDUZIDO PELO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU	11
2. CONVERGÊNCIA DAS FAIXAS DO ODS E DO PÓS-ODM	13
3. OUTROS PROCESSOS INTERGOVERNAMENTAIS RELEVANTES	14
3.1 COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DE PERITOS SOBRE O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	14
3.2 O FÓRUM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL	15
4. OUTRAS INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL E STAKEHOLDERS RELACIONADAS COM A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015	17
PARTE 2	
ELABORANDO UMA ESTRATÉGIA DE ADVOCACIA PÓS-2015	18
1. O QUE É ADVOCACIA?	18
2. POR QUE DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA DE ADVOCACIA?	18
3. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS STAKEHOLDERS	18
4. CONSTRUINDO AS BASES PARA UMA ADVOCACIA DE SUCESSO	
4.1 ENTENDA A AGENDA: FAÇA SUA PESQUISA E REÚNA SUAS PROVAS	19
4.2 ENTENDA A AGENDA DESDE O NÍVEL NACIONAL ATÉ O NÍVEL GLOBAL	21
4.3 TRABALHANDO EM PARCERIA	22
4.4 CRONOGRAMAS	24
5. PASSOS PARA DESENVOLVER SUA ESTRATÉGIA DE ADVOCACIA PÓS-2015	25
PASSO 1: SELECIONE SUAS PRIORIDADES DO PÓS-2015	26
PASSO 2: IDENTIFIQUE O SEU PÚBLICO-ALVO	29
PASSO 3: CRIE SUA(S) MENSAGEM(ENS)	32
PASSO 4: ESCOLHA O(S) SEU(S) MENSAGEIRO(S)	35
PASSO 5: IDENTIFIQUE OPPORTUNIDADES E ATIVIDADES PARA TRANSMITIR SUAS MENSAGENS	36
PASSO 6: FAÇA UM BALANÇO E IDENTIFIQUE LACUNAS	44
PASSO 7: GERENCIE RISCOS	45
PASSO 8: MONITORE E AVALIE O PROGRESSO E IMPACTO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
ANEXO 1: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	52
ANEXO 2: MODELOS DE FERRAMENTAS	54
ANEXO 3: LEITURA ADICIONAL	66

FERRAMENTAS



1.	TABELA PARA O PLANEJAMENTO DE PESQUISA	21
2.	MODELO DE PLANO DE AÇÃO	25
3.	MATRIZ DE ESCOLHA DE QUESTÕES	26
4.	MATÉRIA DE CAPA DE JORNAL	28
5.	MAPEANDO E ANALISANDO O SEU PÚBLICO-ALVO	30
6.	DESENVOLVENDO MENSAGENS SECUNDÁRIAS COM BASE EM EVIDÊNCIA	33
7.	IDENTIFICANDO E PLANEJANDO OPORTUNIDADES	36
8.	REGISTRO DE LOBBY	41
9.	ANÁLISE SWOT	44
10.	CONSTRUINDO UM ORÇAMENTO	45
11.	ANÁLISE DE RISCOS	46
12.	LISTA DE CONTROLO DE PLANEJAMENTO	47

ESTUDOS DE CASO



1.	MECANISMOS DE VIGILÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL CONDUZEM O MOVIMENTO ANTI-CORRUPÇÃO A NÍVEL LOCAL NO NEPAL	19
2.	OBTENDO LEGITIMIDADE E AUMENTANDO INFLUÊNCIA NA POLÍTICA NA AGENDA PÓS-2015 ATRAVÉS DA PESQUISA PARTICIPATIVA NA BOLÍVIA	20
3.	CONSTRUINDO ALIANÇAS PARA A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015: UMA EXPERIÊNCIA DE UMA OSC INDONÉSIO	24
4.	‘A GAROTA QUE CALOU O MUNDO DURANTE 5 MINUTOS’	35
5.	“VENEZUELA, ONDE VOCÊ ESTÁ INDO?” UMA ABORDAGEM PARTICIPATIVA PARA UMA CAMPANHA DE ADVOCACIA	37
6.	“VOCÊ RECEBE O QUE DÁ” (JE KRIJGT WAT JE GEEFT): UMA CAMPANHA DE ADVOCACIA INTEGRADA NA HOLANDA	38
7.	CAMPANHA PÚBLICA MELHORA TRANSPARÊNCIA DE AJUDA NA CORÉIA	42
8.	VITÓRIA MAASAI NA QUÊNIA	43
9.	LEI PARA A PROMOÇÃO DAS OSC EM MÉXICO: UM CASO DE SUCESSO NA ADVOCACIA	51

FIGURAS



1.	PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES DO GRUPO ABERTO DE TRABALHO (OWG)	9
2.	CONVERGÊNCIA DOS PROCESSOS PÓS-2015	13
3.	RELATÓRIO DE SÍNTESE DO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU E SEUS INSUMOS	15
4.	RESUMO DE PROCESSOS DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015	22
5.	MAPEAMENTO DE ALVOS E INFLUÊNCIA	31
6.	O CICLO DE MONITORAMENTO	48



GLOSSÁRIO

ACRÔNIMOS

OSC: Organização da sociedade civil

HLP: Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

HLPF: Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável

ICESDF: Comitê Intergovernamental de Peritos sobre Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável

ODMs: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONG: Organização Não Governamental

OWG: Grupo Aberto de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODSs: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

DS2015: Programa de Desenvolvimento Sustentável 2015 (www.sd2015.org)

SDSN: Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável

SMART: Específico, Mensurável, Realizável, Relevante, e com Tempo Delimitado

TST: Equipe de Suporte Técnico do Sistema das Nações Unidas

ONU: Nações Unidas

UNDESA: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas

UNDG: Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas

UNFCCC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

UNGA: Assembleia Geral das Nações Unidas

UNGC: Pacto Global das Nações Unidas

UN-NGLS: Serviço de Ligação Não-Governamental das Nações Unidas

UN PGA: Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas

UN SG: Secretário-Geral das Nações Unidas

UNTT: Equipe de Trabalho do Sistema ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

TERMOS-CHAVE:

Advocacia: Advocacia é um processo estratégico e deliberado que visa provocar uma mudança nas políticas e práticas. Ela pode ter lugar a níveis local, nacional, regional e internacional.

Capacitação: O processo pelo qual os stakeholders desenvolvem, reforçam, e organizam seus sistemas, recursos, e habilidades para realizar e perseguir uma dada função.

Sociedade civil: Cidadãos e organizações que estão fora do governo e do setor privado.

Áreas de foco: Os temas prioritários e de conteúdo que o OWG vai discutir e aperfeiçoar a fim de fazer recomendações sobre objetivos e metas até o final de sua fase de construção de consenso.

Direitos humanos: Direitos humanos são princípios morais que definem certos padrões do comportamento humano e são protegidos como direitos legais na legislação nacional e internacional. Eles são comumente entendidos como direitos iguais e inalienáveis a que uma pessoa está intrinsecamente intitulado simplesmente porque ele ou ela é um ser humano.

Os Maiores Grupos: Os Maiores Grupos representam nove setores da sociedade que atuam como os principais canais através dos quais os cidadãos e as organizações podem participar nas atividades da ONU para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oito objetivos internacionais que visam acelerar o desenvolvimento dos países

mais pobres do mundo. Os Objetivos tem a data limite de 2015 e são acompanhados por 21 metas quantitativas, com tempo delimitado, e 48 indicadores para medir e monitorar o progresso.

Participação: O ato de participar ou compartilhar em alguma coisa. A participação de todos os segmentos da sociedade sobre assuntos importantes é essencial para certificar que os diferentes pontos de vista são representados e levados em conta, e é um meio importante para garantir a igualdade.

Limites Planetários: Identificado em 2009 por um grupo de cientistas de renome internacional, os *nove limites planetários* definem um espaço operacional seguro para a humanidade, dentro do qual a humanidade pode continuar a desenvolver e prosperar para as próximas gerações. Cruzar esses limites pode gerar mudanças ambientais abruptas e irreversíveis. Respeitar os limites reduz os riscos para a sociedade humana de cruzar esses limites.

Agenda de desenvolvimento Pós-2015: O quadro global e um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza que vão substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio quando expiram em 2015.

Rio+20: Nome alternativo para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), que teve lugar no Rio de Janeiro (Brasil), em Junho de 2012 e resultou no documento final “O Futuro que Queremos.” O nome “Rio+20” é uma referência à Cúpula da Terra original que ocorreu no Rio em 1992.

Stakeholder/multistakeholder: Qualquer pessoa que tenha um interesse em alguma coisa, porque lhe afeta direta ou indiretamente. Os Stakeholders incluem a sociedade civil, o setor privado, o setor público, as autoridades locais e os sindicatos e outras pessoas que se reúnem para um propósito comum. Todos os diferentes Stakeholders devem ter o direito de participar nas decisões que irão afetá-los. Todos nós somos stakeholders nas decisões tomadas sobre a nossa sociedade e a comunidade global.

Desenvolvimento Sustentável: Descrito frequentemente como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das próximas gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável envolve o equilíbrio do desenvolvimento humano com os recursos naturais e os limites da terra e do meio ambiente e engloba a responsabilidade intergeracional. É geralmente reconhecido a considerar as questões econômicas, ambientais, e sociais como suas três “dimensões.”

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Um dos principais resultados da Conferência Rio+20 foi o acordo dos Estados-Membros para lançar um processo para desenvolver um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que irá continuar inovando em cima dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e convergir com a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Nações Unidas: Organização internacional de 193 países ou “Estados-Membros” visando ajudar com a cooperação em direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, direitos humanos, e trabalhando para a paz no mundo. Existem várias agências dentro da ONU, e cada uma tem responsabilidades específicas.

Assembleia Geral das Nações Unidas: Órgão de decisão principal da ONU, que considera como a ONU é gerida e observa novas políticas. Todos os 193 países-membros participam da Assembleia Geral. Cada país tem um voto. A Assembleia tem uma sessão a cada ano e também se reúne em momentos de emergência.

Estados-Membros das Nações Unidas: Existem 193 Estados-Membros da ONU (para uma lista completa veja [aqui](#)), cada um deles é parte da Assembleia Geral da ONU, e tem um papel igual.



INTRODUÇÃO

Este kit de ferramentas é para a sociedade civil e outras organizações de stakeholders, coalizões, e indivíduos que desejam influenciar a agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo a concepção e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Este kit de ferramentas apoia atividades de advocacia a nível nacional, regional, e internacional. Ele não assume um determinado nível de experiência na agenda de desenvolvimento pós-2015 ou em atividades de advocacia. Tanto se você segue cada seção e passo por sua vez, como um recém-chegado à agenda, ou se apenas consulta as informações novas ou relevantes para você a fim de fortalecer um programa estabelecido, esperamos que o toolkit seja útil para todos.

QUAL É O OBJETIVO DO KIT DE FERRAMENTAS?

O kit de ferramentas deve equipá-lo com informações e ferramentas relevantes para que você possa desenvolver e implementar uma estratégia eficaz de advocacia pós-2015.

Em particular, o kit de ferramentas irá ajudá-lo a:

- Entender os principais processos da agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a distinção entre objetivos, metas, e indicadores;
- Identificar oportunidades para influenciar a agenda aos níveis nacional, regional e internacional;
- Identificar os principais stakeholders e tomadores de decisão-chave, e a sua influência em relação aos níveis nacional, regional, e internacional;
- Decidir sobre suas prioridades de advocacia pós-2015;
- Desenvolver um plano de ação abrangente para influenciar seu governo e/ou órgãos intergovernamentais pertinentes;
- Engajar com os Maiores Grupos e outros stakeholders-chave para benefício mútuo de advocacia;
- Aplicar o quadro adotado do pós-2015 a seu contexto nacional e identifique os indicadores nacionais a serem adotados pelo seu país;
- Monitorar e avaliar os resultados da sua advocacia;
- Responsabilizar seu governo e outros para cumprir os seus compromissos de pós-2015.

COMO USAR O KIT DE FERRAMENTAS

O conteúdo foi dividido em duas partes:

Parte 1: A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: O que é e como você pode se engajar?

Fornece informações básicas sobre os processos de pós-2015 e identifica pontos de entrada-chave para o engajamento e influência.

Parte 2: Elaborando uma estratégia de advocacia pós-2015. Lhe guia através dos passos necessários para desenvolver a sua própria estratégia de advocacia pós-2015, com base na informação e oportunidades identificadas na Parte 1.

A Parte 2 fornece oito etapas de orientação em sequência, mas queremos enfatizar que a advocacia não é um processo linear. É um ciclo que deve ser continuamente revisado, desenvolvido, e adaptado.

A tabela abaixo deve ajudá-lo a navegar as seções e ferramentas específicas que mais lhe interessa, dependendo de suas necessidades individuais e em que estágio você está atualmente no planejamento da sua estratégia de advocacia pós-2015. Durante este processo você pode também considerar como os passos podem ser interpretados em relação a suas próprias circunstâncias, dependendo se você se está focando a nível nacional, regional, ou global, para o qual fizemos recomendações em todo o documento.

A [versão online](#) do kit de ferramentas também irá ajudá-lo a navegar pelas diferentes seções e ferramentas.

Ao longo do kit de ferramentas você também vai encontrar:



DICAS: Ideias e sugestões que podem ajudá-lo a construir uma estratégia de advocacia eficaz.



FERRAMENTAS: Exercícios de planejamento, atividades de oficina, e modelos que irão ajudá-lo a trabalhar sobre o conteúdo do kit de ferramentas na prática.



ESTUDOS DE CASO: Exemplos úteis de como outros têm desenvolvido e implementado estratégias de advocacia em todo o mundo.



FIGURAS: Processos ou ideias que são exibidos claramente em ilustrações ou fluxogramas para facilitar a consulta.

O Anexo 2 inclui modelos em branco das ferramentas que você pode usar para desenvolver sua própria estratégia de advocacia pós-2015.

O Anexo 3 inclui uma lista de sites úteis e links onde você vai encontrar mais informações e inspiração.



PARTE 1

A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015: O QUE É E COMO VOCÊ PODE SE ENGAJAR?

O atual quadro de desenvolvimento global, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (os ODM; ver anexo 1), expira no final de 2015.

Consequentemente, a comunidade internacional e os stakeholders ao redor do mundo estão atualmente engajados em um processo para negociar um novo quadro global para erradicar a pobreza através do desenvolvimento sustentável: a **agenda de desenvolvimento pós-2015**.

Esta nova agenda será composta de uma narrativa e princípios orientadores globais, e um novo conjunto de objetivos, metas, e indicadores globais para incentivar e medir o progresso- propostas a ser conhecido como os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

1. PROCESSOS PÓS-2015

A agenda de desenvolvimento pós-2015 é atualmente formada por dois processos distintos, ou “faixas”:

1. Processo intergovernamental liderado pelos Estados-Membros (Assembléia Geral da ONU) para desenvolver os ODS.
2. Discussões lideradas pelo Secretário-Geral da ONU sobre o que deveria substituir os ODM, apoiado por consultas globais de stakeholders.

Essas duas faixas vão convergir em Setembro de 2014 em um processo intergovernamental para alcançar um quadro único e um conjunto de metas globais únicas. Por enquanto, estas duas faixas continuam a operar separadamente (com esforços feitos para garantir que elas são coordenadas e se apoiam mutuamente).

Vamos considerar, primeiro o processo intergovernamental sobre os ODS, depois a faixa liderada pelo Secretário-Geral (Seções 1.1 e 1.2), seguido de detalhes sobre como eles convergem (Seção 2).

1.1 PROCESSO INTERGOVERNAMENTAL SOBRE OS ODS

ORIGENS DOS ODS

Em junho de 2012, os governos e os stakeholders se reuniram no Rio de Janeiro, Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável- também conhecida como Rio+20 ou Cúpula da Terra de 2012, como uma referência à primeira conferência realizada no Rio em 1992.

Os objetivos da Cúpula foram:

- **Garantir um compromisso político renovado** para o desenvolvimento sustentável;
- **Avaliar o progresso** em direção às metas acordadas internacionalmente para o desenvolvimento sustentável; e
- Enfrentar os **desafios novos e emergentes**.

Um dos resultados mais significativos da Rio+20 foi o acordo dos governos para estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente para desenvolver um conjunto de ODS.

O Documento Final da Rio+20 afirmou que os ODS devem:

- Ser uma ferramenta útil para a prossecução de ação focada e coerente para o desenvolvimento sustentável;
- Contribuir para a plena implementação dos resultados de todas as grandes cúpulas nos domínios económico, social e ambiental;
- Servir como uma força condutora para a implementação e integração do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas como um todo;
- Construir em cima de compromissos já assumidos;
- Ser coerente com e integrado na agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015 (faixa pós- ODM); e
- Não desviar o foco ou o esforço da realização dos ODM.

Após os ODM, a erradicação da pobreza continua a ser o objetivo primordial da comunidade internacional e espera-se formar o núcleo dos ODS. A pobreza é multidimensional e agora há um reconhecimento generalizado de que a erradicação da pobreza duradoura só pode ser alcançada se as dimensões sociais, económicas, e ambientais do desenvolvimento sustentável são abordados de uma forma holística e equilibrada, reconhecendo e aproveitando as suas interdependências e concentrando-se em fechar a lacuna da desigualdade, em vez do crescimento económico direto.

Consequentemente - com base nos ODM, que incidiu principalmente sobre os aspectos sociais do desenvolvimento- os ODS vão **“abordar e incorporar de forma equilibrada todas a três dimensões do desenvolvimento sustentável e suas inter-relações.”**¹ Além de enfrentar os desafios atuais, os ODS são esperados para antecipar futuras ameaças ao bem-estar humano e ambiental e combater as causas profundas da pobreza e barreiras ao desenvolvimento sustentável. Muitos esperam que isso vai incluir o reconhecimento claro de limites planetários.²

1 Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas 66/288. *O futuro que queremos*, A/RES/66/288 (27 julho 2012, parágrafo 248). Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E

2 Para mais informações sobre os nove ‘limites planetários’, consulte o site do Stockholm Resilience Centre: <http://www.stockholmresilience.org/21/research/research-programmes/planetary-boundaries.html>

Países no Rio+20 concordaram que os ODS devem ser:

- Orientados para a ação
- Resumidos
- Facéis de comunicar
- Limitados em número
- Aspiracionais
- De natureza global e universalmente aplicável a todos os países, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades, e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais.

Portanto, ao contrário dos ODM, os ODS vão ter que ser relevantes a todos os países, e obrigar que ações sejam tomadas pelas nações desenvolvidas e em desenvolvimento, tendo em conta as diferentes circunstâncias nacionais e pontos de partida.

1.1.1 O GRUPO ABERTO DE TRABALHO SOBRE OS ODS

Na Rio+20 os países decidiram estabelecer um **Grupo Aberto de Trabalho sobre os ODS (OWG)** da Assembleia Geral para supervisionar um “processo intergovernamental inclusivo e transparente” que possa propor um conjunto de objetivos globais para a consideração da Assembleia Geral, antes do fim de sua 68ª sessão (setembro 2014).³

COMPOSIÇÃO DO OWG

- Co-presidida pelo **Sr. Csaba Kőrösi**, Representante Permanente da Hungria, e o **Sr. Macharia Kamau**, Representante Permanente do Quênia.

- 30 assentos compartilhados por 70 Estados-Membros, nomeados pelos Estados-Membros de cinco grupos regionais das Nações Unidas (ver tabela abaixo).
- Cada um dos 30 assentos do OWG é compartilhado por 1-4 países do mesmo grupo regional da ONU. É a responsabilidade de cada grupo de decidir como eles serão representados em cada uma das reuniões.
- Representantes de outros Estados-Membros- aqueles sem assento no OWG- ainda podem participar e falar em nome de seus países nas reuniões do OWG.

AGENDA E MÉTODOS DE TRABALHO DO OWG

O OWG entrou de acordo para estruturar o seu trabalho em duas fases distintas:

- Fase de entrada: Março de 2013 a fevereiro de 2014. Durante esta fase, o OWG fez um balanço, facilitou discussões, e reuniu insumos sob uma variedade de temas durante oito sessões.
- Fase de construção de consenso: Março de 2014 a setembro de 2014. Durante esta fase, o OWG vai negociar e escrever o seu relatório, tendo em conta as contribuições recebidas em suas sessões, consultas com stakeholders, e outras contribuições de diferentes iniciativas, o sistema ONU, e os diálogos do pós-ODM.

FASE DE INSUMOS: FAZER O BALANÇO DE QUESTÕES TEMÁTICAS

O OWG realizou oito reuniões entre março de 2013 e fevereiro de 2014 para coletar insumos sobre uma série de

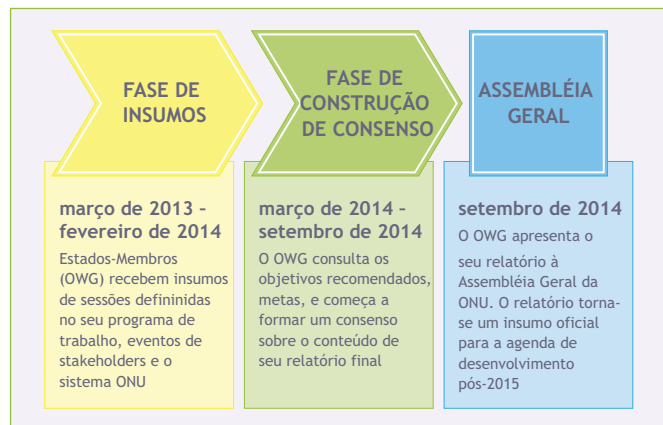
TABELA 1: Membros do OWG

GRUPO AFRICANO	GRUPO DE ÁSIA-PACÍFICO	GRUPO DE AMÉRICA LATINA E CARIBE	GRUPO DE EUROPA OCIDENTAL E OUTROS (WEOG)	GRUPO DO LESTE EUROPEU
Argélia / Egito / Marrocos / Tunísia	Nauru / Palau / Papua-Nova Guiné	Colômbia / Guatemala	Austrália / Holanda / Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Hungria
Gana	Butão / Tailândia / Vietnã	Bahamas / Barbados	Canadá / Israel / Estados Unidos da América	Belarus / Sérvia
Benin	Índia / Paquistão / Sri Lanka	Guiana / Haiti / Trinidad e Tobago	Dinamarca / Irlanda / Noruega	Bulgária / Croácia
Quênia	China / Indonésia / Cazaquistão	México / Peru	França / Alemanha / Suíça	Montenegro / Eslovênia
República Unida da Tanzânia	Chipre / Cingapura / Emirados Árabes Unidos	Brasil / Nicaragua	Itália / Espanha / Turquia	Polónia / Roménia
Congo	Bangladesh / Republic of Korea / Saudi Arabia	Argentina / Bolívia (Plurinational State of) / Ecuador		
Zâmbia / Zimbábue	Iran (Islamic Republic of) / Japão / Nepal			

³ Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 66/288. *O futuro que queremos*, A/RES/66/288 (27 julho 2012, parágrafo 248). Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E



FIGURA 1: O processo de tomada de decisões do OWG



questões temáticas e transversais,⁴ e produziu um *relatório de progresso* para resumir os resultados.

FASE DE CONSTRUÇÃO DE CONSENSO: ELABORAÇÃO E ACORDO SOBRE O RELATÓRIO DO OWG

A partir de março de 2014 até julho de 2014 o OWG vai realizar cinco reuniões para tentar construir um consenso em torno de temas, objetivos e metas e para desenvolver a sua proposta para os ODS. O relatório do OWG será entregue ao Presidente da Assembleia Geral (PGA) e ao Secretário-Geral das Nações Unidas (UNSG) em agosto de 2014. Esse relatório será considerado pela Assembleia Geral em setembro de 2014 e vai ser um dos insumos ao relatório síntese do UNSG sobre a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015, esperado em novembro de 2014.⁵

OBJETIVOS, METAS, E INDICADORES

Objetivos e metas

A fase de construção de consenso do OWG vai ser usada para desenvolver recomendações sobre os objetivos e metas dos ODS até agosto de 2014. A OWG não vai discutir ou propor indicadores, que serão discutidos em uma data posterior.

As definições próprias do OWG para objetivos e metas são:⁶

Objetivo: expressa um compromisso ambicioso, específico, e acionável.

- Conciso e fácil de se comunicar.
- Aspiracional.
- Transformacional.
- Limitado em número.

- De natureza global e universalmente aplicável a todos os países, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais.

Meta: objetivo específico, mensurável, cuja realização vai contribuir de forma decisiva para alcançar um ou mais objetivos.

- Aspiracional mas também atingível.
- Ligação evidente entre meta e objetivo.
- Ressoando com todos os stakeholders relevantes.
- Relevante e adaptável a nível nacional.
- Prazo determinado.
- Com base científica e em evidências.
- Ajustável:
 - no quanto a ciência avança
 - se países optam por elevar o nível de ambição.

Indicadores

O desenvolvimento de indicadores para os ODS está fora do âmbito do OWG e será considerado em uma data posterior através de um processo separado. Então, para ser claro sobre a distinção entre objetivos e metas, o Fórum de Pesquisa Independente (IRF) usa a seguinte definição de um indicador:⁷

Indicador: [Fornece] responsabilização pelos resultados

- A métrica usada para medir o progresso em direção a uma meta; geralmente com base em dados disponíveis ou estabelecidos.

O relatório da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN), “*Indicadores para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*” define um quadro possível de indicadores para acompanhar os ODS e suas metas. Ele foi enviado para consulta pública entre 14 de fevereiro e 28 de março de 2014.

Veja Parte 2, Seção 5.1, Passo 3 deste kit de ferramentas para dicas sobre como desenvolver objetivos e metas como parte da construção de mensagens de advocacia para o OWG.

DOCUMENTOS-CHAVE SOBRE A MESA DE DISCUSSÃO

Para informar e iniciar discussões na fase de construção de consenso os co-presidentes do OWG e a Equipe de Trabalho do Sistema ONU, uma equipe inter-agência que fornece suporte técnico e analítico ao OWG, têm produzido uma série de documentos importantes.

⁴ Para mais detalhes sobre estes temas e questões, veja os “grupos temáticos” do OWG e cronograma de trabalho em: <http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1565>

⁵ Os governos no Evento Especial sobre os ODM realizado em setembro de 2013 convidou o Secretário-Geral para sintetizar toda a gama de contribuições para a agenda de desenvolvimento pós-2015 e apresentar um relatório de síntese antes do final de 2014: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome%20documentMDG.pdf>

⁶ Grupo Aberto de Trabalho sobre os ODS (2014), *Uma nota de definição sobre os objetivos e metas*. Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/7417presentation.pdf>

⁷ IRF (2014), *Objetivos, Metas, e Indicadores: Definições e conceitos-chave para a agenda de desenvolvimento pós-2015*. Disponível em: <http://bit.ly/1iuCBfQ>



DOCUMENTO DE ÁREAS DE FOCO

Para começar a fase de construção de consenso os co-presidentes do OWG capturaram o grande leque de pontos de vista da fase de insumos em **19 áreas de foco**. Ao longo dessa fase o OWG vai tentar fazer as áreas de foco mais consisas e integradas, e usá-las para construir um consenso em volta de propostas concretas para objetivos e metas. No momento da escrita, antes da sessão de 5-9 de maio do OWG, as áreas de foco foram revistas para 16, e estão começando a tomar a forma de objetivos e metas. As áreas, e associados resultados, irão mudar à medida que a fase de construção de consenso progressa. Portanto é importante manter-se atualizado com estes resultados [aqui](#), e adaptar o seu trabalho de advocacia adequadamente.

As 16 áreas de foco e os seus subtítulos:⁸

1. A erradicação da pobreza, a construção de prosperidade compartilhada e a promoção da igualdade: Pôr fim à pobreza de todas suas formas em todos os lugares;
2. Agricultura sustentável, segurança alimentar e nutrição: Acabar com a fome e melhorar a nutrição para todos através da agricultura sustentável e da melhoria dos sistemas alimentares;
3. Saúde e dinâmica populacional: Vida saudável em todas as idades para todos
4. Educação e aprendizagem ao longo da vida: Proporcionar uma educação de qualidade e a aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres: Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todos os lugares;
6. Água e saneamento: Água e saneamento para um mundo sustentável;
7. Energia: Assegurar o acesso à energia moderna acessível, sustentável, e confiável para todos;
8. Crescimento económico, emprego e infra-estrutura: Promover o crescimento económico sustentável e inclusivo, e empregos dignos para todos;
9. Industrialização e a promoção de igualdade entre nações: Promover industrialização sustentável e igualdade entre nações;
10. Cidades sustentáveis e assentamentos humanos: Construir cidades inclusivas, seguras, e sustentáveis e assentamentos humanos;

11. Produção e Consumo Sustentáveis: Promover o consumo e produção sustentáveis;
12. Mudança climática: Tomar medidas urgentes e significativas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Criar um objetivo à mudança climática com base no resultado do COP21 do UNFCCC;
13. Conservação e uso sustentável dos recursos marinhos, oceanos e mares: Tomar medidas urgentes e significativas para a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos, oceanos, e mares;
14. Ecossistemas e biodiversidade: Proteger e restaurar os ecossistemas terrestres e parar toda perda de biodiversidade;
15. Meios de implementação/ parceria global para o desenvolvimento sustentável: Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Meios de implementação: Comércio, A transferência de tecnologia; a capacitação tecnológica; financiamento e sustentabilidade da dívida; Capacitação; Parceria global reforçada para o desenvolvimento sustentável; e
16. Sociedades pacíficas e inclusivas, Estado de Direito, e instituições capazes: Criação de sociedades pacíficas e inclusivas; Estado de Direito, instituições capazes.

Veja o *documento oficial de trabalho* dos co-presidentes para mais detalhes e propostas nestas áreas.

Também pode consultar a **ENCICLOPÉDIA GROUPINICA: UMA COMPILAÇÃO DE SUGESTÕES DE OBJETIVOS E METAS DO OWG-10**: lista todos os objetivos e metas sugeridos pelos Estados-Membros, Maiores Grupos, e outros stakeholders em resposta às 19 áreas de foco originais, também incluindo propostas de objetivos transversais.

O **COMPÊNDIO DE OBJETIVOS E METAS EM VIGOR NO ÂMBITO DAS 19 ÁREAS DE FOCO** reúne os compromissos internacionais existentes para apoiar o desenvolvimento de objetivos e metas do OWG, e garante que a proposta é consistente com o direito internacional e se baseia em compromissos existentes.

O **DOCUMENTO DE COMPILAÇÃO DE MAIORES GRUPOS E OUTROS STAKEHOLDERS SOBRE OBJETIVOS E METAS** reúne as declarações e propostas feitas no Diálogo de Maiores Grupos e Outros Stakeholders com os co-presidentes no dia 2 de abril de 2014.

O **DOCUMENTO DE INTERLIGAÇÕES** destaca as interligações entre cada uma das áreas de foco originalmente identificadas.

⁸ Do Documento de Trabalho para a Sessão de 5-9 de maio do Grupo Aberto de Trabalho.
Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/3686Workingdoc.pdf>



TABELA 2: O programa de trabalho do OWG para a fase de construção de consenso (março - setembro 2014)

3-5 de março	31 de março a 4 de abril	5-9 de maio	16-20 de junho	14-18 de julho	agosto
Documento de área de foco adotado e avaliação/alterações sugeridas	Debate indicativo baseado em agrupamentos relacionados ao documento de área de foco	Consultas com base em documento de área de foco revisado	Consultas sobre os ODS e metas Produzir os ODS e metas refinadas	Consultas sobre os ODS e metas Acordo e aprovação do relatório sobre os ODS e metas	Relatório do SDG para o PGA/SG
Documento revisado		Documento revisado	Documento revisado	Documento editado e ajustado	

Fonte: http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/3622PoW_OWG_2014_sessions.pdf

E UMA NOTA DE DEFINIÇÃO SOBRE OBJETIVOS E METAS fornece orientação sobre o âmbito e a finalidade dos ODS e na definição e concepção dos objetivos e metas.

1.1.2 O ENGAJAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL E OUTROS STAKEHOLDERS

O principal mecanismo para a sociedade civil e outros stakeholders poder se engajar com o OWG é através do sistema de Maiores Grupos.

A Comissão das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CSD) e os nove Maiores Grupos foram introduzidos na Agenda 21, um plano de ação voluntário acordado pelos governos na Cúpula da Terra no Rio em 1992. Os Maiores Grupos representam nove setores da sociedade que atuam como os principais canais através dos quais os cidadãos e as organizações podem participar em atividades da ONU para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Os nove Maiores Grupos são:

- Mulheres
- Crianças e jovens
- Povos indígenas
- ONGs
- Trabalhadores e sindicatos
- Autoridades locais
- Negócio e indústria
- A comunidade científica e técnica
- Agricultores

Cada um dos Maiores Grupos é coordenado por **Parceiros Organizacionais (OPs)** que disseminam informação, fornecem orientações, e ajudam preparar declarações escritas, e facilitam a participação e intervenções no OWG e outros processos intergovernamentais, como o Fórum Político de Alto Nível (HLPF) (ver Seção 3). Uma lista de OPs e seus dados para contato podem ser encontrados [aqui](#).

Representantes de cada um dos Maiores Grupos são dados um assento nas sessões OWG como observadores oficiais e podem intervir nas discussões quando convidado a fazê-lo

pelos Co-presidentes. Os observadores são geralmente dados a oportunidade para falar depois que os grupos políticos e governos tiveram a sua vez. Intervenções de stakeholders devem ser coordenadas pelos OPs.

A Secretaria UNDESA fornece um ponto de coordenação para os Maiores Grupos e outros stakeholders poder se engajar nas sessões do OWG. Durante a fase de insumos, Maiores Grupos e outros stakeholders formaram grupos temáticos para produzir dossiês, declarações, e apresentações para e durante as sessões do OWG. Estes documentos podem ser encontrados [aqui](#).

Durante a fase de construção de consenso, com base no **Documento de Área de Foco**, os Maiores Grupos e os grupos temáticos revisados prepararam uma compilação e síntese de declarações para a nona sessão do OWG que se encontra [aqui](#). Na décima sessão, os co-presidentes propuseram que as áreas de foco fossem consideradas em **oito grupos**, sobre os quais os Maiores Grupos e outros stakeholders fizeram **declarações temáticas e baseadas no eleitorado**. Depois de concluído, os resultados das sessões XI, XII, e XIII serão incluídas [aqui](#).

1.2 FAIXA DO PÓS-ODM CONDUZIDO PELO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

A faixa pós-ODM foi criada na sequência de um mandato pela **Reunião Plenária de Alto-Nível da Assembleia Geral sobre os ODM em 2010** solicitando ao Secretário-Geral da ONU comunicar anualmente sobre o progresso na implementação dos ODM até 2015 e fazer recomendações para avançar a agenda de desenvolvimento da ONU pós-2015. Uma série de fluxos de trabalho e consultas com stakeholders começou no final de 2011 como parte deste processo. As consultas constituem os métodos para a participação e engajamento dos stakeholders em esta faixa.

1.2.1 FLUXOS DE TRABALHO E RESULTADOS-CHAVE SOB A FAIXA LIDERADA PELO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

Os fluxos de trabalho e resultados-chave que surgiram até agora a partir da faixa pós-ODM foram resumidos abaixo:



- **EQUIPE DE TRABALHO DO SISTEMA ONU (UNTT)**

Fundada pelo Secretário-Geral da ONU, o UNTT reúne mais de 60 entidades e agências e organizações internacionais e apoia as deliberações pós-ODM fornecendo insumos analíticos, conhecimento, e divulgação.

A Equipe de Apoio Técnico do Sistema ONU (TST), que fornece suporte para o OWG, fica dentro do UNTT.

- < Relatório para o Secretário-Geral da ONU: *Realizando o Futuro que Queremos para Todos* (junho 2012)
- < *Peças temáticas de reflexão*
- < *Outros resultados.*

- **CONSULTAS REGIONAIS**

Lideradas pelas cinco *Comissões Regionais Econômicas da ONU*.

- < Relatório: *Perspectiva Regional sobre a agenda de desenvolvimento da ONU pós-2015* (junho 2013)

- **CONSULTAS GLOBAIS, TEMÁTICAS, E NACIONAIS**

- Lideradas pelo Grupo de Desenvolvimento da ONU (UNDG)
- Pesquisa Global Online - *Meu Mundo*
- 11 consultas temáticas e 88 consultas nacionais

- < Relatório de síntese: *Um Milhão de Vozes: O Mundo que Queremos* (Setembro 2013)

- **O PAINEL DE ALTO NÍVEL DE PESSOAS EMINENTES PARA A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015 (HLP)**

Composto por 27 líderes de governos, da sociedade civil e do setor privado e co-presidido pelo presidente Susilo Bambang Yudhoyono da Indonésia, o presidente Ellen Johnson Sirleaf da Libéria, e o primeiro-ministro David Cameron do Reino Unido.

- < Relatório para o Secretário-Geral da ONU: *Uma Nova Parceria Global: Erradicar a Pobreza e Transformar as Economias através do Desenvolvimento Sustentável* (maio 2013).

- **REDE DE SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SDSN)**

Mobiliza conhecimentos científicos e técnicos da academia, sociedade civil, e o setor privado.

- < Relatório para o Secretário-Geral da ONU: *Uma Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável* (junho 2013)
- < *Outros resultados.*

- **PACTO GLOBAL DA ONU (UNGC)**

Encoraja e busca os pontos de vista e relatos de líderes empresariais

- < Relatório para o UN SG: *Sustentabilidade Empresarial e a Agenda de Desenvolvimento da ONU Pós-2015* (junho 2013).

- **SERVIÇO DE LIGAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL DAS NAÇÕES UNIDAS (UN-NGLS)**

Reuniu análise crítica da sociedade civil sobre a agenda de desenvolvimento da ONU pós-2015

- < Relatório de consulta do UN-NGLS: *Avançando Recomendações Regionais sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015* (novembro 2013).

- **RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU**

- Informado pelos fluxos de trabalho acima
- Fornece as recomendações do UNSG para a agenda de desenvolvimento da ONU pós-2015
- < *Uma vida digna para todos* (apresentado à Assembleia Geral em setembro de 2013).

1.2.2 CONSULTAS SOB A FAIXA LIDERADA PELO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

EVENTOS DO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA GERAL (PGA) SOBRE A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

Durante a 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, de setembro de 2013 a setembro de 2014, o presidente, H.E. Dr. John W. Ashe e sua equipe vão trabalhar para promover um maior engajamento com os Estados-Membros e stakeholders relevantes para definir a agenda de desenvolvimento pós-2015. A fim de promover diálogo e aumentar o engajamento, o PGA está realizando três eventos de alto nível e três debates temáticos ao longo de 2014:

- *Água, saneamento e energia sustentável*: 18-19 de fevereiro de 2014 (debate temático)
- *Contribuições de mulheres, os jovens, e a sociedade civil*: 6-7 de março de 2014 (evento de alto nível)
- *Papel de parcerias*: 9-10 de abril de 2014 (debate temático)
- *Garantindo sociedades estáveis e pacíficas*: 24-25 de abril de 2014 (debate temático)
- *Contribuições Norte-Sul, Sul-Sul, cooperação triangular, e TICs para o desenvolvimento*: 20-21 de maio de 2014 (evento de alto nível)
- *Direitos Humanos e o Estado de Direito*: 17-18 de junho de 2014 (evento de alto nível)
- Um evento de alto nível para fazer balanço será realizado em setembro 2014



Resumos orientados para a ação de cada evento serão fornecidos ao OWG, o relatório de síntese do Secretário-Geral, e o Comitê de Peritos sobre o Financiamento para a o Desenvolvimento Sustentável (consulte outros processos intergovernamentais pertinentes nas seções seguintes).

Stakeholders podem fornecer insumos [online](#) antes de cada evento e podem participar como observadores.

DIÁLOGOS NACIONAIS DA UNDG SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

O Grupo de Desenvolvimento da ONU (UNDG) vai realizar uma segunda rodada de consultas a nível nacional de abril de 2014 até abril de 2015 com o objetivo de engajar uma gama diversificada de stakeholders em todo o mundo para expressar suas idéias e posições para a agenda de desenvolvimento pós-2015, com foco na implementação.

Os diálogos vão ser uma série de reuniões públicas e discussões online onde os planejadores de política, representantes da sociedade civil, acadêmicos, e líderes da comunidade e o setor privado podem discutir sobre a melhor forma de realizar a próxima agenda de desenvolvimento sustentável.

As áreas para consulta consistem em:

- Localizar a agenda de desenvolvimento pós-2015;
- Ajudar a reforçar as capacidades e instituições;
- Monitoramento participativo, comprometimento de existentes e novas formas de responsabilização;
- Parceria com a sociedade civil e outros atores;
- Parceria com o setor privado;
- Cultura e desenvolvimento.

Todos os stakeholders são convidados a participar nas reuniões públicas e nas discussões online. Fique de olho no site worldwewant.org para mais informação.

2. CONVERGÊNCIA DAS FAIXAS DO ODS E DO PÓS-ODM

Em setembro de 2013 os governos concordaram em trazer as duas faixas da agenda de desenvolvimento pós-2015 juntas para trabalhar em prol de um quadro único e um conjunto de objetivos globais.

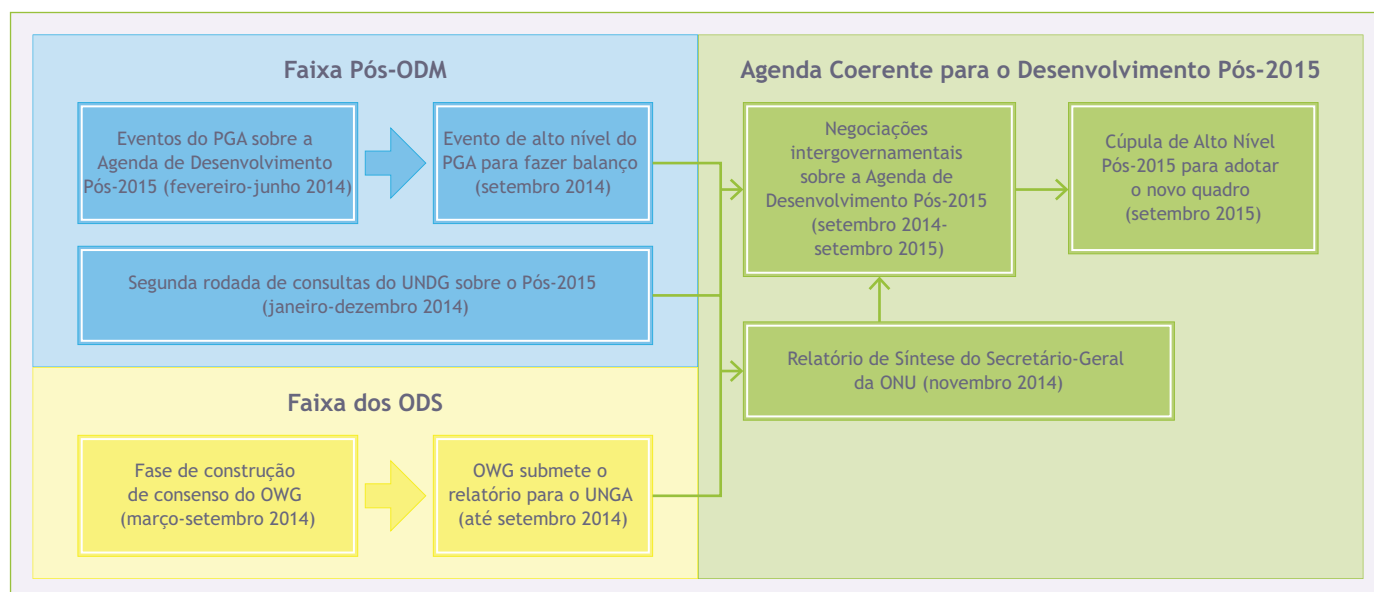
Os argumentos fundamentais para a convergência destes processos são:

- A redução da duplicação do esforço;
- A redução da confusão e das ineficiências ao redor da participação e a facilitação de um processo inclusivo, aberto, e transparente; e
- A reunião dos setores de ambiente, desenvolvimento e financiamento em todos os níveis: dentro de governos, organismos regionais, a ONU, e outros stakeholders.

Um novo processo intergovernamental para acordar a agenda de desenvolvimento pós-2015 terá início em setembro de 2014 e culminará em uma cúpula de alto nível em setembro de 2015.

Em novembro de 2014, o Secretário-Geral da ONU vai produzir um relatório de síntese que reunirá toda a gama de insumos das duas faixas.

FIGURA 2: Convergência dos processos pós-2015



9 Stakeholder Forum/CAFOD (2013), *A Agenda de Desenvolvimento Pós- 2015: Realizando a convergência dos processos de tomada de decisão do Pós-ODM e ODS*. Disponível em: http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/Post-2015_Development_Agenda_Convergence.pdf



3. OUTROS PROCESSOS INTERGOVERNAMENTAIS RELEVANTES

Além do Grupo Aberto de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dois organismos intergovernamentais lançados na Rio+20 vão desempenhar um papel crucial na agenda de desenvolvimento pós-2015:

- **COMITÉ INTERGOVERNAMENTAL DE PERITOS SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
 - Responsável pela elaboração de um relatório avaliando as diferentes opções para financiar o desenvolvimento sustentável e destacando mecanismos inovadores de financiamento.
- **FÓRUM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL**
 - O órgão de mais alto nível da ONU que lida com o desenvolvimento sustentável;
 - Propenso a se envolver no monitoramento e implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015, que inclui o desenvolvimento de indicadores nacionais a nível do país.

3.1 COMITÉ INTERGOVERNAMENTAL DE PERITOS SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Chefes de estado e governo acordaram no Rio+20 em estabelecer uma Comité Intergovernamental de Peritos sobre Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável (ICESDF) para avaliar e propor opções de financiamento eficaz para o desenvolvimento sustentável. O ICESDF funciona em paralelo com o OWG nos ODS, sob os auspícios da Assembleia Geral e tem a tarefa de preparar um relatório até setembro de 2014 propondo opções para uma estratégia de financiamento eficaz facilitando:

- A mobilização de recursos e
- O seu uso eficaz na consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

RESPONSABILIDADES

O ICESDF vai:

- Avaliar as necessidades de financiamento;
- Considerar a eficácia, a coerência, e as sinergias dos instrumentos e estruturas existentes; e
- Avaliar iniciativas adicionais.¹⁰

COMPOSITION OF THE ICESDF

- Co-presidido por *Embaixador Pertti Majanen* da Finlândia e o *Sr. Mansur Muhtar* da Nigéria.
- O Comité é composto por 30 peritos nomeados pelos cinco grupos regionais da ONU, com representação geográfica equitativa:

GRUPO AFRICANO

1. *André Lohayo Djamba* (República Democrática do Congo)
2. *Admasu Nebebe* (Etiópia)
3. *Karamokoba Camara* (Guiné)
4. *Ahmed Jehani* (Líbia)
5. *Joseph Enyimu* (Uganda)
6. *Mansur Muhtar* (Nigéria)
7. *Lydia Greyling* (África do Sul)

GRUPO DE ÁSIA-PACÍFICO

1. *Zou Ji* (China)
2. *Khalid Al Khudairy* (Arábia Saudita)
3. *Takeshi Ohsuga* (Japão)
4. *Amjad Mahmood* (Paquistão)
5. *Sung Moon Up* (República da Coreia)
6. *Lukita Dinarsyah* (Indonésia)
7. *Rajasree Ray* (Índia)

GRUPO DE AMÉRICA LATINA E CARIBE

1. *Gaston Lasarte* (Uruguai)
2. *Saúl Weisleder* (Costa Rica)
3. *Dulce María Buergo Rodríguez* (Cuba)
4. *Chet Neymour* (Bahamas)
5. *Reginald Darius* (Santa Lúcia)
6. *Samuel Moncada* (Venezuela)

GRUPO DE EUROPA OCIDENTAL E OUTROS (WEOG)

1. *Nathan Dal Bon* (Austrália)
2. *Pertti Majanen* (Finlândia)
3. *Anthony Requin* (França)
4. *Norbert Kloppenburg* (Alemanha)
5. *Liz Ditchburn* (Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda do Norte)

GRUPO DO LESTE EUROPEO

1. *Emiliya Kraeva* (Bulgária)
2. *Tõnis Saar* (Estônia)
3. *Viktor Zagrevov* (Federação Russa)
4. *Dragan Župančević* (Sérvia)
5. *František Ružička* (Eslováquia)

10 Resolução da Assembleia Geral 66/288. O futuro que queremos, A/RES/66/288 (27 de julho de 2012, parágrafo 255). Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E



ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

- O ICESDF concordou em organizar o seu trabalho em três grupos temáticos, facilitado pelos membros da Comitê, sobre os seguintes temas:
 - A avaliação das necessidades de financiamento, o mapeamento dos fluxos atuais e tendências emergentes, bem como o impacto dos ambientes domésticos e internacionais;
 - Mobilização de recursos e seu uso efetivo;
 - Arranjos institucionais, a coerência política, sinergias, e questões de governança.
- O trabalho do ICESDF começou em agosto de 2013 e continuará até setembro de 2014.
- Resumos das sessões anteriores e datas das próximas reuniões do ICESDF podem ser vistos [aqui](#).

RELATÓRIO DO ICESDF

- O ICESDF vai produzir o seu relatório até o final de 2014 (previsto em agosto de 2014).
- As recomendações do ICESDF vão ter importantes implicações para o financiamento e implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015 e os ODS.
- Assim, o relatório ICESDF será um dos insumos que o Secretário-Geral da ONU vai sintetizar em seu relatório de síntese pós-2015 no final de 2014.

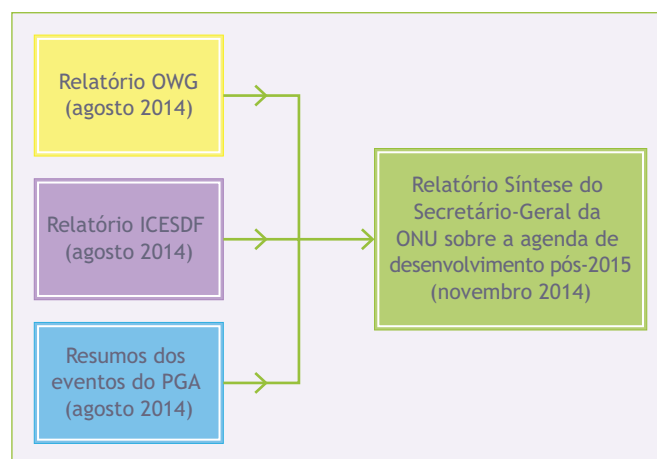
A PARTICIPAÇÃO E O ENGAJAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL E OUTROS STAKEHOLDERS

O ICESDF se comprometeu a trabalhar em consulta aberta e ampla com instituições relevantes internacionais e regionais financeiras e outros stakeholders relevantes¹¹ e um Grupo de Trabalho sobre o Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável foi criado no âmbito da Equipe de Trabalho do Sistema ONU (UNTT) para apoiar o ICESDF.

As sessões do Comitê são habitualmente fechadas, salvo decisão em contrário, no entanto, mecanismos têm sido postos em prática para coletar insumos de stakeholders e facilitar o engajamento:

- **Diálogos interativos de multi-stakeholders** que estão abertos a todos são realizados juntamente com as sessões ICESDF fechadas. Esses diálogos consistem em:
 - Uma breve sessão de informação dos co-presidentes e co-facilitadores sobre o trabalho do Comitê.
 - Apresentações de um painel composto de três a cinco representantes de ONGs, o setor privado, e outros

FIGURA 3: O relatório de síntese do Secretário-Geral da ONU e seus insumos



Maiores Grupos engajados na Conferência Rio+20 e o processo de Financiamento para o Desenvolvimento, seguido de um diálogo interativo aberto.

- Stakeholders também podem fornecer um **contributo escrito para o trabalho dos grupos temáticos** através da *Plataforma de Conhecimento da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável*.
- Um **comité gestor** foi constituído como uma interface entre o ICESDF e atores não-estatais, por exemplo, organizando o processo de seleção para oradores durante os diálogos multi-stakeholder, realizado dentro das sessões formais do Comitê. O comité gestor é composto por oito membros- quatro são dos Maiores Grupos e quatro são do *Processo para o Financiamento do Desenvolvimento*.
- Detalhes de todos os mecanismos acima podem ser encontrados dentro da aba “insumos de stakeholders” da *Seção ICESDF da Plataforma de Conhecimento da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável*.

3.2 O FÓRUM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL

Na Rio+20, os governos concordaram em estabelecer um fórum universal intergovernamental político de alto nível (HLPF) como o novo lar institucional e órgão do mais alto nível para o desenvolvimento sustentável dentro do sistema ONU. O fórum substitui a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD), órgão que realizou este papel nos últimos 21 anos. O estabelecimento do HLPF é visto como um reforço do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável dentro da ONU. Prevê-se que o HLPF vai se tornar o lar dos ODS e o órgão responsável pela sua implementação e monitoramento.

¹¹ Comitê Intergovernamental de Peritos sobre o Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável (2013), Modalidades de trabalho. Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1999FINAL%20Modalities%20of%20work-ICESDF-revised%2028%20August%202013-2.pdf>



MANDATO E FUNÇÕES

O HLPF vai

- Proporcionar liderança política e recomendações para o desenvolvimento sustentável;
- Fazer seguimento e rever o progresso na implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável, incluindo a agenda de desenvolvimento pós-2015 e os ODS;
- Reforçar a integração das dimensões econômica, social, e ambiental do desenvolvimento sustentável;
- Ter uma agenda focada, dinâmica, e orientada para a ação;
- Considerar novos e emergentes desafios do desenvolvimento sustentável.

OS PROCEDIMENTOS E A TOMADA DE DECISÃO

- O HLPF se reunirá anualmente, durante oito dias (incluindo um segmento ministerial de três dias), sob os auspícios do Conselho Económico e Social (ECOSOC).
- Além disso, o HLPF se reunirá a cada quatro anos, a nível de chefes de estado e de governos, por dois dias, sob os auspícios da Assembleia Geral.
- As reuniões em ambos níveis resultará em uma declaração negociada- destinada a fornecer orientação política de alto nível e elevar o padrão para a ação e resultados- a ser submetida à Assembleia Geral para sua consideração.
- A *reunião inaugural* do HLPF ocorreu em 24 de setembro de 2013, sob os auspícios da Assembleia Geral da ONU.
- A próxima reunião do HLPF decorrerá sob o ECOSOC nas seguintes datas:
 - Reunião ordinária: **30 de junho - 3 de julho 2014**
 - Segmento ministerial: **7-9 de Julho de 2014**
- Um processo preparatório regional terá lugar mais adiante, precedente à reunião ordinária.

O ENGAJAMENTO E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E OUTROS STAKEHOLDERS

O HLPF vai se basear nas modalidades e práticas de engajamento dos stakeholders que foram observadas pela Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável (CSD) e, conseqüentemente serão abertas a outros stakeholders, por exemplo, entidades de educação e acadêmicas, pessoas com deficiência e grupos de voluntários, além dos Maiores Grupos.

Maiores Grupos e outros stakeholders terão a oportunidade de:

- participar de todas as reuniões oficiais do fórum;
- ter acesso a todas as informações e documentos oficiais;
- intervir em reuniões oficiais;
- apresentar documentos e fazer contribuições escritas e orais;
- fazer recomendações;
- organizar eventos paralelos e mesas-redondas, em cooperação com os Estados-Membros e o Secretariado da ONU.

A resolução HLPF também reconhece a importância da dimensão regional do desenvolvimento sustentável. Ela convida as comissões regionais da ONU para contribuir ao trabalho do fórum, incluindo através de reuniões regionais anuais, e fazer o HLPF agir como uma plataforma para parcerias com o envolvimento de Maiores Grupos e outras entidades regionais relevantes e stakeholders quando apropriado.¹²

Além disso, os Maiores Grupos e outros stakeholders são encorajados a “estabelecer de forma autônoma, e manter, mecanismos de coordenação eficazes para a participação no HLPF,”¹³ – convidando stakeholders a propor novas modalidades para o engajamento.

UNDESA encomendou vários estudos sobre o HLPF e o papel dos Maiores Grupos que incluem:

¹² Resolução da Assembleia Geral da ONU 67/290. *Formato e aspectos organizacionais do fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável*, A/RES/67/290 (9 de julho de 2013, parágrafo 13). Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/67/290&Lang=E

¹³ Resolução da Assembleia Geral da ONU 67/290. *Formato e aspectos organizacionais do fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável*, A/RES/67/290 (9 de julho de 2013, parágrafo 16). Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/67/290&Lang=E



- *Fortalecendo a Participação Pública nas Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável: Diálogo, Debate, Dissidência, e Deliberação*, Barbara Adams & Lou Pingeot, junho 2013;
- *O Papel e o Lugar do Fórum Político de Alto Nível no Reforço do Quadro Global Institucional para o Desenvolvimento Sustentável*, Steve Bernstein, setembro 2013;
- *Democracia Participativa - O HLPF lançando as bases para a governança no século 21*, Jan-Gustav Strandenaes.

O seguinte documento de trabalho também foi publicado:

- *A Futura Revisão do HLPF: Critérios e idéias para o seu desenho institucional*, Marianne Beisheim, Instituto Alemão para os Assuntos Internacionais e de Segurança, março 2014.

RESUMO DE PROCESSOS-CHAVE INTERGOVERNAMENTAIS

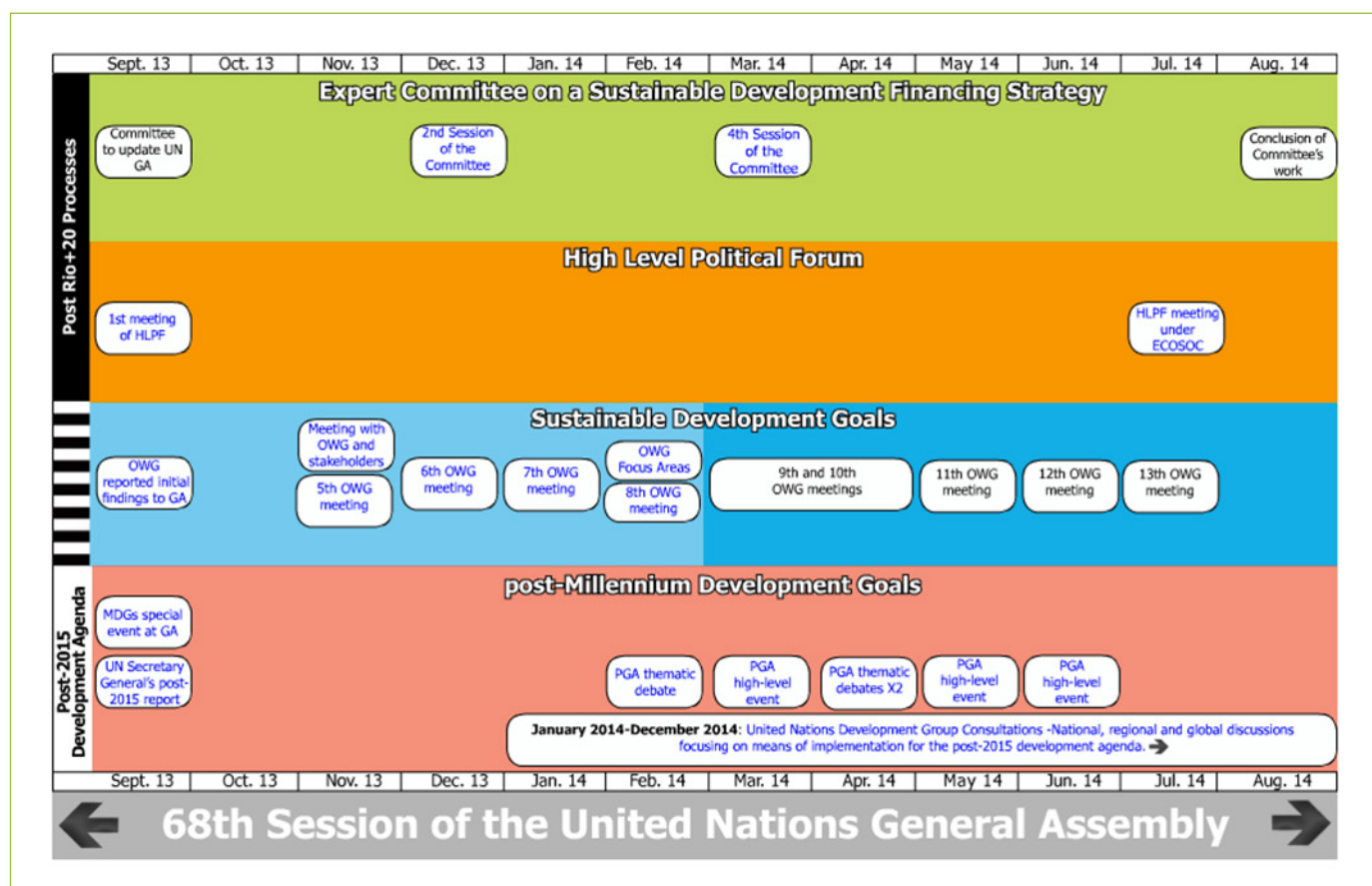
Para um resumo dos marcos importantes nos processos intergovernamentais mencionados em esta seção, consulte a nossa *Linha do Tempo Interativa de Processos pós-2015 e pós-Rio+20*.

4. OUTRAS INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL E STAKEHOLDERS SOBRE A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

Além dos mecanismos formais mencionados, uma série de mecanismos e iniciativas informais foram criados para contribuir e coordenar advocacia e influência ao redor dos processos pós-2015.

Stakeholders são convidados a fazer parte de iniciativas que se alinham com os seus valores e áreas de interesse, e contribuir para os processos pós-2015 através de relevantes iniciativas e mecanismos formais e informais.

Algumas iniciativas-chave de stakeholders com foco na agenda de desenvolvimento pós-2015 serão publicadas e atualizadas no site www.SD2015.org como parte da versão online deste kit de ferramentas, com a opção de você adicionar o seu próprio país. Esperamos que isso irá fornecer um recurso útil para ajudar a construir sua rede de pós-2015.





PARTE 2

DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA DE ADVOCACIA PÓS-2015

1. O QUE É ADVOCACIA?

A advocacia é o processo estratégico e deliberado para provocar uma mudança nas políticas e na prática. Isso pode acontecer ao nível local, nacional, regional e internacional, e uma estratégia de advocacia que busca alcançar uma mudança abrangente deve envolver atividades coordenadas em todos os níveis.

A advocacia pode ir além de simplesmente visar a mudar as políticas, à também mudar como as pessoas percebem a sua capacidade de influenciar os processos de decisão.

No caso da agenda de desenvolvimento pós-2015, a advocacia deve procurar diretamente e indiretamente influenciar os decisores e outros stakeholders para apoiar e implementar ações que contribuam para o cumprimento de um quadro político ambicioso, universal, inclusivo e um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para um resumo e mais detalhes sobre as estruturas e processos-chave envolvidos na agenda de desenvolvimento pós-2015, consulte a Parte 1 deste kit de ferramentas.

2. POR QUE DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA DE ADVOCACIA?

É necessário ter uma estratégia de advocacia para alcançar os seus objetivos. Também é fundamental ser estratégico na advocacia para garantir o máximo impacto e eficácia.

O desenvolvimento de uma estratégia pode lhe ajudar a:

- Colocar recursos (tempo, fundos e habilidades) à sua utilização mais eficaz;
- Minimizar os riscos e maximizar as oportunidades;
- Identificar oportunidades para a coordenação e colaboração, e minimizar a duplicação de esforços;
- Alinhar a advocacia com outras áreas de trabalho e os objetivos organizacionais, tanto a longo prazo como a curto prazo.

3. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS STAKEHOLDERS

Os governos vão decidir o que os ODS devem conter e serão responsáveis por alcançar essas metas a nível nacional. Porém a sociedade civil e outros stakeholders precisam ter certeza de que há vontade política para que isso aconteça, através da prestação de contas dos governos e de outros atores-chaves. Existem muitas maneiras para que a sociedade civil e outros stakeholders possam desempenhar um papel eficaz na formação e influência da agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo:

- Aumentando a sensibilização de stakeholders sobre os processos pós-2015 e os ODS;
- Engajando-se em ações para exercer pressão sobre tomadores de decisão e monitorando o que os governos estão fazendo;
- Fornecendo pesquisa e informação para apoiar os atores estatais relevantes ou órgãos da ONU, através de produtos de pesquisa, consultas, ou traduzindo discussões e acordos de contextos internacionais ou nacionais, e vice-versa;
- Proporcionando insumos e soluções de especialistas diretamente aos tomadores de decisão por meio de funções de assessoramento ou grupos de discussão de especialistas;
- Fornecendo uma conexão de comunicações e engajamento entre o público e os tomadores de decisão;
- Reforçando campanhas locais e nacionais através do estabelecimento de redes e parcerias que estão ligadas ao nível global, fornecendo exemplos de como fazer a agenda relevante e fundamentada na ação local;
- Treinando relevantes stakeholders e decisores nas práticas de implementação e execução; e
- Trabalhando em conjunto para fortalecer todos os nossos esforços pela construção de credibilidade, compartilhamento de conhecimentos, e lições aprendidas.



4. CONSTRUINDO AS BASES PARA UMA ADVOCACIA DE SUCESSO

4.1 ENTENDA A AGENDA: FAÇA SUA PESQUISA E REÚNA SUAS PROVAS

Como você pode ver na Parte 1, os processos da agenda de desenvolvimento pós-2015 são inúmeros, extensos, e complexos. Há varios stakeholders e decisores em todos os governos, agências da ONU e sociedade civil; e marcos importantes a nível nacional, regional, e global.

É fundamental ter uma compreensão detalhada das questões sobre as quais você estará construindo a sua estratégia na fase mais adiantada pe planejamento. Você precisa decidir o que, e quem você quer influenciar na agenda de desenvolvimento pós-2015 através da realização de pesquisas e análises para entender o contexto e identificar problemas, prioridades, e públicos-alvo. Só então você pode desenvolver um argumento robusto, e fornecer as provas necessárias para apoiá-la.

A pesquisa e análise também ajudam com várias etapas do processo de advocacia, como na coleta de dados, e as evidências permitem você criar mensagens, ampliar o apoio, monitorar e avaliar o progresso. Sua pesquisa pode assumir muitas formas, por exemplo uma pesquisa feita no internet, a realização de discussões em pequenos grupos de foco, ou entrevistando stakeholders já trabalhando na agenda, e o seu investimento de tempo e recursos nessas pesquisas pode variar.

DICA: REALIZAÇÃO DE UMA PESQUISA CREDÍVEL



OA pesquisa deve ser:

- Objetiva, não tendenciosa
- Representante de todo o grupo no qual está focado, e não num único ponto de vista
- Precisa e confiável
- Metódica e sistemática.

Water Aid (2007), *Um Guia de Consulta sobre a Advocacia*. Disponível em: www.wateraid.org/~media/Publications/advocacy-sourcebook.ashx

As evidências vão também dar legitimidade ao seu trabalho, o que é importante para uma advocacia bem sucedida. Há dois pilares comumente reconhecidos na legitimidade de advocacia:

- **A legitimidade baseada em causas** extrai sua força a partir da “moralidade” de uma causa que o projeto de advocacia representa, e não necessariamente a partir de um número de indivíduos ou de vários grupos de pessoas que ela representa. Muitas causas começaram com apenas um apoio mínimo do público, embora tenham feito sucesso através de sua “força moral”.
- **A legitimidade baseada em pessoas** significa ter o apoio de um número suficientemente grande de indivíduos ou de grupos de pessoas diferentes: um eleitorado.

ESTUDO DE CASO 1: MECANISMOS DE VIGILANCIA DA SOCIEDADE CIVIL CONDUZEM O MOVIMENTO ANTI-CORRUPÇÃO A NÍVEL LOCAL NO NEPAL



Contribuído por A Federação das ONGs do Nepal

A CAMPANHA:

Em meio a sua participação ativa em diversos movimentos sociais no país, a Federação das ONGs do Nepal (NFN), uma organização guarda-chuva de ONGs no Nepal com mais de 6000 membros, em 2011 lançou uma campanha intitulada “Reforçando a participação de OSCs para melhorar a governança pública financeira e econômica no Nepal.” O principal objetivo desta campanha é melhorar a transparência, responsabilidade, e integridade da governança pública financeira e econômica a nível local para uma governança local focada no cidadão. O projeto foi implementado em 10 distritos e 50 Comitês de Desenvolvimento de Aldeia (VDCs) em todo o país.

AS AÇÕES:

Para dar suporte a essa iniciação orientada as pessoas, o NFN formou as Redes de Cidadãos para a Prestação de Contas do Serviço Público (CNPSAs) e os Grupos de Vigilancia dos Cidadãos (CWGs) a nível distrital e os VDC como um mecanismo de vigilancia dos cidadãos para fortalecer e dar apoio para fazer os prestadores de serviços públicos mais responsáveis e transparentes.

Estes órgãos promovem a boa governança a nível local, monitorando todos os aspectos da gestão das finanças públicas, defendendo e coordenando a transparência e a integridade dos prestadores de serviços públicos locais, tais como as escolas públicas, órgãos governamentais locais e ONGs. Eles também tiveram sucesso com o controle de irregularidades e comportamentos impróprios, com a sensibilização dos cidadãos locais sobre o soborno, comissões, propensidade a criar problemas, e práticas pesadas de agentes de serviço.

OS RESULTADOS:

Devido aos mecanismos de vigilancia, os processos de planejamento e orçamento do desenvolvimento participativo têm aumentado e reuniões do conselho foram conduzidos em tempo hábil. Cartas do Cidadão foram instalados nas dependências das repartições públicas, a prática de manter quadros de aviso do projeto nos locais do projeto tem aumentado, e a qualidade das obras de desenvolvimento tem sido controlado.



Seu trabalho na agenda de desenvolvimento pós-2015 certamente deve utilizar tanto a legitimidade baseada em causas - dada a moralidade de desenvolver um quadro successor para os ODM e para erradicar a pobreza no mundo- como a legitimidade baseada em pessoas, através do desenvolvimento de apoio e parcerias com outros engajados na agenda.

EVIDÊNCIA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA

É importante reunir as provas para apoiar o seu trabalho da perspectiva de fontes **primárias** (estudos originais, relatos, e experiências) e **secundárias** (interpretações da sua própria pesquisa ou da pesquisa primária de outros).

ESTUDO DE CASO 2: OBTENDO LEGITIMIDADE E AUMENTANDO INFLUÊNCIA NA POLÍTICA NA AGENDA PÓS-2015 ATRAVÉS DA PESQUISA PARTICIPATIVA NA BOLÍVIA



Contribuído por UNITAS

A CAMPANHA:

As discussões da sociedade civil tem deixado claro que o desenvolvimento de uma nova agenda global não deve repetir a abordagem da “porta fechada”- sem a participação dos pobres- que prevaleceu na formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Desde novembro de 2012 até março de 2013, UNITAS, a rede nacional de instituições para o desenvolvimento e direitos humanos na Bolívia, realizou uma pesquisa em sete municípios pobres na Bolívia intitulado “Pobreza e caminhos para a mudança: Pontos de vista dos afetados.”

AS AÇÕES:

A metodologia participativa - com oficinas e entrevistas minuciosas como as principais ferramentas- foi utilizada para coletar as perspectivas dos pequenos agricultores, proprietários de artesanatos, pequenos empresários, empregados e desempregados urbanos e rurais. O objetivo foi analisar as mudanças relativas vividas nos últimos doze anos em suas condições de vida, as causas da situação atual e as perspectivas para a transformação.

OS RESULTADOS:

A pesquisa foi apresentada em várias reuniões e fóruns nacionais e internacionais, servindo como base para as discussões e tomadas de decisão. Ela informou a posição da sociedade civil na Bolívia e na América Latina em quatro áreas de importância:

- O acesso aos recursos produtivos (terra, água, capital, treinamento técnico e de acesso a mercados para produtos de pequenas unidades);
- O acesso e melhoria das condições de trabalho e à proteção dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos;
- A proteção e a segurança social orientada para otimizar as condições de vida urbana e rural, além de uma melhoria substancial na educação e serviços de saúde;
- A completa participação social superando as limitações (clientelismo político, corrupção de funcionários e autoridades) que levam à ruptura social e invisibilidade pública da juventude, as mulheres, os idosos, e outras populações vulneráveis.

FATORES DE SUCESSO:

- A metodologia participativa gerou condições favoráveis para os participantes se expressar em um ambiente de confiança e segurança.
- A metodologia buscou não apenas coletar informações, mas também gerar um processo interativo que ajudou os participantes a identificar as causas e alternativas de suas condições de vida, tornando-os proprietários das propostas feitas na pesquisa.
- A variedade geográfica, demográfica, e socioeconômica dos municípios consultados no estudo deu legitimidade e representatividade as propostas.



FERRAMENTA 1: TABELA PARA O PLANEJAMENTO DA PESQUISA



Uma ferramenta de planejamento de pesquisa simples que você pode usar durante o planejamento e implementação da sua advocacia:

TEMA/ PERGUNTA DE PESQUISA	SUBTEMA/ PERGUNTA DE PESQUISA	ONDE VOCÊ PODE ENCONTRAR A INFORMAÇÃO?	QUEM VAI CONTRIBUIR PARA A PESQUISA?	COMO VOCÊ IRÁ COLETAR E ANALISAR AS INFORMAÇÕES?
Como é que a questão da água e do saneamento foi abordado nas discussões pós-2015 até agora?	Quais processos pós-2015 têm abordado água e saneamento e quais não tem?	Site do Desenvolvimento Sustentável da ONU	A chefe da pesquisa será Maria Sanchez (da campanha Save Water) da coalizão	Maria e sua equipe iram produzir um mapeamento em uma planilha de Excel/ comparando processos pós-2015 e as posições do governo sobre a água e o saneamento até segunda-feira 28 de julho
	Que governos expressaram forte apoio/oposição para que a água e saneamento seja uma prioridade pós-2015?	Falando com contatos no Water Alliance		Maria vai elaborar e divulgar um breve relatório resumindo as informações do mapeamento de planilha para todos os parceiros até segunda-feira 4 de agosto, e organizará uma chamada de acompanhamento para discutir os resultados
		Reunindo-se com um representante do governo do Ministério do Meio Ambiente		

Adaptado do UNICEF (2010), *Kit de Ferramentas de Advocacia: Uma Guia para Influenciar Decisões que Melhoram a Vida das Crianças*. Disponível em: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf

4.2 ENTENDA A AGENDA DESDE O NÍVEL NACIONAL ATÉ O NÍVEL GLOBAL

Para desenvolver e efetuar uma boa estratégia de advocacia pós-2015 a nível nacional, regional, ou global, você precisa entender e analisar o contexto para seu trabalho. Sua voz também será muito mais forte se você pode fazer ligações e compartilhar lições entre esses níveis.

Esse contexto externo também pode ser conceituado como o “ambiente propício” para a sociedade civil, ou seja as condições que afetam a capacidade dos cidadãos ou organizações e suas ações para participar e engajar na sociedade. Estas condições incluem os fatores da governança e da política que diretamente afetam a sociedade civil, e as condições sócio-econômicas e sócio-culturais que afetam os indivíduos. Ao medir o ambiente propício, as organizações da sociedade civil ficam mais informadas sobre como o quadro legal e as capacidades, financiamento, e condições políticas e sociais podem lhes afetar e também na sua participação em iniciativas de auto-regulação em todos os níveis.

Para uma explicação mais detalhada sobre o ambiente propício, e mais informações sobre como ele pode ser aplicado em cada contexto diferente, em particular ao nível nacional, consulte o relatório *Índice do Ambiente Propício da CIVICUS*.

Nível nacional:

Cada ambiente de política nacional é diferente e vai ter vários constrangimentos e oportunidades. Os governos têm diferentes graus de legitimidade e poder, e as decisões

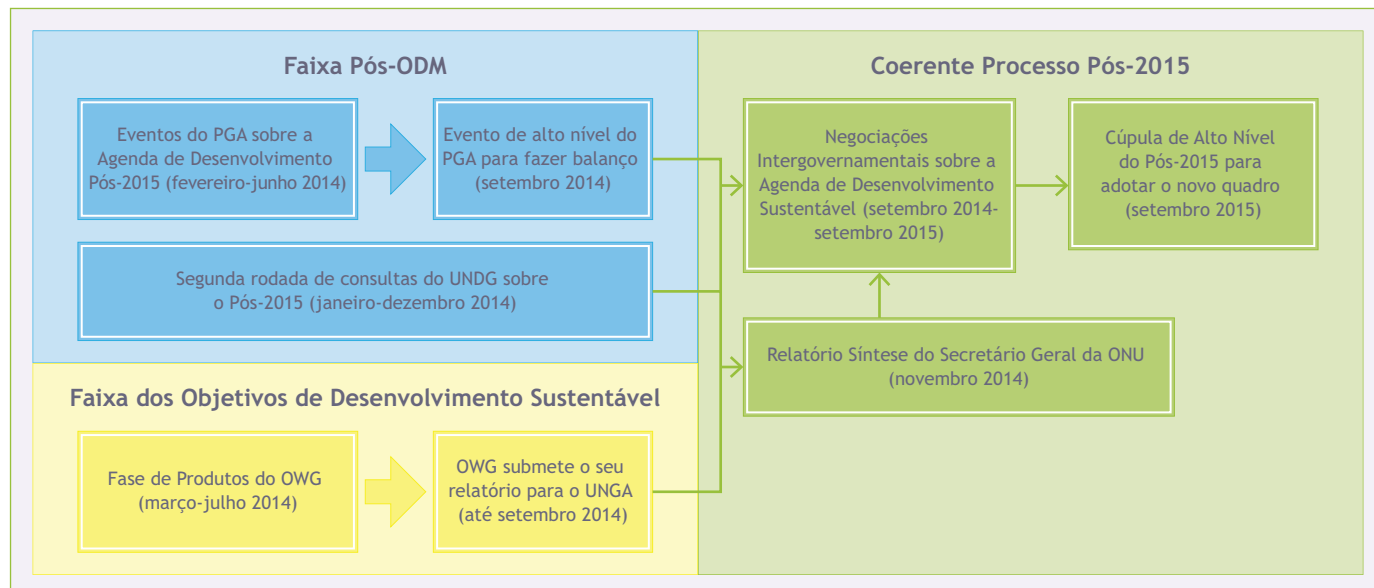
políticas serão feitas de forma diferente de acordo com a natureza do estado, política, mídia, e a força da sociedade civil. Consequentemente, os governos terão diferentes prioridades dentro da agenda de desenvolvimento pós-2015. Portanto, uma estratégia de advocacia em um país pode parecer muito diferente de outra em outro país. É importante também notar que os países têm diferentes níveis de liberdade e acesso ao setor público, o que terá um impacto sobre as atividades que uma organização pode realizar.

O Programa DS2015 irá fornecer sessões de informação e notas de orientação sobre o engajamento com os processos parlamentares nacionais e um scorecard sobre o engajamento de organizações intergovernamentais com a sociedade civil em processos pós-Rio+20 e pós-2015. Fique de olho na seção do site do DS2015 “Ferramentas de Engajamento” para mais detalhes.

Nível regional:

Os governos e outros stakeholders se reúnem de diferentes maneiras em diferentes contextos. As cinco Comissões Regionais da ONU, os postos avançados regionais das Nações Unidas, fornecem um meio de coordenação de advocacia a este nível. As Comissões têm como objetivo promover o diálogo multilateral, a partilha de conhecimentos e formação de redes para o desenvolvimento sustentável entre governos e stakeholders, e podem ser abordados para atuar como organizadores ou mediadores para apoiar suas atividades regionais. Isso pode envolver a convocação de atores próximos a nível nacional para trabalhar em prioridades comuns, e entregar essas mensagens para fóruns

FIGURA 4: Resumo de processos da agenda de desenvolvimento pós-2015



chave ao nível global. Em particular, as Comissões Regionais foram convidadas para contribuir ao trabalho do HLPF (veja Parte 1), incluindo através de reuniões regionais anuais.¹⁴

O programa DS2015 está realizando oficinas de capacitação ao lado dos eventos de consulta própria das Comissões Regionais em 2014, a partir do qual as lições e sugestões para a colaboração regional em curso serão compartilhadas no site DS2015.

Nível global:

Os principais processos para influenciar a agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo o Grupo Aberto de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (OWG), e os métodos mais eficazes de fazê-lo, incluindo os Maiores Grupos da ONU, foram estabelecidos em mais detalhes na Parte 1.

A figura abaixo simplifica o processo geral de tomada de decisão, para facilitar a referência. Mais detalhes e datas para esses processos constituintes também são descritos no DS2015 *Linha do Tempo Interativa de Processos Pós-2015 e Pós- Rio+20*.¹⁵

4.3 TRABALHANDO EM PARCERIA

A construção de parcerias fortes, que incluam uma ampla gama de atores e grupos pode ajudar a aumentar a legitimidade e a eficácia de sua estratégia de advocacia pós-2015.

O trabalho em parceria com os outros tem muitas **vantagens**, incluindo:

- A criação de oportunidades para aprender e partilhar competências, recursos, e experiência;
- A construção de novas e melhores oportunidades para influenciar potenciais doadores, decisores, contatos na mídia, e outros stakeholders;
- A coordenação de atividades para reduzir a duplicação e reforçar o trabalho do outro;
- O aumento da credibilidade e legitimidade aos olhos dos decisores e outros stakeholders através da criação de “uma voz forte;”
- A ampliação da presença nacional e regional e, portanto, aumentando oportunidades para ter um impacto sobre a opinião pública e mobilizar uma campanha pública.

No entanto, ainda é importante estar ciente de alguns dos riscos de trabalhar em parceria, incluindo:

- O progresso pode ser lento devido ao maior tempo utilizado em convencer os outros sobre as questões, em vez de convencer os tomadores de decisão;
- Sua estratégia pode ser limitada a um consenso do ‘menor denominador comum’, a fim de assegurar o acordo dos parceiros;
- Alguns parceiros podem ganhar mais do que dão;
- Se os parceiros abandonam, a estratégia pode fraturar ou desintegrar;

¹⁴ Resolução da Assembleia Geral da ONU 67/290. Formato e aspectos organizacionais do fórum de alto nível político sobre o desenvolvimento sustentável, A/RES/67/290 (9 de julho de 2013, parágrafo 13). Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/67/290&Lang=E

¹⁵ DS2015 Linha do Tempo Interativa de Processos Pós-2015 e Pós-Rio+20. Disponível em: <http://www.sustainabledevelopment2015.org/index.php/timeline>



DICA: ESCOLHER PARCEIROS



A escolha de parceiros certos pode ser baseada em uma série de fatores, incluindo:

- Podem eles influenciar o nosso público-alvo?
- Temos interesses e objetivos comuns?
- Eles aumentam a legitimidade, credibilidade, e a eficácia da estratégia de advocacia?
- Eles trazem evidências, conhecimentos, ou conhecimento técnico?
- Eles trazem outros recursos para a iniciativa de advocacia?
- Eles tem presença global, regional, nacional ou local?
- São as suas forças e habilidades complementares a nossa?

UNICEF (2010), *Kit de Ferramentas de Advocacia: Uma Guia para Influenciar Decisões que Melhoram as Vidas das Crianças*. Disponível em: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf

- O perfil organizacional individual pode ser perdido e alguns parceiros poderiam utilizar o perfil compartilhado para ganho próprio.

Por último, segue alguns princípios e ações a ter em conta para a construção de parcerias eficazes que conduzam a uma colaboração efetiva:

PRINCÍPIOS COMPARTILHADOS:

Visão - Valores - Expectativas- Respeito - Estratégia - Responsabilidades- Prestação de Contas - Flexibilidade - Comunicação¹⁶

AÇÕES:

Complementaridade (diferentes conjuntos de perícia) - Papéis claramente definidos - Resultados claramente definidos (e medidos com parceiros e doadores) - Boa comunicação entre parceiros e internamente - Balanceando resultados.

DICA: TRABALHANDO EM PARCERIAS



Para limitar alguns dos riscos potenciais que você pode encontrar enquanto trabalhando em parceria, você poderia considerar alguns dos pontos abaixo:

1. Parcerias devem ser táticas e estratégicas. Apesar de ter uma ampla gama de estratégias disponíveis, as escolhas devem ser feitas a respeito de que as táticas e/ou parceiros podem exercer a máxima pressão sobre os decisores. Os tomadores de decisão raramente respondem a uma única direção de pressão, e, portanto, terão de ser o foco de uma série de táticas.
2. As parcerias precisam se concentrar no espaço comum entre os parceiros para ter uma troca de mensagens e um acordo, apesar de provavelmente haver diferentes mandatos e procedimentos operacionais, a fim de alavancar o poder e afetar a mudança.
3. Os parceiros devem ser envolvidos em todos os aspectos da advocacia. Muitas vezes, os melhores parceiros são aqueles que tenham exercido desde o início, durante a análise da situação, uma vez que partilham a responsabilidade de identificar o problema e no desenvolvimento de soluções para resolver o problema.
4. As parcerias irão trazer riscos se elas falham, portanto, é fundamental estar ciente destes riscos.
5. A consideração do estilo e cultura organizacional pode ajudar nas relações de trabalho e na colaboração.
6. Alguns parceiros serão parceiros ativos no trabalho de advocacia. Outros precisam ser 'cultivados' antes que se tornem parceiros ativos e recursos verdadeiros. Como essas parcerias são abordadas deve ser planejado de forma estratégica.

UNICEF (2010), *Kit de Ferramentas de Advocacia: Uma Guia para Influenciar Decisões que Melhoram as Vidas das Crianças*. Disponível em: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf

¹⁶ Você pode consultar a proposição da CIVICUS sobre Princípios de Parcerias para um conjunto de exemplos. Disponível em: <http://civicus.org/images/stories/Partnership Principles.pdf>



ESTUDO DE CASO 3: CONSTRUINDO ALIANÇAS PARA A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015: UMA EXPERIÊNCIA DE UMA OSC INDONÉSIA

Contribuído por INFID

A CAMPANHA:

Desde 2012, O Fórum Internacional de ONGs sobre o Desenvolvimento Indonésio (INFID) têm trabalhado no sentido de construir uma aliança de OSCs Indonésio para fazer campanha para a agenda de desenvolvimento pós-2015.

A aliança se concentra em dois “inimigos comuns”:

- As conquistas dos ODM na Indonésia- que, de acordo com os seus membros, estão longe de ser satisfatórias. O impacto da estrutura de desenvolvimento pós-2015 deve, portanto, ser melhor;
- A falta das vozes do Sul nas discussões- as vozes de países como a Indonésia precisam ser ouvidos e utilizados para moldar a direção e o conteúdo dos compromissos de desenvolvimento acordados no futuro.

A aliança tem como objetivos:

- Promover o compartilhamento de informações, análise e formulação conjunta de demandas;
- Aumentar o envolvimento de diversos grupos e comunidades;
- Fornecer diferentes caminhos para diversos grupos expressar as suas preocupações, de acordo com as suas aspirações e necessidades;
- Engajar as agências estatais e não-estatais e indivíduos;
- Produzir varios porta-vozes para representar diferentes conhecimentos e abordagens.

AS AÇÕES:

- O estabelecimento de uma lista de correspondência com uma adesão de mais de 250 pessoas e reuniões regulares de membros;
- 10 porta-vozes que representam diferentes aspectos de política e questões, incluindo: a justiça de gênero, o ambiente, a boa governança, os direitos das pessoas com deficiência, os trabalhadores migrantes e a desigualdade;
- A publicação de um relatório especial sobre os ODM e a agenda de desenvolvimento pós-2015, “A Jornada da Indonésia para Alcançar os ODM” (2013);
- A contribuição de uma variedade de comunidades e grupos, tais como o movimento das mulheres, a comunidade de deficientes, grupos de advocacia para a reforma agrária, e grupos ambientalistas;
- A publicação de um livro intitulado, “A injustiça, Lacunas, e Desigualdade: O Caminho Longo até o Desenvolvimento Sustentável Pós-2015” (2013);
- Reuniões periódicas com instituições e autoridades do governo, incluindo o Ministério de Relações Exteriores, a Unidade Presidencial de Trabalho para a Supervisão e Gestão do Desenvolvimento (UKP4) e o Ministério do Planejamento Nacional para o Desenvolvimento (BAPPENAS).

4.4 CRONOGRAMAS

O processo da agenda de desenvolvimento pós-2015 é limitado no tempo e a oportunidade para lhe influenciar está diminuindo.

Ao desenvolver a sua estratégia de advocacia, é necessário garantir que todas as suas atividades propostas se encaixam com os prazos de pós-2015 fixados a nível global, regional, e nacional. Consulte a Parte 1 e o DS2015 ‘*Linha do Tempo Interativa de Processos Pós-2015 e Pós-Rio+20*’ para um resumo das principais datas a nível global e regional, e tente pesquisar e criar uma linha do tempo do seu próprio país. Não faz sentido elaborar uma estratégia de advocacia excelente no papel que só iria entrar em jogo no meio de 2015, pois isso seria tarde demais para influenciar os processos de pós-2015.

Além de setembro de 2014, o processo para adotar a agenda de desenvolvimento pós-2015, através de negociações intergovernamentais ainda é incerto. Provavelmente será um momento-chave para a advocacia focada a seus órgãos governamentais nacionais e intergovernamentais, para o qual você deve começar a planejar o mais cedo possível. Nossa ferramenta, “Identificando e planejando oportunidades” (Seção 5, Passo 5) fornece algumas orientações sobre quando pode ser melhor para entregar as suas mensagens de advocacia a nível global, regional, ou nacional, e o *programa DS2015* fornecerá sessões de informação e atualizações para a versão online deste kit de ferramentas à medida que mais informações se tornarem disponíveis.



5. PASSOS PARA DESENVOLVER SUA ESTRATÉGIA DE ADVOCACIA PÓS-2015

Esta seção apresenta oito passos que poderiam compor a sua estratégia de advocacia. Como mencionado na introdução, estes passos não têm de ser feitos em sequência, já que o planejamento de advocacia é um ciclo, em vez de um processo linear. Você pode escolher os passos que você quer focar, dependendo do seu nível existente de planejamento.

Os passos são:

1. Selecione suas prioridades pós-2015;
2. Identifique o seu público-alvo;
3. Crie sua(s) mensagem (ens);
4. Escolha o(s) seu (s) mensageiro (s);
5. Identifique oportunidades e atividades para transmitir as suas mensagens;
6. Faça um balanço e identifique lacunas;

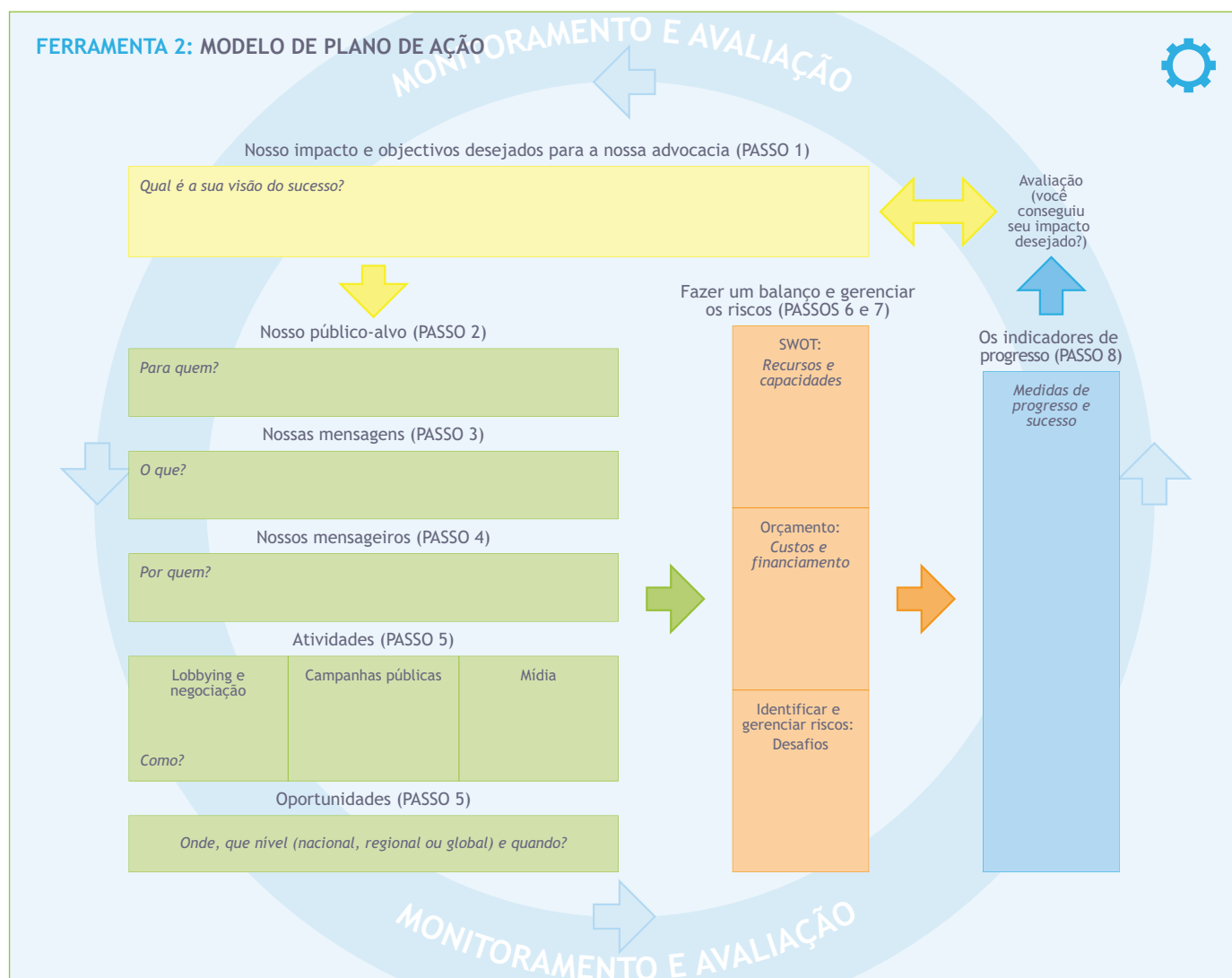
7. Gerencie riscos; e

8. Monitore e avalie o progresso e o impacto.

Estes passos estão incluídos no seguinte modelo de plano de ação. Esta ferramenta de planejamento vai ajudar a construir a sua estratégia enquanto você segue os passos e preenche as seções diferentes. Você deve fazer ajustes a seu plano de ação ao longo do tempo à medida que mais informações se tornarem disponíveis.

Como em qualquer planejamento de ação, certifique-se que você está de acordo e atribua responsabilidades aos parceiros e indivíduos que trabalham juntos na estratégia. Isso irá garantir que todas as atividades são feitas de forma justa.

Algumas das informações e passos serão mais relevantes para o planejamento de advocacia e a influencia a nível global, enquanto outros serão mais relevantes ao nível nacional e regional.





PASSO 1: SELECIONE SUAS PRIORIDADES PÓS-2015

Toda estratégia de advocacia precisa começar com uma decisão sobre o que é que você quer realizar.

Diminua suas opções

Se você ainda não decidiu sobre as suas prioridades de estratégia de advocacia, fique tranquilo porque existem vários temas potenciais que podem ser abordados. Para garantir que sua advocacia seja eficaz e orientada, você precisa concordar com os seus parceiros e redes sobre as suas prioridades principais.

A decisão sobre quantas questões você quer abordar também vai depender dos parceiros com que você está trabalhando, e as capacidades de você e seus parceiros para implementar uma estratégia de advocacia nacional, regional, global, ou combinada.

Ao enfrentar à um pequeno número de questões focadas, você terá um maior impacto no curto e longo prazo. Dirigir-se à uma longa lista de questões diferentes pode dificultar a eficácia do seu trabalho.

FERRAMENTA 3: MATRIZ DE ESCOLHA DE QUESTÕES



Esta é uma ferramenta que você pode usar para analisar e priorizar questões de advocacia relacionadas com a agenda de desenvolvimento pós-2015. Ela funciona através da classificação de cada questão identificada contra determinados critérios. Como primeiro passo, você precisa identificar três ou quatro possíveis questões prioritárias, usando a sua pesquisa e análise, sobre as quais você pode basear a sua estratégia de advocacia pós-2015. Em seguida, discutindo cada questão por sua vez, classifique cada uma de 1-5 (5= eficácia máxima). Por último, adicione os totais: a questão com mais pontos deve, em teoria, tornar-se a sua prioridade estratégica de advocacia.

Os critérios utilizados abaixo são apenas exemplos que você pode alterar de acordo com sua própria situação e nível de percepção de importância.

Nota: Embora, em teoria, você apenas soma os pontos, na prática, é a discussão que é fundamental e não apenas os números. Não deve ser um processo mecânico onde você apenas soma números. O ideal é que você e seus parceiros decidam a questão mais importante (s) por consenso. Você pode optar por concentrar-se em mais de uma questão-chave, de acordo com seus objetivos, recursos, e capacidades.

Abaixo está um exemplo de uma matriz para a escolha de questões que uma coalizão trabalhando a nível nacional pode produzir para influenciar o governo deles:

CRITÉRIOS	QUESTÃO# 1: Os direitos das gerações futuras não são vistos como uma prioridade para a inclusão nos ODS	QUESTÃO# 2: O esgotamento dos recursos naturais não foi devidamente reconhecido, e não há nenhuma tentativa de abordar os padrões de consumo e produção	QUESTÃO# 3: A mudança climática afetará todos os ODS, embora este não seja visto como uma questão fundamental
O seu nível de preocupação com esta questão (O quão importante você pensa que ela deve ser abordada?)	4	4	4
A questão se alinha com os objetivos e missão da sua organização/coalização?	3	3	4
Potencial para você e seus parceiros agregar valor a outras vozes de stakeholders (São muitos outros que já atuam sobre esta questão? Está o espaço superlotado?)?	2	3	5
Você têm a mobilização de recursos necessária para enfrentar esta questão	4	4	4
Essa questão se encaixa com a experiência de você e seus parceiros	2	3	4
Mais critérios aqui ...			
TOTAL	15	17	21

VSO (2012), *Advocacia Participativa: Um Kit de Ferramentas para Funcionários, Voluntários, e Parceiros do VSO*. Disponível em: www.vsointernational.org/Images/advocacy-toolkit_tcm76-25498.pdf



DICA: A ESCOLHA DE UMA “BOA” QUESTÃO DE ADVOCACIA



A lista de considerações a seguir também pode ajudá-lo a identificar quais questões de advocacia pós-2015 você deve priorizar.

Será que trabalhar na questão vai:

- Contribuir para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável?
- Ter relevância tanto para países de alta e baixa renda?
- Aperfeiçoar o trabalho dos ODM?
- Ser amplamente e profundamente sentido?
- Construir organizações duradouras e alianças?
- Oferecer oportunidades para as mulheres poder aprender e estar engajadas na agenda e na política em geral?
- Desenvolver novos líderes?
- Promover a conscientização, e respeito pelos direitos?
- Fazer a ligação entre preocupações locais e questões globais?
- Fornecer potencial para a captação de recursos?
- Permitir que sua organização possa promover sua visão e missão?
- Ser vencível? Será que ela tem um impacto, prazos, e objetivos claros?

Adaptado de: VeneKlasen, L., Miller, V., (2002)
Poder e empoderamento, Notas PLA

DICA: ANALISANDO A(S) SUA(S) QUESTÃO(ÕES) PRIORITÁRIA(S)



Uma vez que você tenha identificado a(s) sua(s) questão(ões) de maior prioridade e coletado as informações relevantes através da pesquisa, você deve submeter a(s) questão(ões) à uma análise detalhada.

Há uma série de diferentes ferramentas que você pode usar para analisar a(s) sua(s) questão(ões), e separar a(s) questão(ões) em partes menores. Isso ajudará a aumentar a compreensão sobre cada questão, o contexto em que a questão funciona e como você pode trazer a mudança.

Recomendamos três ferramentas comuns:

- **Árvore de problemas**
A árvore de problemas é um método visual de analisar um problema específico, com base em torno de mapear os diferentes aspectos do problema. Ele funciona particularmente bem quando se analisa um problema dentro de um grupo.
- **Quadro RAPID**
O quadro RAPID ajuda a desenvolver uma compreensão das influências da política sobre um determinado assunto, bem como a identificar os relevantes stakeholders e atores políticos dessa questão.
- **Análise PESTLE**
A análise PESTLE oferece um quadro para examinar o ambiente externo e as tendências que podem afetar a questão na qual você está trabalhando.

Modelos e exemplos estão amplamente disponíveis online.



DEFINA O SEU DESEJADO IMPACTO DE ADVOCACIA E OBJETIVOS

Depois de ter concordado sua (s) questão (ões), você deve definir a forma como a sua estratégia de advocacia pós-2015 irá enfrentá-lo.

Você precisa decidir o que você quer que aconteça e quando. A definição de seu “impacto” desejado lhe permitirá ser claro sobre o que você está tentando alcançar, e irá ajudá-lo em seu planejamento e concepção de “objetivos” ao longo do caminho. A longo prazo, ao ter objetivos claramente prescritos, se torna mais fácil a avaliação e o acompanhamento da sua estratégia de advocacia, e é possível entender onde seu trabalho foi bem sucedido e se você conseguiu alcançar o seu impacto pretendido.

A próxima ferramenta ajuda você a pensar sobre o impacto desejado que você quer ter sobre o (s) assunto (s) de prioridade que foi identificado (s):

FERRAMENTA 4: MATÉRIA DE CAPA DE JORNAL



Este é um exercício criativo que lhe pede imaginar como seria um resultado positivo em setembro de 2015, quando a agenda de desenvolvimento pós-2015 e seus objetivos associados foram acordados e anunciados ao mundo por líderes globais.

O objetivo do exercício é construir uma matéria de capa de jornal, mostrando como seriam os manchetes em 2015 se tudo que você queria de sua estratégia de advocacia havia sido acordado.

Por exemplo:

****NOTÍCIA DE ÚLTIMA HORA****

16 de setembro de 2015

Os Líderes Mundiais Concordam com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Ambiciosos, Transparentes, e Universais- A Energia Renovável Para Todos Finalmente Se Vai Tornar em Uma Realidade até 2030

Pessoas ao redor do mundo assistem hoje aos líderes mundiais por fim concordar em proporcionar o mundo que queremos e precisamos. Estes novos objetivos globais vão aliviar a pobreza até 2030, vão-nos fazer parar de consumir mais recursos do que o planeta pode sustentar e serão impulsionados por parcerias com a sociedade civil.

Certifique-se de guardar as matérias de capa em um lugar seguro- em setembro de 2015, você pode compará-las com as verdadeiras histórias relatadas e isso pode ser utilizada como uma medida de sucesso.

Usando o exemplo da Matriz de Escolha de Questões (Ferramenta 3), “A mudança climática vai afetar todos os ODS, embora este não seja visto como uma questão fundamental” e usando o exercício criativo anterior para determinar o resultado que você quer alcançar, um impacto SMART e alguns possíveis objetivos de advocacia podem ser:

Impacto: ‘Até 2015, garantir que a mudança climática faça parte de todos os ODS ao nível de metas e indicadores.’

Objetivos:

- Cada conjunto de metas dos ODS sugerido pelo OWG em seu relatório de setembro inclui pelo menos uma meta que se relaciona especificamente ao combate às alterações climáticas;
- Maior apoio para a inclusão de mudanças climáticas no quadro pós-2015 e os ODS, particularmente entre os Estados-Membros;
- Maior sensibilização sobre a relação entre a mudança climática e a erradicação da pobreza/ desenvolvimento sustentável, e o relacionamento reformulado;
- Exemplos fornecidos ao OWG/governo nacional sobre como a mudança climática pode ser integrada na agenda de desenvolvimento pós-2015, exemplo: metas de exemplo.

DICA: SEJA SMART



Um método comum para garantir que você tenha um impacto desejado ambicioso mas também realista e um conjunto de objetivos é usando a análise do SMART:

- **Específico:** o que exatamente você quer que aconteça?
- **Mensurável:** você vai saber quando você conseguiu isso?
- **Alcançável:** é realista ou mesmo possível atingir o seu objetivo, dado os seus recursos e tempo?
- **Relevante:** é relevante e apropriado para todos os stakeholders, e para o problema em si?
- **Limitado no tempo:** até quando você quer que aconteça?



PASSO 2: IDENTIFIQUE O SEU PÚBLICO-ALVO

Depois de ter concordado sobre o que você quer de sua advocacia, o próximo passo é entender que pessoas e instituições você precisará influenciar para assegurar que seu impacto seja alcançado.

Identificar e analisar stakeholders

Através da pesquisa e análise, você deve desenvolver uma compreensão dos principais tomadores de decisão pós-2015 a fim de identificar o seu público-alvo para a advocacia. Depois você pode pensar sobre como influenciá-los.

Veja **Parte 1** para um resumo geral dos decisores-chave do pós-2015.

Conduzir uma análise de stakeholders (veja Ferramenta: Mapeando e analisando o seu público-alvo) vai ajudá-lo a compreender quais instituições e indivíduos têm um “interesse” na sua questão, bem como os interesses deles, apoio ou oposição (para você e suas prioridades), influência e importância. Conhecendo onde os diferentes stakeholders se posicionam na sua questão prioritária de pós-2015 vai ajudar a proteger seus esforços de advocacia de qualquer surpresa imprevista ou suposições falsas.

DICA: SEJA ESPECÍFICO AO SELECIONAR SEU PÚBLICO-ALVO



- Escolha apenas algumas metas para direcionar sua energia e foco;
- Escolha aqueles que podem ser capazes de influenciar os outros;
- Escolha aqueles que você tem a capacidade de influenciar.

Uma simples análise de stakeholders também irá fornecer informações relevantes para passos posteriores no seu planejamento de advocacia- especialmente para **Passos 4, 5, e 6** no desenvolvimento de mensagens adequadas e eficazes e na escolha de quem e como entregar essas mensagens- a fim de influenciar o seu público-alvo.

Comece por identificar as instituições e pessoas envolvidas nas tomadas de decisão pós-2015 (veja Parte 1), por exemplo:

- decisores (grande atores a nível local, nacional, regional, ou global)
 - exemplo: um co-presidente ou membro do OWG para o nível global, ou um representante de um ministério do governo a nível nacional;
- conselheiros dos tomadores de decisão;
- influenciadores (exemplo: editores de jornais);
- pessoas desfavorecidas;
- aliados e apoiadores;
- oponentes;
- indecisos sobre a questão (que você pode ser capaz de influenciar).

Em seguida, pense sobre o quanto eles já estão associados com o seu objetivo de advocacia ou questões, pesquisando os objetivos deles e atividades recentes (por exemplo, usando sites, publicações, ou resumos de eventos), para descobrir:

- relações e tensões entre os atores;
- suas agendas e restrições;
- suas motivações e interesses;
- quais são as suas prioridades- racional, emocional, e pessoal.

É importante identificar quem são os verdadeiros agentes de mudança em sua agenda escolhida, quem tem o poder e a influência para realizar o que você quer, e se os pontos de entrada para a advocacia são realistas.



FERRAMENTA 5: MAPEANDO E ANALISANDO O SEU PÚBLICO-ALVO



Esta ferramenta ajuda a identificar e analisar os decisores e outras metas-chave.

Uma vez que você tenha identificado seu(s) tema(s) prioritário(s), (consulte o Passo 1), então você pode começar a identificar os indivíduos e instituições-chave, e analisar a sua influência, atitude, e nível de apoio em relação às suas prioridades. A tabela à seguir pode ser utilizada para gravar esta análise. Esta informação pode esclarecer quem pode ser seus aliados, adversários ou alvos, e ajudá-lo a priorizar e formular estratégias.

- Aqueles que têm a maior influência, mas são mais contra a sua questão de prioridade serão aqueles que precisaram de mais argumentos convincentes;
- Aqueles com a maior influência e aqueles que se alinham mais perto da sua questão são susceptíveis de ser aliados importantes.
- Aqueles com alta influência, que são neutros em relação ao seu tema prioritário, poderiam muito bem ser o seu alvo chave.

GOVERNO/ ORGANIZAÇÃO/ NOME (mais os detalhes de contato)	QUANTO CONHECIMENTO ELES TÊM SOBRE A SUA QUESTÃO PRIORITARIA? Avalie com 1 (baixo) -5 (alto), ou qualitativamente	QUANTA INFLUÊNCIA ELES TÊM SOBRE A SUA QUESTÃO PRIORITARIA? Avalie com 1 (baixo) -5 (alto), ou qualitativamente	QUAL É SUA ATITUDE EM RELAÇÃO À SUA QUESTÃO PRIORITARIA? Avalie com 1 (muito contra) -5 (muito a favor), ou qualitativamente	QUÃO IMPORTANTE É A SUA QUESTÃO PRIORITARIA PARA ELES?: Avalie com 1 (baixo) -5 (alto), ou qualitativamente	PONTUAÇÃO TOTAL / RESUMO DOS JULGAMENTOS QUALITATIVOS (Maior = provável alvo)	PROVÁVEL QUE SEJA UM ALIADO/ OPONENTE/ ALVO? (veja critérios acima)
Ministro de Relações Exteriores, Brasil	4	5	3	3	15	Alvo

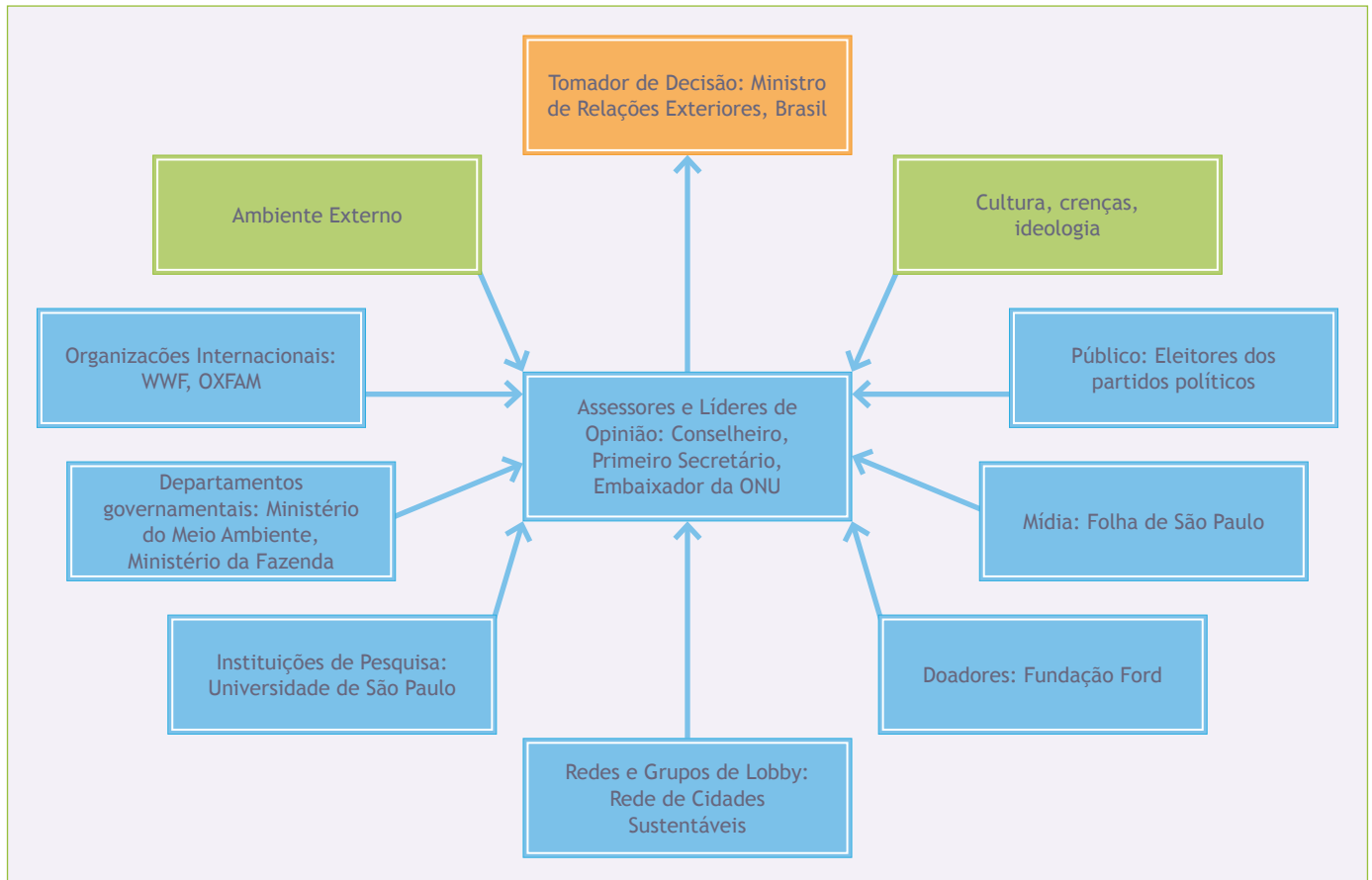
Adaptado de VSO (2012), *Advocacia Participativa: Um Kit de Ferramentas para Funcionários, Voluntários, e Parceiros do VSO*. Disponível em: www.vsointernational.org/Images/advocacy-toolkit_tcm76-25498.pdf e Water Aid (2007), *Um Livro de Consulta da Advocacia*. Disponível em: www.wateraid.org/~media/Publications/advocacy-sourcebook.ashx



Depois de ter identificado o(s) seu(s) público(s)-alvo, é importante fazer mais pesquisa sobre eles. Estratégias de advocacia bem sucedidas investem um tempo considerável em realmente entender os seus públicos-alvo para obter uma boa compreensão de como influenciá-los e personalizar

mensagens e atividades para ganhar um maior impacto. Um exercício de mapeamento, como a mostrada na Figura 5, pode lhe ajudar identificar quem pode ter influência sobre os seus alvos principais.

FIGURA 5: Mapeamento de Alvos e Influência





PASSO 3: CRIE SUA(S) MENSAGEM (ENS)

Uma mensagem forte e abrangente vai manter sua estratégia de advocacia unida. Se você realmente quer influenciar os tomadores de decisão você deve investir tempo no desenvolvimento desta mensagem no início de seu planejamento de advocacia. Se as suas mensagens são numerosas, vagas, ou muito complexas, elas podem falhar em agarrar a atenção de seu público-alvo ou em ter um impacto memorável.

Na advocacia existem dois tipos de mensagem:

- **Mensagem primária:** geralmente é a mensagem mais universalmente atraente para o seu público-alvo. Ela deve incluir o seguinte:
 - **Declaração:** sua ideia central ou a análise/causa do problema. Ela descreve porque a mudança é importante
 - **Evidência:** apoia a declaração com fatos e números (facilmente compreendidos), usando uma linguagem adaptada
 - **Exemplo:** adiciona um rosto humano ao se comunicar
 - **Objetivo:** destaca o que você quer alcançar
 - **Ação desejada:** a solução (ou solução parcial) ao problema. Isto forma o núcleo de uma mensagem de advocacia e a distingue de muitos outros tipos de comunicação.
- **Mensagem secundária:** explica como os objetivos da mensagem principal serão cumpridas. Você pode ter várias mensagens secundárias. Elas podem ser adaptadas a públicos maiores, ou mais específicos, por exemplo: tomadores de decisão, os meios de comunicação, profissionais, ou o público em geral.

A guia do DS2015, *Engajando com a Mídia*, fornece mais conselhos sobre como desenvolver mensagens para diferentes públicos. Ela também oferece conselhos passo-a-passo sobre como desenvolver mensagens, e engajar com a mídia para aumentar o impacto da sua estratégia de advocacia.

DICA: MENSAGENS EFICAZES

Mensagens claras e eficazes:



- Devem resumir a mudança que você quer trazer.
- Devem ser simples, curtas, e incisivas, em apenas uma ou duas frases.
- Devem ser livre de jargões.
- Devem ser adaptadas ao seu público(s).
- Devem incluir um prazo para quando você quer alcançar o seu objetivo.
- Devem incluir as razões por que a mudança é importante.
- Devem incluir qualquer ação que você quer que o público faça em resposta.
- Devem ser memoráveis.
- Devem ser repetidas até que possam ganhar influência.
- Devem ser consistentes.
- Devem combinar o emocional e o racional.

Adaptado do Water Aid (2007),
Um Livro de Consulta da Advocacia. Disponível em:
www.wateraid.org/~media/Publications/advocacy-sourcebook.ashx
eUNDP (2004), *O Livro Azul: Uma Abordagem Prática sobre como Advogar pelos Objetivos De Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em:
www.undg.org/archive_docs/6813-Blue_Book_a_hands-on_approach_to_advocating_for_the_MDGs.pdf

17 Adaptado do UNICEF (2010), Kit de Ferramentas de Advocacia: Uma Guia para Influenciar Decisões que Melhoram a Vida das Crianças. Disponível em: http://www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf



FERRAMENTA 6: DESENVOLVENDO MENSAGENS SECUNDÁRIAS COM BASE EM EVIDÊNCIA



Esta ferramenta irá ajudá-lo a resumir e apresentar a sua mensagem de advocacia para diferentes públicos.

MENSAGEM PRINCIPAL: DECLARAÇÃO + EVIDÊNCIA + EXEMPLO + OBJETIVO + AÇÃO DESEJADA

Exemplo: A mudança climática é a maior ameaça à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento sustentável duradouro. As comunidades pobres e marginalizadas em todo o mundo já estão sentindo os seus efeitos e a opinião de especialistas indica que as oportunidades para evitar impactos perigosos estão diminuindo rapidamente. Um objetivo do desenvolvimento sustentável sobre a mudança climática irá sinalizar para a comunidade internacional a necessidade de ação acelerada e coordenada para resolver esta questão crucial.

PÚBLICO (EXEMPLOS)	PREOCUPAÇÕES	POSSÍVEIS MENSAGENS
Tomadores de decisão (ministros do governo, legisladores, administradores, chefes de corporação)	A cooperação internacional é necessária para combater a mudança climática e chegar a acordo sobre um objetivo universal. A mudança climática na agenda de desenvolvimento pós-2015 vai interferir com outros processos internacionais relacionados à mudança climática (exemplo: UNFCCC)	Ganhos de desenvolvimento serão perdidos sem uma ação urgente sobre a mudança climática. Os governos precisam assumir a liderança e chegar a acordo sobre um objetivo global relacionado com a mudança climática.
Público em geral	A mudança climática é uma questão intangível que está fora do controle deles.	As mudanças climáticas terão um impacto sobre todos nós, e já está causando sofrimento entre as pessoas mais pobres e vulneráveis do mundo. Ao colocar pressão sobre o seu governo, você pode influenciar a ação internacional para enfrentar este desafio urgente.
Jornalistas	Veja <i>'Engajando com a Mídia'</i> para encontrar conselhos sobre o desenvolvimento de mensagens para a mídia	
Organizações da sociedade civil		
Doadores (fundações, agências bilaterais, agências multilaterais)		
Profissionais relacionados com questões específicas, como os sindicatos		
Líderes de opinião (líderes religiosos, chefes, e líderes tradicionais ou da comunidade)		

Adapted from UNICEF (2010), *Advocacy Toolkit: A Guide to Influencing Decisions that Improve Children's Lives*. Available at: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf



DICA: ADAPTANDO MENSAGENS PARA O OWG-DESENVOLVENDO OBJETIVOS E METAS

A fase de construção de consenso do OWG (veja Parte 1.1.1) será utilizada para desenvolver recomendações sobre os objetivos e metas para os ODS até agosto de 2014. O OWG não vai discutir ou propor indicadores, que serão tradaos em uma data posterior.

Recomendamos desenvolver e advogar por objetivos e metas específicas para influenciar as negociações do OWG, que devem ser alinhadas com as mais recentes discussões do OWG sob suas “áreas de foco.” Para definições de objetivos e metas, veja Parte 1.1.1. Você pode, por exemplo, levar os seus objetivos e metas propostas ao seu governo nacional para que seus representantes nacionais advogem ao OWG; apresentá-los diretamente ao OWG como um membro dos Maiores Grupos; ou executar uma campanha pública ou de mídia para aumentar o perfil deles (veja Passo 5: Identifique oportunidades e atividades para transmitir suas mensagens).

Para ajudá-lo em desenvolver seus objetivos e metas, recomendamos utilizar:

O e-Inventário dos ODS do DS2015

Contem cerca de 300 visões de stakeholders e propostas de acesso aberto, muitas das quais incluem objetivos e metas. Propostas podem ser pesquisadas por setor, tipo de stakeholder, nação, região, ou qualquer palavra chave. O Stakeholder Forum produziu uma análise dessas propostas no âmbito das 19 áreas de foco originais, tanto como uma ferramenta para o OWG como para os stakeholders. Use o relatório e o e-Inventário para ter uma noção das propostas existentes que você poderia:

- Utilizar como exemplos para desenvolver a sua(s) própria proposta(s).
- Alinhar com o consenso ou pontos de vista regionais/específicos aos stakeholders.
- Colaborar com os que defendem posições ou idéias relacionadas, como os de abaixo.

Acesse o e-Inventário aqui: <http://www.sdgseinventory.org/>

“Testes de Sucesso para os ODS” do DS2015

Stakeholder Forum criou uma ferramenta para ajudar os decisores e outros stakeholders no desenho e seleção de objetivos e metas de desenvolvimento sustentável. Esta ferramenta pode também ser utilizada para avaliar um quadro completo de objetivos e metas. A ferramenta compreende cinco categorias de “filtro” chaves: universalidade e diferenciação; integração; transformação; comunicabilidade; e medição e prestação de contas, com base em princípios e critérios-chave acordados na Rio+20. A ferramenta destaca

algumas áreas-chave que devem ser consideradas no desenvolvimento de seus objetivos e metas, e fornece orientação durante todo o processo de concepção.



Acesse os Testes de Sucesso [aqui](#).

Os Maiores Grupos

Os Maiores Grupos (veja Parte 1) estão desenvolvendo e articulando propostas de objetivos e metas no âmbito das áreas de foco do OWG, usando uma abordagem participativa com um “documento Google” aberto, para grupos de constituintes sugerir e alterar as propostas; e por meio de reuniões regulares em Nova York e via os Parceiros Organizacionais de cada grupo de constituintes poder discutir o conteúdo. Os Maiores Grupos têm a capacidade de advogar diretamente ao OWG através dos canais oficiais, durante sua fase de construção de consenso (Veja Parte 1.1.1). Para detalhes de contato dos Parceiros Organizacionais dos Maiores Grupos veja: <http://sustainabledevelopment.un.org/majorgroups.html>

Beyond2015

Uma coalizão já pronta para se juntar, Beyond2015 está sediando um conjunto de metas propostas através de uma abordagem “ascendente”, atribuindo valores às metas ao invés de colocar metas ao abrigo de objetivos propostos, em uma tentativa de evitar uma abordagem de “silos.” A coalizão convida os seus comentários, propostas, e apoio aqui: <http://www.beyond2015.org/document/beyond-2015-values-and-targets>

Uma nota sobre indicadores

Como os indicadores estão além do escopo do OWG e o processo para o seu desenvolvimento é ainda incerto, o kit de ferramentas do DS2015 será atualizado quando mais informações são fornecidas. Ainda vale a pena considerar que os indicadores se alinhem aos seus próprios objetivos e metas, ou com as propostas eventuais do OWG, pronto para preparar mensagens em torno destes para o engajamento a nível nacional. Para uma definição de indicadores, veja Parte 1.1.1.

Para ser claro sobre a distinção entre objetivos e metas, o Fórum de Pesquisa Independente (IRF) usa a seguinte definição de um indicador:¹⁸

Indicador: [Fornece] responsabilização pelos resultados

- A métrica usada para medir o progresso em direção a um alvo; geralmente com base em dados disponíveis ou estabelecidos.

O relatório da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN), “Indicadores para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” define um possível quadro de indicadores para acompanhar os ODS e suas metas. Ele foi enviado para uma consulta pública entre 14 de fevereiro e 28 de março de 2014.

18 IRF (2014), Objetivos, Metas, e Indicadores: Definições e conceitos-chave para a agenda de desenvolvimento pós-2015. Disponível em: <http://bit.ly/1iuCBfQ>



PASSO 4: ESCOLHA O(S) SEU(S) MENSAGEIRO(S)

Sua mensagem pode ter um impacto muito diferente, dependendo de quem está comunicando-la. Mensageiros são aqueles que podem não ter o poder direto para fazer decisões ou alcançar seus objetivos por sua conta, mas têm influência sobre o seu público-alvo e portanto podem estar em melhor posição para comunicar a sua mensagem.

Você deve escolher os seus mensageiros estrategicamente e você pode optar por ter diferentes mensageiros para diferentes fóruns ou públicos, e em diferentes níveis geográficos ou políticos. Por exemplo, uma celebridade bem conhecida poderia ser muito eficaz em comunicar a sua mensagem para o público em geral, enquanto que um perito científico poderia trazer credibilidade em um fórum político. Jornalistas não podem mudar a política pós-2015 diretamente, mas uma campanha marcante ou de alto perfil de mídia pode ter uma verdadeira influência sobre aqueles que podem. Veja a guia do DS2015, *‘Engajando com a Mídia’* para saber mais sobre como usar a mídia como mensageiro.

ESTUDO DE CASO 4: ‘A MENINA QUE CALOU O MUNDO DURANTE 5 MINUTOS’



Aos nove anos, Severn Cullis-Suzuki fundou a Organização das Crianças em Defesa do Meio Ambiente (ECO), um grupo de crianças dedicadas a aprender e ensinar outros jovens sobre questões ambientais. Em 1992, aos doze anos, Cullis-Suzuki arrecadou dinheiro com os membros da ECO para participar da Cúpula da Terra em Rio de Janeiro, onde ela apresentou as questões ambientais de uma perspectiva vista dos jovens. Ela foi aplaudida por seu discurso aos delegados, com alguns comovidos até às lágrimas. O vídeo se tornou um hit viral, popularmente conhecido como *“A Menina Que Calou o Mundo Durante 5 Minutos”* e foi visto por milhões de pessoas ao redor do mundo e influenciou muitos, incluindo decisores-chave, sobre a importância de proteger o meio ambiente.

DICA: ESCOLHENDO MENSAGEIROS



Sua escolha do mensageiro deve fornecer credibilidade, clareza, ou empatia para a mensagem e a questão. Uma celebridade ou um líder comunitário, por exemplo, pode falar da sua experiência pessoal e as vezes ser mais eficaz em elevar o perfil e ser ouvido pelos decisores; ou um profissional reconhecido com conhecimento técnico ou científico pode fornecer um nível de autoridade e imparcialidade.

Algumas coisas para considerar ao escolher mensageiros estrategicamente:

- O que têm o mensageiro dito ou escrito sobre esta questão?
- Qual é a posição do mensageiro em relação à questão de advocacia?
- Que nível de influência têm o mensageiro sobre o público-alvo?
- Quanto é que o mensageiro sabe sobre a questão?
- Qual é a credibilidade do mensageiro aos olhos do público-alvo?
- Você têm a capacidade de se envolver com o mensageiro?
- Como e quando é que o mensageiro interage com o alvo?
- O que vai a estratégia de advocacia encorajar o mensageiro fazer?
- Quais são os riscos de se envolver com o mensageiro?
- Pode o mensageiro comunicar a mensagem com clareza e empatia?

UNICEF (2010), *Kit de Ferramentas de Advocacia: Um Guia Para Influenciar Decisões Que Melhoram a Vida das Crianças*. Disponível em: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf



PASSO 5: IDENTIFIQUE OPORTUNIDADES E ATIVIDADES PARA TRANSMITIR SUAS MENSAGENS

Identificando oportunidades

Sempre que possível você deve analisar os processos de pós-2015 (veja Parte 1) a nível nacional, regional, e global para decidir a melhor forma de comunicar a sua mensagem ao seu público-alvo. Simplesmente não será possível participar em todas as oportunidades e em todos os níveis, espalhando suas mensagens de forma muito ampla pode resultar na perda de clareza e de encanto.

Comunicando suas mensagens

É importante certificar que você escolheu seu formato da mensagem com cuidado e estar ciente que várias estratégias de comunicação podem ser necessárias se você tem diferentes públicos-alvo ou está engajando em diferentes níveis. A advocacia é geralmente mais eficaz quando mensagens são entregues em uma variedade de maneiras que reforçam e complementam cada um.

FERRAMENTA 7: IDENTIFICANDO E PLANEJANDO OPORTUNIDADES



Para decidir quais oportunidades da agenda de desenvolvimento pós-2015 são mais apropriadas e relevantes para ter certeza que suas mensagens estão sendo ouvidas, a seguinte informação- que se baseia na informação da Parte 1- deve agir como uma guia. Adapte e considere outros meios para influenciar, como você achar melhor e quando oportunidades de engajamento surgem.

NÍVEL	PROCESSO	FOCO	DATA FINAL	MEIOS PARA INFLUENCIAR
Global	Grupo Aberto de Trabalho	Tomada de decisões: Decisões intergovernamentais sobre os ODS	Julho 2014 (Sessão final= 14-18 de Julho)	Insumos de stakeholders através dos Maiores Grupos; participação em eventos paralelos do UNHQ?
Global	Comité Intergovernamental de Peritos sobre o Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável	Tomada de decisões: Discussões intergovernamentais sobre o financiamento do quadro pós-2015	Agosto 2014 (Sessão final = 4-8 de Agosto)	Insumos de stakeholders através dos Maiores Grupos; participação em eventos paralelos do UNHQ?
Global	Processo Intergovernamental sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015	Tomada de decisões: Negociações Intergovernamentais sobre um conjunto de objetivos globais e uma narrativa abrangente	Setembro 2015	Será confirmado quando o processo inicia em setembro de 2014. Previsto para ser os Maiores Grupos.
Global	Debates temáticos do PGA e eventos de alto nível	Engajamento de stakeholders: Reúna as perspectivas do governo e dos stakeholders para contribuir aos processos intergovernamentais sobre a agenda pós-2015	Junho 2014 (Último evento: 9-10 de Junho)	Participação em eventos/ consultas online
Regional	Comissões Regionais da ONU	Engajamento de stakeholders: Tomando perspectivas regionais ao nível global	Setembro 2015	DS2015 oficinas de capacitação regionais; engajamento direto
Global/ Regional/ Nacional	Diálogos da UNDG sobre a implementação da agenda de pós-2015	Consulta de stakeholders: Reunindo perspectivas globais-regionais-nacionais	Abril 2015	Reuniões públicas nacionais e discussões online
Nacional	Governo Nacional	Tomada de decisões: Levando perspectivas nacionais para fóruns globais; desenvolvendo políticas nacionais	Agosto 2015 para influenciar o quadro global pós-2015; Em andamento para influenciar a política nacional	Engajamento direto/ atividades de lobby; mídia/ campanhas públicas
Nacional	Orgãos consultivos nacionais	Assessoria e influência: Desenvolvendo posições nacionais de política	Agosto 2015 para influenciar o quadro global pós-2015; Em andamento para influenciar a política nacional	Engajamento direto/ atividades de lobby; mídia/ campanhas públicas



DICA: COMUNICANDO SUAS MENSAGENS



- Toda vez que você precisa transmitir a sua mensagem, ponha foco no público-alvo para essa mensagem.
- Identifique as características específicas para esse público, incluindo os seus interesses.
- Pense em como o seu público-alvo normalmente 'consome' outras mensagens. Que meios são geralmente usados por este público, e que tipo de linguagem eles usam.

SD2015 (2014), *Engaging with the media: A companion to the Advocacy Toolkit for influencing the post-2015 development agenda*. Available at: <http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/Engagingwiththemedias.pdf>

Há uma série de diferentes mídias que você pode usar para comunicar suas mensagens de advocacia, por exemplo notas informativas e reuniões, sites ou comunicados de imprensa. Os estudos de caso em este Passo compartilham alguns bons exemplos de mensagens de advocacia bem sucedidas, que podem ajudar a informar qual meio de comunicação pode ser mais apropriado para sua estratégia de advocacia.

Três das formas mais comuns para comunicar uma mensagem de advocacia são:

1. atividades de lobbying/negociação;
2. campanhas públicas; e
3. trabalhando com a mídia (veja a guia doSDS2015, 'Engajando com a Mídia').

ESTUDO DE CASO 5: "VENEZUELA, ONDE VOCÊ ESTÁ INDO?" UMA ABORDAGEM PARTICIPATIVA PARA UMA CAMPANHA DE ADVOCACIA



Contribuído por Sinergia

A CAMPANHA:

Em 2007, o governo venezuelano propôs uma reforma da Constituição, o que afetaria severamente os direitos das pessoas à liberdade de associação, expressão, e participação. Em resposta, o Sinergia, a Associação Venezuelana de Organizações da Sociedade Civil, promoveu um debate público e informado sobre os potenciais efeitos da reforma proposta, em termos de realização e exercício dos direitos humanos.

AS AÇÕES:

Sinergia criou uma força-tarefa para elaborar uma campanha de sensibilização que possa chegar aos públicos-alvo mais amplos, principalmente entre as comunidades de baixa renda urbanas. Com o apoio de advogados constitucionais, os oito pontos principais restritivos de direitos foram identificados a partir dos artigos propostos para a reforma. Então, um especialista em comunicação política virou essas oito questões em diálogos e debates entre personagens que eram de ficção mas derivado de pessoas reais das comunidades. Esses diálogos e debates foram validados por membros de organizações de base comunitária, que lhes deu sua forma final.

Os diálogos foram então transformados em formato de quadrinhos, em que os personagens, uma vez desenhado por um artista gráfico, também foram validados para representar a diversidade das pessoas nas comunidades. Os diálogos foram também transformados em vídeos, contando com o apoio da Associação Venezuelana de Atores.

Uma conferência de imprensa foi realizada com os produtos finais, em que os artistas desempenharam os papéis dos personagens das histórias. Vídeos da conferência de imprensa e dos diálogos, junto com 1,250,000 folhetos foram distribuídos, a metade deles como inserções em jornais nacionais e regionais e a outra metade como folhetos entregues pessoalmente em muitas atividades de divulgação em todo o país.

A distribuição de materiais de campanha e debates desenvolveu-se em outras formas além dos inicialmente planejado: grupos de jovens encenaram os diálogos dentro de estações de metrô e em praças públicas, enquanto escolas e moradores de prédios de apartamento copiaram os folhetos e afixaram-lhes em diferentes espaços públicos para outros verem.

Vídeos relacionados com a campanha podem ser vistos em <http://www.youtube.com/user/fjreygan/videos>

OS RESULTADOS:

A reforma proposta foi derrotada por um referendo popular, e relatórios de mídia, bem como pesquisas demonstraram que "Venezuela, onde você está indo?" foi um dos fatores que impediu que o projeto de reforma passe, ajudando por sua vez, à preservar as garantias dos direitos humanos da Constituição venezuelana.

FATORES DE SUCESSO:

A metodologia participativa foi fundamental em tornar a campanha não só bem sucedida em termos de resultados alcançados para influenciar a opinião pública- promovendo os direitos à liberdade de associação e participação em assuntos públicos, e debate plural, democrático e pacífico- mas também em relação à valorização dele pelo povo, como as avaliações realizadas através de grupos focais tem demonstrado.



Já há uma série de bons exemplos de organizações efetivamente influenciando a agenda de desenvolvimento pós-2015 através dessas abordagens. Veja Parte 1.4 para alguns exemplos de organizações ou coaligações que você poderia considerar se juntar para benefício mútuo.

1. FAZER LOBBYING E NEGOCIAÇÃO:

O lobbying se trata de tentar influenciar os tomadores de decisão sobre a sua questão escolhida. A negociação envolve avançar a sua questão através apresentando uma posição e debatendo com a oposição. Desenvolver bons relacionamentos é muito importante para ambos.

Lobbying pode ser formal (por exemplo: organizando uma reunião com um tomador de decisões-chave) ou informal (por exemplo: reunindo-se com tomadores de decisão nos corredores ou durante as margens de um evento).

ESTUDO DE CASO 6: “VOCÊ RECEBE O QUE VOCÊ DÁ” (JE KRIJGT WAT JE GEEFT): UMA CAMPANHA INTEGRADA DE ADVOCACIA NA HOLANDA



Contribuido por Partos

A CAMPANHA:

Em 2012, o Governo holandês se reuniu para discutir como implementar os cortes orçamentais necessários. Havia fortes indicadores de que a ajuda ao desenvolvimento ia ser cortada severamente. Partos, a plataforma nacional holandesa para organizações da sociedade civil (OSC) envolvida em desenvolvimento internacional, decidiu que era necessário uma ampla campanha para impedir que o orçamento de ajuda seja cortada.

AS AÇÕES:

A campanha usou vários métodos de advocacia de uma forma integrada. Um comitê de direção liderou o processo com três equipes de trabalho: uma equipe de lobby, uma equipe de mídia, e uma equipe online. Cada uma tinha sua própria estratégia:

- **Lobby:** fornecer conteúdo para a campanha e para influenciar os políticos.
- **Mídia:** fornecer publicidade
- **Online:** influenciar online, usando táticas de guerrilha (fazer as mensagens tornar viral)

Algumas das ações tomadas:

- Comunicados de imprensa sobre a campanha;
- Um site, pagina no Facebook e conta no Twitter;
- Cartas de pessoas famosas da Holanda e (ex-) políticos bem conhecidos destacando as consequências do corte de orçamento publicado amplamente em jornais nacionais;
- Pesquisa publicada demonstrando que a maioria dos cidadãos holandeses queriam manter o orçamento, que também foi reproduzido pela mídia.
- Ganhou o apoio de personalidades como o Bill Gates, Bob Geldof, e Annie Lennox; e
- Ativou membros de partidos políticos-chave para convencer os políticos no parlamento para não cortar o orçamento.

INDICADORES DE SUCESSO:

- Discussão política e debate público estavam em curso durante a campanha, incluindo uma discussão sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Um grande número de acessos de mídia foram gerados;
- Maior interesse e mobilização em torno da discussão sobre a ajuda ao desenvolvimento foi alcançado em um curto espaço de tempo;
- A campanha pode alegar de ter tido uma influência sobre a renúncia do gabinete em abril de 2012. Graças à ‘implosão’ do Conselho de Ministros, os cortes orçamentários foram evitados;
- A coalizão de membros em volta da campanha reforçou a cooperação entre membros e resultou em um grupo mais unificado. Organizações olharam para além das fronteiras de seus próprios objetivos relacionados com suas organizações e fizeram esforços em nome de interesses setoriais.



DICA: PRÓS E CONTRAS DO LOBBYING

PRÓS...

- Esteja preparado
- Seja educado
- Fique engajado
- Construa relacionamentos e confiança- isso leva tempo, então você pode começar por tomar um café (ou chá) com os delegados
- Oferecer visões e soluções
- Sorria

CONTRAS...

- Interromper uma reunião
- Aproximar-se a um funcionário do governo quando ele está falando em um evento/reunião
- Sentar-se em um assento designado a um funcionário do governo- a menos que você está na delegação desse governo
- Direcionar-se a um governo com uma intervenção de reunião



A negociação requer uma boa compreensão do posicionamento do seu público-alvo sobre uma questão e uma boa justificação ou argumento para o que pode ser feito para melhorar a situação.

DICA: BOA NEGOCIAÇÃO

Alguns passos para se preparar para a negociação:

1. Faça um balanço: Seja claro em sua posição e o problema que você quer resolver.
2. Aprenda tanto quanto você pode: Realize pesquisas e reúna provas que apoiem sua posição, e tenha alguns fatos importantes já prontos para comunicar. Saiba o máximo que puder sobre a pessoa ou organização que você está encontrando para entender sua posição.
3. Elabore alternativas: Pense em um compromisso que você ficaria feliz em alcançar.
4. Obtenha perspectivas novas: Partilhe a sua posição com colegas ou aliados antes de sua reunião, para obter feedback sobre a sua abordagem e táticas de negociação.

Adaptado de UNICEF (2010), *Kit de Ferramentas de Advocacia: Uma Guia Para Influenciar Decisões Que Melhoram a Vida das Crianças*. Disponível em: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf



As vezes, uma escolha tem que ser feita sobre trabalhar 'dentro' ou 'fora' de processos governamentais ou oficiais da ONU. Diversas organizações são muito eficazes no trabalho, dentro e fora, mas este é um equilíbrio delicado para alcançar. A seguinte dica compartilha algumas das vantagens e desvantagens de participar de reuniões da ONU. Cabe a você para equilibrar estes e decidir onde concentrar seus esforços de advocacia e avaliar se você tem os recursos para se envolver a esse nível.

DICA: POR QUE PARTICIPAR DE REUNIÕES DA ONU?

Se a sua estratégia de advocacia é focada em influenciar os processos de nível global, você deve considerar direcionar os seus esforços exatamente onde as negociações do quadro pós-2015 terão lugar, potencialmente através de tornar-se um membro credenciado dos Maiores Grupos (veja Parte 1.4). Isto poderia permitir que você:

- Ofereça uma nova visão e uma crítica construtiva, e para influenciar as negociações;
- Construa e cultive alianças para trabalhos futuros;
- Destaque estudos de seus sucessos;
- Aprenda sobre como as negociações intergovernamentais funcionam;
- Conecte com, conheça, provoque governos, incluindo o seu próprio;
- Levante fundos para o seu trabalho;
- Traga o resultado das negociações pra casa, e acompanhe as decisões, e veja como elas estão sendo implementadas;
- Divulgue informações sobre as decisões tomadas;
- Veja se as decisões tomadas ao nível da ONU devem ser levadas a outros setores do processo de tomada de decisões em seu país/região, além do ministério que está participando.

Mas tenha em mente que viajar para reuniões da ONU pode ser caro e demorado, especialmente se você não estiver morando em Nova York ou perto da sede da ONU. Seu tempo portanto pode ser melhor gasto focando em influenciar o seu governo nacional (veja abaixo).





DICA: ORGANIZANDO O SEU TEMPO EM REUNIÕES DA ONU



Se você decide participar de um evento ou reunião relacionado com a agenda de desenvolvimento pós-2015, dependendo de sua escala, você pode:

- Designar pontos de contato para pessoas-chave; por exemplo G77, UE, EUA, países-chave, membros do Bureau, funcionários da ONU
- Designar gerentes em cada sala de negociação
- Usar 'diplomacia de bar de café' nas recepções
- Usar quaisquer possibilidades informais: bebidas/ jantas/ dança

Se você está gastando mais de 20% de seu tempo com outras organizações da sociedade civil, parceiros, e outros stakeholders, você está perdendo tempo importante para influenciar seu público-alvo! Lembre-se de manter o foco em seus objetivos de advocacia.

Enquanto é importante que você se envolva no nível da ONU sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, realmente é a nível nacional e regional onde você pode ter o maior e mais direto impacto sobre o governo e sua posição nos processos pós-2015. As posições de negociação dos governos na ONU serão decididas e aprovadas a nível nacional, portanto, se você poder se engajar com o seu governo antes das reuniões globais do pós-2015, você terá uma oportunidade concreta para influenciar o resultado da agenda global de desenvolvimento pós-2015.

DICA: LOBBYING A NÍVEL NACIONAL



Quando o lobbying é feito a nível nacional, você tem:

- Se reunido com o seu governo?
 - Com departamentos? E.g. Meio ambiente, Assuntos Económicos, Desenvolvimento, Chefe de Estado ou governo...
- Iniciado um debate no seu parlamento?
- Se reunido com outros stakeholders a nível nacional?
- Se reunido com e informado a imprensa nacional?
- Tentado incluir os seus membros ou parceiros em delegações oficiais do governo para eventos da ONU ou reuniões de pré-evento?
- Organizado várias reuniões nas capitais com governos-chave (talvez como uma coalizão regional)?



FERRAMENTA 8: REGISTRO DE LOBBY



O Registro de Lobby é uma ferramenta útil para ajudar você a manter o controle de quem você conhece, os seus contatos, o resultado da reunião, e qualquer seguimento que for necessário. Ao trabalhar em coalizão ou parceria, o Registro de Lobby pode também ser usado para compartilhar informações sobre os esforços de advocacia que têm sido levados a cabo por membros individuais- para garantir que os membros são atualizados sobre os últimos acontecimentos, que os novos contatos são compartilhados, e que os membros são capazes de continuar/acompanhar discussões iniciadas por outros dentro da coalização ou parceria.

O Registro deve ser concluído após cada reunião. Seja o mais abrangente possível. Adicione mais linhas à tabela, se necessário.

NOME E CARGO DO REPRESENTANTE	LOCAL E DATA DO ENCONTRO	O QUE FOI DISCUTIDO	SEGUIMENTO/ PONTOS DE AÇÃO	DETALHES DE CONTATO
[Nome, cargo]: Ministério de Relações Exteriores, [País] Membro do OWG	Quarta-Feira 2 de abril de 2014 na sessão do OWG	- Apoia o trabalho da coalizão e acolhe qualquer insumo - Universalidade não quer dizer que a diferenciação de “uma solução única para todos”- deve ser a nível nacional - Favorável ao meio de implementação sob cada meta - Entusiasmado para ter o envolvimento de múltiplos atores: ‘governos não podem fazer o trabalho sozinhos’	- Mantenha o contato numa base informal. - Envie mais informações sobre o trabalho da coalizão e da posição pós-2015 - Organize uma reunião de seguimento no próximo OWG	[Email/telefone]



2. PLANEJANDO UMA CAMPANHA PÚBLICA:

Uma campanha é um esforço feito para trazer a mudança. Não é uma única ação, mas sim uma combinação de uma série de ações, relatórios, e eventos juntos em um plano sequenciado. Ela deve ser grande o suficiente para fazer a diferença, mas controlável suficiente para obter resultados a curto prazo. Ela deve construir a base para futuras campanhas e ações.

Executar uma campanha pode ser demorado e caro; portanto, antes de ficar preso em planos, execute um análise da realidade:

- Como será que o apoio público vai lhe ajudar a atingir seus objetivos de advocacia- você realmente precisa de uma campanha?
- Você pode obter o que deseja com outros meios, sem envolver o público?

DICA: COMO EXECUTAR UMA CAMPANHA BEM-SUCEDIDA



1. As melhores campanhas de questões públicas são baseadas em esperanças e sonhos, em vez de medos e problemas. Se você quer envolver as pessoas você deve inspirá-los e gerar entusiasmo pela campanha. Eles devem sentir que algo vai melhorar se eles apoiam sua campanha. Abordagens negativas que exploram emoções como o medo e a raiva às vezes podem mobilizar as pessoas por um período curto, mas são muito mais difíceis de usar para construir organizações ou transformar a sociedade.
2. Campanhas só terão sucesso se você poder fazer com que o seu público-alvo se identifique com a sua questão-certifique-se de conhecer o seu público-alvo, ao fazer pesquisa sobre as preocupações, valores, e pontos de vista que eles têm em relação a questão.
3. Toda campanha de sucesso precisa ter uma identidade e mensagem clara que o público possa compreender. Isso significa que você precisa de logotipos e slogans para que as pessoas possam se identificar com a campanha. Você também deve ser claro sobre a mensagem que você quer transmitir em todos os discursos que você faz ou na mídia que você produz. A mensagem resume as principais coisas que você deseja que o público entenda sobre sua questão.
4. Uma vez que seu público-alvo se identifique com a questão, você precisa movê-los para agir. Para fazer isso, você precisa de uma estratégia de mobilização e de organização.
5. Uma campanha bem sucedida nunca se afasta da sua mensagem principal. Não se desvie por outras questões, especialmente por ataques da oposição. Seja fiel à mensagem positiva que você quer passar, independentemente do que as outras pessoas dizem. Isso permite que você defina a agenda.

CIVICUS (2011), *Kit de Ferramentas para a Campanha dos ODM*. Disponível em: www.civicus.org/new/media/MDG_Toolkit_complete.pdf

ESTUDO DE CASO 7: CAMPANHA PÚBLICA MELHORA TRANSPARÊNCIA DE AJUDA NA CORÉIA



Contribuído por KoFID

A CAMPANHA:

Em 2013, o Fórum da Sociedade Civil da Coreia sobre a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (KoFID) aumentou seus esforços de advocacia para promover a conscientização sobre a transparência de ajuda e incitar o governo coreano para se juntar à Iniciativa de Transparência da Ajuda Internacional (IATI). Organizações membros da KoFID que pertenciam ao grupo de trabalho temático para a transparência de ajuda organizaram conjuntamente uma força-tarefa e lançaram a campanha “Acompanhando o paradeiro de 34,900 Won”. O slogan desta campanha veio do fato de que a quantidade total da ajuda ao desenvolvimento exterior per capita em 2012 foi de cerca de 30 USD (34,900 won coreanos) .

AS AÇÕES:

A força-tarefa se engajou com várias atividades de advocacia para atingir os decisores políticos, profissionais, sociedade civil, e o público em geral. Campanhas de petição nas ruas e campanhas online através do Tumblr, Facebook, e YouTube foram realizadas simultaneamente por cerca de uma semana. Para atrair a atenção da mídia, a força-tarefa convocou uma conferência de imprensa anunciando o lançamento e o fim da campanha. A acessibilidade do público à informação sobre a transparência da ajuda foi aumentada através da publicação de notas informativas, e boletins. Por fim, a força-tarefa realizou um fórum de políticas orientada para os membros da Assembléia Nacional, membros do governo, e outros stakeholders, para exortar a necessidade de uma maior transparência e adesão à IATI.

OS RESULTADOS:

Depois de seis meses de esforços concentrados, mais de 8.600 assinaturas foram coletadas exigindo que o governo coreano se junte à IATI. Através de sua participação na campanha, vários atores do desenvolvimento e o público foram capazes de obter uma melhor compreensão de transparência da ajuda e da ajuda ao desenvolvimento exterior. Esta campanha criou interesse público e pressão sobre o governo coreano, o que contribuiu para o anúncio que a KOICA (Agência de Cooperação Internacional da Coreia) irá juntar-se à IATI como parte de seu plano de ação para 2014.



ESTUDO DE CASO 8: VITÓRIA MAASAI NA QUÊNIA



Contribuído por Avaaz

A CAMPANHA:

Por 20 anos, o governo da Tanzânia vem tentando expulsar a comunidade Maasai de suas terras tradicionais para dar lugar a uma grande empresa de caça para trazer turistas que querem matar animais selvagens. Em 2012, a comunidade Avaaz lançou uma campanha pedindo ao Presidente da Tanzânia para parar os despejos- e depois de muitos meses de trabalho em estreita colaboração com a comunidade Maasai, eles finalmente ganharam!

AS AÇÕES:

As ações:

Foi um esforço enorme- 1.7 milhões de pessoas assinaram a petição e, junto com os Maasai, a Avaaz reuniu a imprensa internacional, fazendo que a CNN e a Al Jazeera visite a área e revele a história para o mundo. Em seguida, os membros da Avaaz financiaram anúncios contundentes em jornais locais desafiando o governo. Quando a notícia de um despejo iminente veio à luz, membros da Avaaz apoiaram uma marcha Maasai na capital- Ali líderes tradicionais ficaram acampados do lado de fora do escritório do primeiro-ministro por três semanas, obrigando-o a ouvir o seu caso.

OS RESULTADOS:

A pressão foi construída, e no final de setembro, o primeiro-ministro da Tanzânia visitou a área e disse aos Maasai que o presidente havia confirmado que eles não seriam despejados.

3. TRABALHANDO COM A MÍDIA:

A guia do DS2015, *Engajando com a Mídia*, foi concebido para ajudá-lo a transmitir sua mensagem de advocacia para um público mais amplo através do uso estratégico da mídia, com conselhos e orientação sobre atividades como a redação de um comunicado de imprensa, a identificação e o engajamento de jornalistas, e levando a cabo conferências de imprensa e usando a mídia social.

DICA: POR QUE USAR A MÍDIA?



- Inclua a sua questão dentro da agenda política pública;
- Certifique-se que sua questão é visível e credível no debate político;
- Informe o público sobre a sua questão e soluções propostas;
- Recrute aliados entre o público e tomadores de decisão;
- Mude atitudes e comportamentos públicos;
- Influencie os tomadores de decisão e líderes de opinião;
- Arrecade dinheiro para sua causa.

Water Aid (2007), *Um Livro de Consulta de Advocacia*. Disponível em: www.wateraid.org/~media/Publications/advocacy-sourcebook.ashx

Depois de ter identificado suas atividades de advocacia, é útil registrar os seus 'indicadores de progresso' (veja Passo 8).



PASSO 6: FAÇA UM BALANÇO E IDENTIFIQUE AS LACUNAS

Para ser eficiente e eficaz antes de colocar a sua estratégia de advocacia em ação, você deve fazer um cuidadoso balance de seus recursos de advocacia. Isto inclui o trabalho de advocacia previamente estabelecido, parcerias, e alianças; as capacidades dos funcionários e de outros parceiros; e informação e inteligência política disponível para você.

Orçamento

Para evitar o desenvolvimento de planos de advocacia que exigem mais recursos do que você tem disponível, é importante estabelecer um orçamento realista. Quando fazer o orçamento para a sua estratégia de advocacia, inclui os custos básicos de manutenção e fortalecimento da capacidade de advocacia, bem como os recursos necessários para ações específicas.

FERRAMENTA 9: ANÁLISE SWOT

Está é uma matriz comumente utilizada, que pode proporcionar uma auto-avaliação objetiva e crítica como uma base para o planejamento estratégico.



A análise SWOT examina as Forças, Fraquezas, Oportunidades, e Ameaças da sua estratégia.

Uma vez que os fatores SWOT são identificados, você deve ser capaz de melhor determinar quais são as lacunas que você precisa colmatar para implementar uma estratégia de advocacia bem sucedida, e onde a capacitação também pode ser necessária.

A análise SWOT é uma ferramenta versátil que pode ser retomada em muitos estágios diferentes de um projeto.

Veja um breve exemplo de algumas respostas que você e seus parceiros podem ter ao considerar suas capacidades de estratégia de advocacia pós-2015 como parte de uma análise SWOT:

	ÚTIL para alcançar o objetivo	Prejudicial para a realização do objetivo
Origem interna atributos da organização	FORÇAS - Fortes vínculos com a Missão da ONU do seu governo em Nova York - Temos uma ampla coalizão de parceiros com experiência no assunto(s) de prioridade	FRAQUEZAS - Nossa organização tem pouca reputação em outras partes do governo a nível nacional - Nós temos apenas um pequeno núcleo ativo
Origem externa atributos da ambiente	OPORTUNIDADES - O Fórum Político de Alto Nível nos convidou para participar de um painel de discussão pós-2015 - Outras OSC da nossa região vão nos apoiar	AMEAÇAS - Dispomos de recursos financeiros suficientes para levar a cabo todas as nossas atividades de advocacia propostas até setembro de 2015? - Há um interesse limitado por parte de governos na ONU sobre a nossa questão prioritária de advocacia?

É importante ficar de olho em possíveis ações ou soluções que surgem e concluir tudo com uma discussão orientada para a ação. Como pode o nosso grupo consolidar os seus pontos fortes para promover o nosso objetivo e estratégia? O que pode ser incluído na estratégia para minimizar a nossa fraqueza? E assim por diante.

Adaptado da Análise de SWOT do briefing do Instituto de Desenvolvimento Exterior.
Disponível em: www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7199.pdf



FERRAMENTA 10: CONSTRUINDO UM ORÇAMENTO



Algumas categorias gerais a serem consideradas em um orçamento de advocacia estão incluídos neste modelo de trabalho:

Project:	Post-2015 Advocacy Campaign					
Budget Period:	e.g. Developing advocacy plan and materials June-August 2014; ongoing advocacy to June 2015					
Budget Currency:	xxx					
Total Budget:	66,292					
	All figures in [STATE CURRENCY USED]	Unit	Unit Cost	Quantity	Total Cost	Notes
A	Staff Costs				23,450	
A1	Project Manager (PM)	Month	800	12	9,600	No. of days at prescribed hourly rate for e.g. Grade 12; spending 33% of her time on this project.
A2	Administrator	Month	900	12	10,800	No. of days at prescribed hourly rate for e.g. Grade 10; spending 50% of his time on this project.
A3	Recruitment costs	Unit	50	1	50	No. of days at prescribed hourly rate for e.g. consultant
A4	Consultant	Month	1,000	3	3,000	For developing materials Jun-Aug
B	Administration Costs				12,045	
B1	Stationery	Month	50	12	600	Estimate, based on past costs.
B2	Phone/fax	Month	200	12	2,400	Estimate, based on past costs.
B3	E-mail	Month	50	12	600	Estimate, based on past costs.
B4	Courier	Month	20	12	240	Estimate, based on past costs.
B5	Office rent	Month	500	12	6,000	50% share of total costs
B6	Electricity	Month	30	12	360	Estimate, based on past costs.
B7	Bank charges	Transfer	30	10	300	Estimate, based on past costs.
B8	Audit	Item	1,500	1	1,500	50% of audit fee paid by this project
B9	Books, manuals, publications	Lump sum	45	1	45	Estimate
B10	Other					
C	Travel				13,740	
C1	Local travel	Per trip	10	24	240	Travel by PM to 2 local meetings per month
C2	National travel	Per trip	100	12	1,200	Travel by PM to 1 national meeting per month
C3	International travel	Per trip	300	6	1,800	Travel by PM to 1 international meeting every 2 months
C4	Per diems	Per day	250	42	10,500	Assuming 2 days for national trips, 3 days for international
C5	Other				-	
D	Capital Equipment				2,000	
D1	Computer hardware (inc. printer)	Item	2,000	1	2,000	For PM
D2	Other				-	
E	Training				8,400	
E1	Training materials	Workshop	200	12	2,400	Stationery, reproduction etc. for e.g. a monthly workshop
E2	Workshop costs	Workshop	500	12	6,000	Venue, food, transport etc of participants at e.g. monthly workshop
E3	Other				-	
F	Materials Development				3,500	
F1	Design work	Unit	1,000	1	1,000	Professional design for campaign materials to be produced.
F2	Reproduction	Unit	500	5	2,500	Reproduction of 5 campaign reports
F3	Other				-	
Z	Contingency				3,157	5% of total budget up to this line (factored in automatically)
	TOTAL				66,292	

PASSO 7: GERENCIE RISCOS

Não importa o quanto você planeja, ainda há uma série de riscos que você pode enfrentar. Por exemplo, quando você revela publicamente a sua estratégia de advocacia pós-2015, há sempre um risco de que as reputações, relacionamentos, e parceiros sejam afetados.

Antes que você seja capaz de gerenciar riscos na sua estratégia de advocacia, você deve tomar um tempo para identificar e analisar os riscos potenciais:

Identificando os riscos: Realize pesquisas no início de seu planejamento de advocacia para identificar potenciais riscos em operar dentro dos níveis geográficos e políticos propostos. Pense sobre as barreiras para o sucesso, prazos complicados, e atividades de outros stakeholders no campo. Repense esses riscos cada vez que fizer uma proposta ou decisão.

Analisando riscos: Examine a possibilidade de ocorrência de uma possível ameaça e o impacto que ela pode ter nas suas atividades e sucesso. Essa avaliação, feita no início de seu desenvolvimento estratégico, pode por sua vez ajudá-lo a determinar a melhor forma de planejar e implementar sua advocacia, a fim de minimizar os riscos através de uma cuidadosa seleção de atividades, mensagens, e mensageiros.

A ferramenta 11 pode ajudá-lo a avaliar os riscos que você pode encontrar e como você pode minimizar esses riscos em sua estratégia.

Gerenciando riscos: A gestão de riscos trata frequentemente de ponderar os custos de oportunidade e, certamente sobre trabalhar em parceria, tanto quanto possível. Por exemplo, às vezes a decisão de tomar a palavra pode ser melhor do que perder uma oportunidade ou perder a sua legitimidade por permanecer em silêncio; enquanto que falar quando não está devidamente preparado, ou sem os canais certos pode resultar em você aparecendo ingênuo. Inspire-se na experiência de seus parceiros ou da sua rede o máximo possível na tomada de decisões, ou siga o exemplo de outros se você está confiante de que pode agregar valor.

Lembre-se também que, embora a formação de parcerias seja uma ótima maneira de fazer sua estratégia mais eficaz, ela não fica livre de riscos. Volte a Seção 4.2 (Trabalhando em Parceria) para lembrar-se de alguns destes riscos.



FERRAMENTA 11: ANÁLISE DE RISCO



Esta ferramenta fornece orientações sobre como analisar os riscos para a sua estratégia de advocacia- ou seja, para avaliar os problemas que você pode encontrar, e como você pode gerenciar ou mitigar estes.

Ela exige que você considere tanto os riscos internos e externos para a sua estratégia- os problemas que você pode encontrar dentro de suas parcerias ou coligação (por exemplo, a falta de mobilização de recursos ou custos adicionais associados), e os problemas que você pode enfrentar externamente, problemas que podem estar fora do controle da equipe de estratégia (por exemplo, um governo que perde em uma eleição ou mudanças nos processos formais do pós-2015 conduzidas pela ONU).

O risco externo é na maioria dos casos mais difícil de prever ou controlar, mas é importante tentar e incluir ambos dentro do seu análise de risco.

Depois de ter passado algum tempo na identificação de possíveis riscos internos e externos para a sua estratégia de advocacia pós-2015, é preciso avaliar a probabilidade de que eles podem ocorrer, o impacto que podem ter sobre a estratégia, e decidir como gerir ou mitigar esses riscos, tanto quanto possível.

Esta simples tabela de planejamento irá ajudá-lo a resolver problemas potenciais e pensar sobre a melhor forma de garantir que a sua estratégia de advocacia pós-2015 esta protegida tanto quanto possível do risco. Nós incluímos um exemplo de um risco interno e externo que você pode precisar de contabilizar no seu planejamento de estratégia de advocacia.

RISCOS <i>Possível ameaça</i>	PROBABILIDADE <i>Probabilidade de ocorrência (1=baixo,5=alto)</i>	IMPORTÂNCIA <i>(1=baixo,5=alto)</i>	NÍVEL DE RISCO TOTAL <i>(importância x probabilidade)</i>	MITIGAÇÃO <i>Passos para mitigar</i>
RISCOS INTERNOS				
Líder do projeto sai da estratégia	2	4	8	Garanta que todos os parceiros se sentem proprietários da campanha desde o início. Reveja todas as capacidades dos parceiros para dedicar tempo e recursos para a estratégia, do início ao fim.
RISCOS EXTERNOS				
Novo membro do Parlamento é eleito para liderar a agenda pós-2015	1	3	3	Construa relacionamentos com funcionários do departamento do Governo, que estarão no cargo durante todo o processo pós-2015. Certifique-se que temos excelentes materiais informativos de estratégia disponíveis para compartilhar com todos os novos deputados, para atualizá-los rapidamente sobre nossa questão.

Adaptado doVSO (2012), *Advocacia Participativa: Um Kit de Ferramentas para Funcionários, Voluntários, e Parceiros da VSO*. Disponível em: www.vsointernational.org/Images/advocacy-toolkit_tcm76-25498.pdf



ANTES DE IMPLEMENTAR O SEU PLANO DE AÇÃO DE ADVOCACIA

FERRAMENTA 12: LISTA DE PLANEJAMENTO



Como primeiro passo depois de completar o seu plano de ação, você deve realizar um teste da realidade. Você precisa avaliar se o plano proposto é realista e adequado para alcançar o impacto desejado.

1. Você está pronto para implementar o seu plano? Você está claro sobre seus objetivos? Você tem as suas evidências? Você conhece o seu público (s)? Você tem bons contatos? Você sabe que atividades você vai realizar? Você já decidiu que tipo (s) de campanha de advocacia você vai usar (por exemplo, o lobbying/negociação; campanhas públicas; ou trabalho com a mídia)?
2. O que você está esperando de seus parceiros/contatos? Você tem certeza das aspirações, valor agregado e preparação deles? O que vai acontecer se eles desistem?
3. Que recursos - financeiros, técnicos, humanos- estão disponíveis? Quais são as implicações de recursos para o seu plano? Você precisa incluir alguma capacitação?
4. Há algum risco? Como suas atividades afetam a reputação da sua organização? Como isso pode afetar o seu financiamento para fazer outras atividades? Você pode perder pessoal valioso? Poderia outros parceiros atuais não querer mais trabalhar com você? O que você pode fazer para mitigar os resultados negativos?
5. O que você faria se as coisas não correram como planejado? Quais são suas alternativas, planos de contingência, ou posições de plano B? As condições externas podem mudar e você pode ter que repensar seus planos- ser flexível para estar preparado para isso.

Adaptado do UNICEF (2010), *Kit de Ferramentas de Advocacia: Uma Guia Para Influenciar Decisões Que Melhoram a Vida das Crianças*. Disponível em: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf



PASSO 8: MONITORE E AVALIE O PROGRESSO E IMPACTO

Você precisa incorporar um sistema dentro de seu plano de advocacia através do qual você pode verificar se a sua estratégia está trabalhando para atingir o seu impacto pretendido.

O monitoramento e avaliação é sobretudo ligado à aprender com o que você está fazendo e como você está o fazendo, e

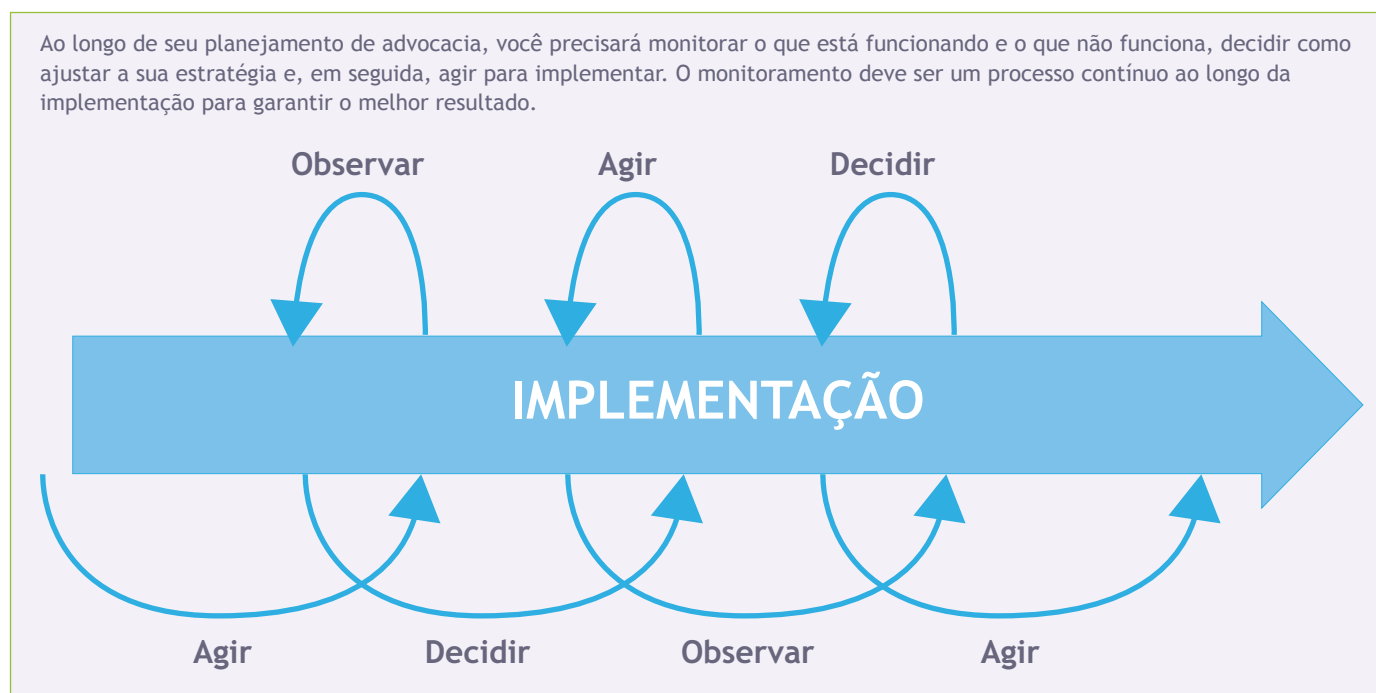
tomando medidas para ajustar a sua estratégia em conformidade. O monitoramento e avaliação periódica irá ajudá-lo a avaliar o quão bem você está indo em relação aos objetivos e ao impacto que definiu, e garantir que você use o seu tempo e recursos de forma eficaz.

Esta tabela resume algumas das principais diferenças entre monitoramento e avaliação:

	MONITORAMENTO	AVALIAÇÃO
CRONOMETRAGEM	Contínua ao longo do projeto	Revisão periódica no ponto significativo no progresso do projeto- final do projeto, ponto médio do projeto, a mudança de fase
ESCOPO	Atividades do dia-a-dia, produtos, indicadores de progresso (ver dica)	Avaliar a entrega total dos produtos e o progresso rumo aos objetivos e impacto
PRINCIPAIS PARTICIPANTES	A equipe do projeto e parceiros, stakeholders	Avaliadores externos/facilitadores, funcionários do projeto, doadores, stakeholders
PROCESSO	Reuniões regulares, entrevistas - revisões mensais, trimestrais, etc.	Reuniões extraordinárias, exercícios de recolha de dados adicionais, etc.
PRODUTOS ESCRITOS	Relatórios frequentes e atualizações ao gerenciamento de projetos, parceiros e stakeholders; e doadores	Relatório escrito com recomendações para alterações ao projeto- apresentados em workshops para diferentes stakeholders

Adaptado do Water Aid (2007), *Um Livro de Consulta de Advocacia*. Disponível em: www.wateraid.org/~media/Publications/advocacy-sourcebook.ashx

FIGURA 6: O ciclo de monitorização



Adaptado de Handicap International (2008), *Fazendo o PSRP Inclusivo*. Disponível em: www.making-prsp-inclusive.org/en/download.html



CrITÉrios de monitoramento e avaliaÇão

- **A eficiência** lhe informa se o insumo contribuído ao trabalho é adequado para produzir o máximo resultado. Isto poderia ser um insumo em termos de dinheiro, tempo, pessoal, equipamento, e assim por diante, e deve avaliar tanto a quantidade como a qualidade.
- **A eficácia** é uma medida de até que ponto as suas atividades de advocacia e produtos estão realizando seus objetivos definidos (do Passo 1).
- **O impacto** lhe diz se você tem ou não feito a diferença, relacionado ao seu impacto desejado do Passo 1. Antes de realizar qualquer atividade de advocacia, você deve considerar os riscos potenciais para a realização de seu impacto (Passo 7) e ter certeza de que o que você vai fazer faz sentido em termos de seu impacto pretendido. Depois de implementar o seu plano de advocacia, você deve avaliar como você trabalhou para o seu impacto.

Tipos de Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação podem ser realizados por diferentes entidades, internas e externas. Os seguintes tipos seriam mais adequados para a sua estratégia de advocacia pós-2015.

- **Auto-monitoramento e avaliação:** Involve avalia-se a si mesmo para ver como sua estratégia está indo, como uma forma de aprendizagem e melhorar a prática. Para fazer isso de forma eficaz, você precisa ser ao mesmo tempo auto-reflexivo e honesto.
- **Monitoramento participativo e avaliação:** Se baseia na experiência do stakeholder e a participação. A intenção é envolver o maior número de pessoas possível que tem um interesse na sua estratégia, desde parceiros até usuários, ou alvos de sua estratégia.

DICA: INDICADORES DE PROGRESSO

Para simplificar a sua monitorização e avaliação e certificar que você realmente pode medir o seu progresso, defina seus indicadores para que você possa verificar se conseguiu ou não completar as tarefas ou objetivos que visam alcançar o seu impacto desejado.

Seus indicadores devem ser baseados em:

Atividades/produtos: O que você faz para influenciar o seu público-alvo e atingir o seu impacto desejado. Os resultados de atividades são comumente conhecidos como produtos- eles são 'medidas de esforço' e contam o que e quanto as atividades de advocacia ou táticas tem produzido ou realizado. Você precisa re-visitare estes conjuntos de atividades/produtos no seu trabalho de monitoramento, para que ajustes podem ser feitos se você achar que as atividades implementadas não estão gerando resultados esperados.

Resultados: Resultados estratégicos alcançados entre atividades/produtos e seus objetivos de advocacia, que podem incluir mudanças de políticas, mudanças em posições do governo, ou mudanças nas dinâmicas da coalizão que afetam modalidades de ação sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015. Objetivos de advocacia podem às vezes levar anos para alcançar; resultados sinalizam um importante progresso ao longo do caminho. Ao contrário de produtos, que são medidas de esforço, indicadores associados com os resultados são 'medidas de efeito' e demonstram mudanças que ocorrem como resultado de atividades de advocacia.

Impacto: Sucesso contra o seu impacto desejado, que é a mudança em uma situação específica. Lembre-se que a sua influência a este nível é ainda menos sob seu controle do que o nível de resultados, mas o bom trabalho na advocacia sempre pode ser um fator que contribui para a realização do impacto.

Seu trabalho de monitoramento e avaliação precisa avaliar o progresso em todos os três níveis; no entanto, o seu trabalho de monitoramento deve se concentrar na ligação entre atividade e produto, enquanto que o seu trabalho de avaliação- se isso acontece no meio do ciclo, no final de um estágio de advocacia, ou no final do projeto de advocacia - deve incidir sobre se o seu trabalho de advocacia está tendo progresso no nível de impacto.



Tanto quanto possível, os seus indicadores devem ser SMART (veja Passo 1), e você deve considerar o uso de linha de base e cenários ideais.

Por exemplo, se estiver trabalhando para o impacto: 'Até 2015, garanta que a mudança climática está enraizada em todos os ODS a nível de metas e indicadores.' Seus indicadores para o progresso poderiam incluir:

- **Atividades/produtos:** Inicie um 'Grupo de Amigos da Mudança Climática' em Nova York, até junho de 2014, que tem pelo menos 15 representantes do governo e se reúne mensalmente para discutir as mudanças climáticas e os ODS;
- **Atividades/produtos:** Acolhe pelo menos um evento paralelo durante o OWG em junho de 2014 sobre a mudança climática e como enraizá-la dentro das metas e indicadores do ODS;
- **Resultados:** Cada conjunto de metas do ODS sugerido pelo OWG no seu relatório de setembro de 2014 inclui pelo menos uma meta que se relaciona especificamente ao combate à mudança climática.

Seus exercícios de monitoramento e avaliação podem então verificar se esses indicadores foram atingidos suficientemente e para agendar, dando-lhe uma compreensão clara do grau de sucesso, e ajudando a pensar sobre os ajustes e/ou próximos passos.



DICA:

PERGUNTAS DE MONITORIA E AVALIAÇÃO



Questões para perguntar a si mesmo (auto-monitoramento e avaliação) ou para os seus stakeholders responder (monitoramento participativo e avaliação) regularmente e contra seus indicadores de progresso incluem:

- O que funcionou, e como?
- O que não funcionou e por que não?
- O que poderia ser melhorado, e como?
- O que funcionou melhor do que o esperado?
- Como e onde os seus parceiros/ stakeholders foram útil?
- Como e onde os seus parceiros/stakeholders foram um obstáculo?
- O que decepcionou os parceiros/ stakeholders?
- Quais mensagens ressoaram, e como ajudaram a alcançar os nossos objetivos?
- Quais foram as barreiras para o sucesso (externo e interno)?
- O que facilitou o sucesso, incluindo cenários que não foram antecipados?

Adaptado de UNICEF (2010), *Kit de Ferramentas de Advocacia: Uma Guia Para Influenciar Decisões Que Melhoram a Vida das Crianças*. Disponível em: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf

Tenha em mente que o trabalho de monitoramento e avaliação pode ser técnico e cheio de jargões e diferentes perspectivas e opiniões, e é muitas vezes difícil determinar com precisão quais ações levaram a um determinado resultado. Por isso, aconselhamos que consulte com peritos de avaliação se você tem alguém em sua coalizão que pode dar uma mão. Você também pode querer consultar ferramentas online dedicadas ao acompanhamento e avaliação, por exemplo, o acompanhante do UNICEF ao seu próprio kit de ferramentas de advocacia, *Monitoramento e Avaliação da Advocacia*, ou *O Caminho para Chegar aos Resultados: Concepção e Realização de Avaliações de Desenvolvimento Eficaz*, da Linda G. Morra e Ray C. Rist, publicado pelo Banco Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora você tem todas as informações e ferramentas que precisa para começar a desenvolver sua própria estratégia de advocacia pós-2015, com os nossos oito passos para ter sucesso na advocacia:

1. Escolha as suas prioridades do pós-2015
2. Identifique o seu público-alvo
3. Crie sua mensagem (ens)
4. Escolha o(s) seu(s) mensageiro (s)
5. Identifique oportunidades e atividades para transmitir suas mensagens
6. Faça um balanço e identifique lacunas
7. Gerencie riscos
8. Monitore e avalie o progresso e impacto

Desejamos-lhe sucesso em suas atividades de advocacia e pedimos que continue olhando dentro do site DS2015 para receber todas as últimas notícias e relatórios sobre todos os aspectos da agenda de desenvolvimento pós-2015 daqui pra frente: www.SD2015.org

Por favor também consulte a lista de sites úteis e mais informações no Anexo 3.

Queremos terminar com um estudo de caso de sucesso na advocacia, para poder inspirar você a também trazer a mudança que você quer ver no mundo através da implementação de sua estratégia de advocacia pós-2015:



CASE STUDY 9: LEI PARA A PROMOÇÃO DAS OSC NO MÉXICO: UM CASO DE SUCESSO NA ADVOCACIA



Contribuído pelo Centro Mexicano para a Filantropia

A CAMPANHA:

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) constituem um espaço vital para a discussão de questões sociais e é um ator fundamental para o desenvolvimento social no México. Portanto, um quadro jurídico era necessário não só para o reconhecimento de organizações da sociedade civil, mas também para estabelecer as bases e criar os mecanismos para a sua participação nas políticas públicas.

Em 1994, um grupo de organizações chamado o “Grupo da Promoção”- que foi constituído pelo Centro Mexicano para a Filantropia (CEMEFI), a Convergência de Organismos Cívicos, o Fórum de Apoio Mútuo, e a Fundação Miguel Alemán - trabalharam em um projeto de lei que foi apresentado por primeira vez em 1995 para a Comissão da Participação Cidadã dentro da Câmara dos Deputados.

O Grupo da Promoção advogou persistentemente durante vários períodos legislativos e regimes de governo até que a lei foi promulgada em 9 de fevereiro de 2004, como a Ley Federal de Fomento a las Actividades Realizadas por Organizaciones de la Sociedad Civil (Lei Federal de Promoção das Atividades Realizadas pelas Organizações da Sociedade Civil ou “Lei da Promoção”) [espanhol] [inglês]

OS RESULTADOS:

A “Lei da Promoção” teve implicações duplas: a promoção da participação organizada da cidadania no desenvolvimento social, bem como a melhoria da prestação de contas das OSC e a ação do governo. A lei esclarece os direitos e obrigações das OSC e cria mecanismos e estruturas governamentais-como um Comité Técnico Consultivo composto pelas OSC, académicos e congressistas, e uma Comissão Interministerial para estabelecer novos mecanismos de diálogo entre o governo e as OSC e ações concretas para a divulgação pública de subsídios e outros tipos de apoio recebidos pelas OSC. O governo é obrigado a fazer anualmente público os incentivos e verbas públicas dadas as OSC em um relatório apresentado pelo Presidente.

FATORES DE SUCESSO E LIÇÕES APRENDIDAS:

1. Atenha-se a objetivos claros e simples

Para construir um projeto de lei consistente e o primeiro rascunho pelo Grupo da Promoção, demorou quase dois anos de discussões, coleta de informações, e planejamento de especialistas. No entanto, o elemento-chave, não obstante a importância de ter um rascunho, foi ter objetivos simples e claros que poderiam ser adotados por qualquer OSC.

2. Construa um consenso

Ao longo dos 10 anos de fazer lobby ao governo, assim como ao congresso, o Grupo de Promoção realizou mais de 50 eventos em todo o país para apresentar e abrir o projeto de lei para a discussão de organizações sem fins lucrativos.

3. Construa relações e a importância do posicionamento do setor

Foi importante transmitir aos funcionários do governo que era do seu interesse apoiar os OSC que fornecem recursos adicionais na área de saúde e habitação, fornecem uma fonte de emprego, e mecanismos que sustentam a democracia participativa.

4. Seja persistente

O Grupo da Promoção nunca desistiu no seu lobby com os legisladores em diferentes estágios dos diferentes períodos legislativos e seu sucesso foi o resultado de 10 anos de luta persistente e advocacia estratégica.



ANEXO 1: OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são oito objetivos internacionais que visam acelerar o desenvolvimento dos países mais pobres do mundo. Os Objetivos concentram-se principalmente sobre os aspectos sociais do desenvolvimento- tais como a melhoria da saúde e acesso à educação- e tem a data limite de 2015 para a sua realização. Os objetivos são acompanhados por 21 metas quantitativas e com tempo limitado, e 48 indicadores para medir e monitorar o progresso em direção aos objetivos e metas.¹⁹ Ao contrário dos ODS, que serão universalmente aplicáveis a todos os países, a maioria dos ODM- todos, exceto o ODM 8- aplicam só a países em desenvolvimento. O ODM 8 é diferente na medida que se concentra no apoio financeiro, tecnológico, e comercial que será fornecido pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento para ajudá-los a alcançar os objetivos.

Os ODM provaram ser um grande sucesso para mobilizar o apoio público, privado e político para a redução da pobreza mundial e proporcionou uma ferramenta eficaz para estimular a produção de novos dados relacionados com a pobreza e os compromissos adicionais de ajuda. Os Objetivos também promoveram uma maior coordenação dos esforços internacionais de desenvolvimento entre os Estados-Nação e outros atores do desenvolvimento. Absoluta Ajuda Bilateral ao Desenvolvimento Exterior (ODA) - ajuda transferida de

um país para outro- durante este tempo, por exemplo, tem aumentando significativamente, dobrando de US\$60 bilhões por ano em 2000 para US\$120 bilhões por ano em 2005.

O último relatório de progresso das Nações Unidas sobre os ODM celebra os ganhos significativos no desenvolvimento que têm sido alcançados em algumas áreas- em particular a redução de pobreza extrema e da fome, e as melhorias feitas na área da saúde e acesso à água potável. No entanto, o relatório também destaca que os progressos alcançados em relação aos ODM tem sido desiguais, tanto entre e dentro de países, e que uma ação mais ousada e um processo acelerado são necessários em muitas áreas até 2015.²⁰ O relatório também aponta que a ajuda ao desenvolvimento exterior diminui pelo segundo ano consecutivo em 2012, com os países menos desenvolvidos sendo mais afetados pela queda em ajuda.²¹ A principal causa deste declínio é considerado ser a crise financeira global, em particular, as medidas de austeridade fiscal que estão sendo implementadas na Europa.²²

Os governos também têm expressado sua preocupação com a desigualdade e as lacunas na realização dos ODM, em particular reconhecendo a falta de progresso na maioria de países africanos e o desafio enfrentado pelos países em conflito e pós-conflito para alcançar qualquer um dos objetivos até 2015. Tomando isso em conta, os países reiteraram seu compromisso com os ODM e afirmaram sua vontade de manter e acelerar o progresso, com um foco especial sobre aqueles Objetivos, países, e grupos da população que estão mais fora da pista.²³

Os ODM receberam um notável nível de compromisso político, mostrando que o formato dos objetivos, metas, e indicadores internacionais podem gerar ação para um conjunto de prioridades de desenvolvimento. Os ODM proporcionam um grande precedente para os ODS se basear, e o processo para desenvolver um novo conjunto de objetivos deve se inspirar dos sucessos e lições aprendidas de tanto a criação como a implementação dos ODM. Alguns dos principais pontos fortes, pontos fracos, e lições aprendidas do quadro dos ODM são resumidos na Tabela 1 abaixo.



19 Nações Unidas (2013), Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio 2013. Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf>

20 Nações Unidas (2013), Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio 2013. Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf>

21 Nações Unidas (2013), Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio 2013. Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf>

22 Relatório da Força Tarefa sobre as Lacunas dos ODM 2013. Comunicado de Imprensa. Disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/2013_Gap_Report/2013_MDGs_Gap_Task_Force_Report_press_release.pdf

23 Documento Final do Evento Especial para a Realização dos ODM, 25 de setembro de 2013: http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Outcome_documentMDG.pdf


TABELA 1: Pontos fortes, pontos fracos, e lições aprendidas a partir do quadro dos ODM²⁴

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	LIÇÕES PARA OS ODS
CONCEPTUALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO QUADRO DOS ODM		
- Políticas influenciadas por dar prioridade e significado operacional a várias dimensões do desenvolvimento humano; - Foco em questões morais e práticas - Forneceu um ponto de referência comum para os diversos atores, assim, reforçando a parceria global para o desenvolvimento e direcionando recursos globais e nacionais para a redução da pobreza e desenvolvimento humano; - Gerou interesse sobre as questões da pobreza e fortaleceu os compromissos internacionais para enfrentar as necessidades dos países em desenvolvimento.	- Falta de consultas no estágio da concepção levou à falta de apropriação e percepção de uma agenda centrada no doador; - Excluiu algumas questões importantes previstas na Declaração do Milênio, por exemplo, a paz, governança, direitos humanos; - Incorporação inadequada de outras questões importantes, tais como a sustentabilidade ambiental, o emprego produtivo e decente, desigualdade; - Definiu resultados do desenvolvimento humano, ao invés de oportunidades para superar a pobreza; - Três dimensões do desenvolvimento sustentável foram mal integradas e interligações não foram reconhecidas; - O foco foi limitado a países em desenvolvimento e a ajuda, e não universal.	- Deve ser baseado em amplas consultas e facilitar a propriedade e ampla aceitação; - Governança, o Estado de direito, e a paz e segurança devem ser refletidas nos ODS; - Reconhecer o papel do desenvolvimento, crescimento, e transformação estrutural na erradicação da pobreza; - Integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável e reconhecer as interligações e as sinergias; - Deve ser universalmente aplicável e refletir os desafios relevantes para todos os países, por exemplo padrões de consumo e produção sustentável.
FORMATO		
- Definição clara dos objetivos, metas e indicadores ajudou orientar e motivar decisões políticas e melhorar a prestação de contas; - Quadro simples, transparente, e conciso que é fácil de se comunicar; - Apoiou o desenvolvimento da capacidade estatística dos países e o uso de dados robustos de apoio às políticas de desenvolvimento; - Melhorou a coordenação estatística a nível nacional e internacional.	- Falta de atenção ao monitoramento desagregado do progresso entre grupos vulneráveis, aspectos qualitativos, e interdependências; - Tratamento de responsabilidades nacionais e internacionais visto como desequilibrado; - Falta de ênfase nas causas estruturais de base da pobreza e os facilitadores do desenvolvimento; - Metas imprecisas foram criadas para algumas dimensões, por exemplo, para a redução dos favelados e os relacionados com o ODM 8; - Falta de clareza sobre como adaptar metas globais às circunstâncias nacionais/regionais e prioridades; - Não reconheceu as diferenças nas condições iniciais de países; - Não considerou a dinâmica da população.	- Reflete abordagens de igualdade, inclusão, e direitos - Concentra-se nos mais pobres e marginalizados - Os indicadores e dados devem ser desagregados por sexo, geografia, renda, deficiência, e outras categorias - Necessidade de analisar os fatores sociais subjacentes como o consumo, estilos de vida; e também abordar valores - O processo do ODS é multilateral, e universalmente aplicável, mas as metas detalhadas provavelmente são do processo especialista; - Atenção deve ser dada às realidades nacionais e pontos de partida;
IMPLEMENTAÇÃO		
- Incentivos para mais dados e melhores dados sobre a pobreza; - Promoveu ações concretas para solucionar as deficiências de desenvolvimento humano; - Facilitou diversas formas de cooperação intra-regional e melhorou a coordenação entre atores de desenvolvimento; - Alguns países adaptaram o quadro dos ODM para refletir suas próprias realidades.	- A concentração no monitoramento pode ocultar a análise das razões pelo sucesso/fracasso - Resultou em agendas rígidas de política nacional sendo definidas, seguindo referências internacionais em vez de realidades nacionais; - Políticas e programas não consideraram as sinergias entre a consecução dos diferentes objetivos e metas; - Poucas medidas de qualidade e mecanismos de responsabilização relativamente fracos. - A medida do progresso 'on/off-track' falhou em considerar adequadamente os progressos realizados pelos países, apesar de não atingir as metas.	- Novos dados necessários, incluindo sobre a qualidade, além do PIB; - Necessidade de desagregar dados para refletir as desigualdades subjacentes; Mais clareza sobre como ajustar metas globais às realidades nacionais; - Necessidade de construção de informações baseadas em ciência e partilha de conhecimentos.

24 Adaptado da Equipe de Trabalho do Sistema ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (2012), Análise das contribuições da agenda ODM para promover o desenvolvimento: Lições para a agenda de desenvolvimento da ONU sobre o Pós-2015. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/mdg_assessment.pdf e Equipe de Suporte Técnico da ONU (2013), Sumário de Questões Temáticas: Questões Conceituais. Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1729tstissuesconceptual2.pdf>



ANEXO 2:

MODELOS DE FERRAMENTAS

As ferramentas apresentadas durante todo este kit de ferramentas de advocacia estão incluídos abaixo sob forma de modelos brancos para o seu próprio uso.

FERRAMENTA 1: TABELA DO PLANEJAMENTO DE PESQUISA (p21)

Esta simples tabela do planejamento de pesquisa pode ser utilizada em todo o seu planejamento de advocacia e implementação.

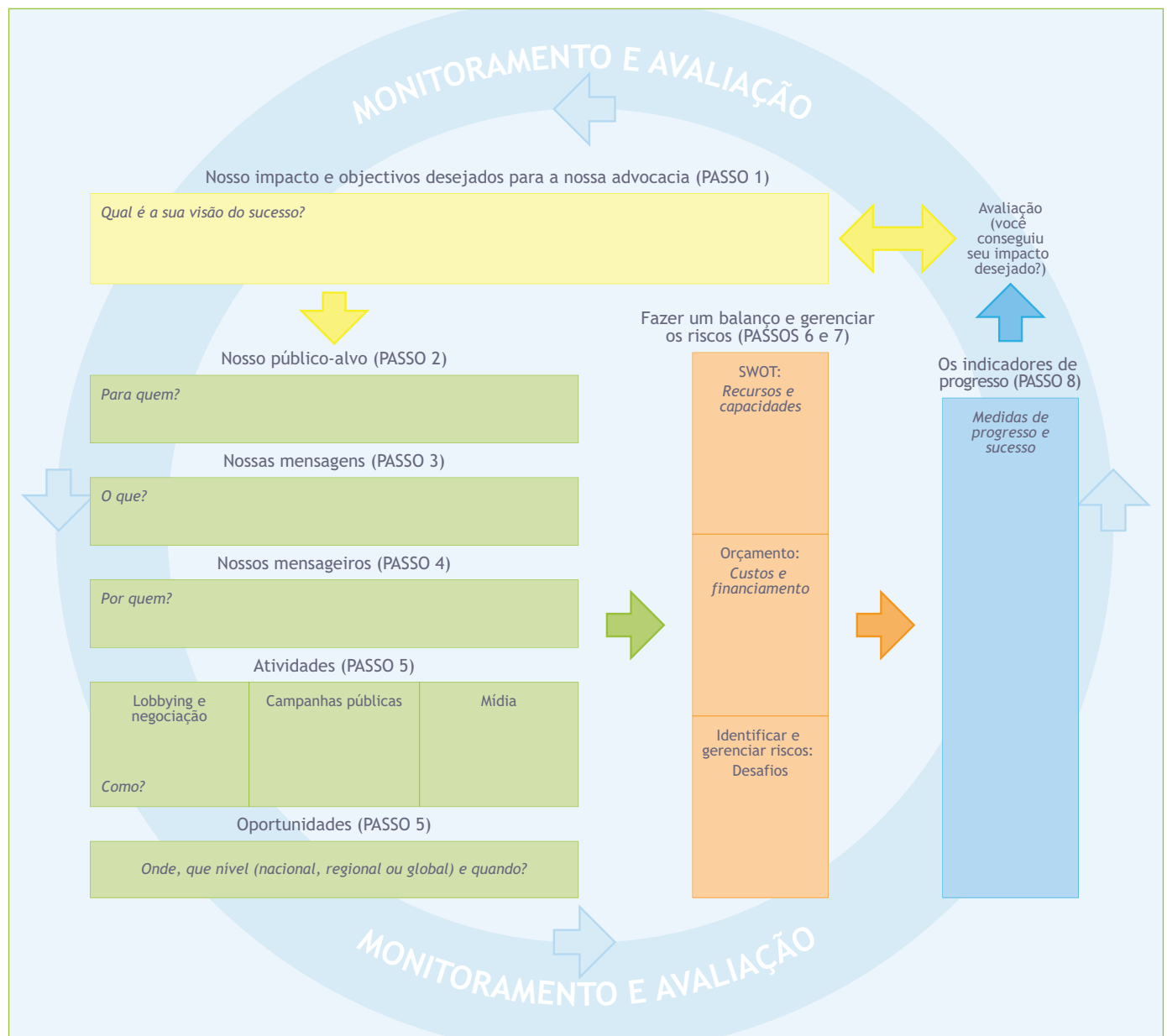
Discuta e formule as perguntas de pesquisa das quais você vai precisar ter respostas, e desagregue suas perguntas em questões de investigação mais específicas. A ferramenta também convida-o a registrar quais possíveis fontes de informação podem responder às suas perguntas e como você pode reunir mais informações.

TEMA/ PERGUNTA DE PESQUISA	SUBTEMA/ PERGUNTA DE PESQUISA	ONDE VOCÊ PODE ENCONTRAR A INFORMAÇÃO?	QUEM VAI CONTRIBUIR PARA A PESQUISA?	COMO VOCÊ IRÁ COLETAR E ANALISAR AS INFORMAÇÕES?

FERRAMENTA 2: MODELO DE PLANO DE AÇÃO (p25)

Este modelo de plano de ação molda sua estratégia de advocacia em passos claros e orientados aos resultados.

Completa cada parte do plano de ação enquanto você progride com os passos do kit de ferramentas de advocacia. Depois de ter concluído este modelo, você vai ter uma visão clara de como você pode implementar sua estratégia e alcançar seu impacto de advocacia desejado e objetivos.





FERRAMENTA 3: MATRIZ DE ESCOLHA DE QUESTÕES (p26)

A matriz de escolha de questões lhe permite analisar e priorizar possíveis problemas de advocacia. Ela funciona através da classificação de cada questão identificada contra determinados critérios.

Em primeiro lugar identifique três ou quatro possíveis questões prioritárias, com base na sua pesquisa e análise, sobre as quais você pode construir a sua estratégia de advocacia pós-2015. Em seguida, discuta cada questão, por sua vez, trabalhando através de seus critérios escolhidos para classificar cada um do 1-5 (5= eficácia máxima).

Por último, adicione os totais: a questão com mais pontos deve, em teoria, tornar-se a sua prioridade de estratégia de advocacia. No entanto, na prática, é a discussão que é fundamental, e não apenas os números. Não deve ser um processo mecânico onde apenas se soma os números. O ideal é que você e seus parceiros devem decidir a questão mais importante (s), por consenso.

Você pode optar por concentrar-se em mais de uma questão-chave, de acordo com suas metas, recursos, e capacidades.

CRITÉRIOS	QUESTÃO# 1:	QUESTÃO# 2:	QUESTÃO# 3:
O seu nível de preocupação com esta questão (O quão importante você pensa que ela deve ser abordada?)			
A questão se alinha com os objetivos e missão da sua organização/coalização?			
Potencial para você e seus parceiros agregar valor a outras vozes de stakeholders (São muitos outros que já atuam sobre esta questão? Está o espaço superlotado?)?			
Você têm a mobilização de recursos necessária para enfrentar esta questão			
Essa questão se encaixa com a experiência de você e seus parceiros			
Mais critérios aqui ...			
TOTAL			



FERRAMENTA 4: **MÁTERIA DE CAPA DE JORNAL** (p28)

Esta ferramenta de visão criativa requer que você imagine como seria o seu impacto positivo em setembro de 2015 se tudo que você queria de sua estratégia de advocacia foi acordado. A ferramenta também funciona bem como um exercício de construção de equipe, para estabelecer uma visão comum entre os parceiros.

Construa a primeira página de um jornal com uma manchete cativante e notícias que retratam o resultado que você quer ver a partir da sua estratégia de advocacia.

[TÍTULO]	
[HISTÓRIA PRINCIPAL]	[DATA] [CONT...]
Certifique-se de guardar as matérias de capa em um lugar seguro- em setembro de 2015, você pode compará-las com as verdadeiras histórias relatadas e isso pode ser utilizada como uma medida de sucesso.	

FERRAMENTA 5: IDENTIFICANDO E ANALISANDO SEU PÚBLICO-ALVO (p30)

Esta ferramenta ajuda você a identificar e analisar os decisores e outros alvos importantes para sua estratégia de advocacia.

Depois de ter identificado sua questão de prioridade (usando Ferramenta 3), identifique indivíduos e instituições-chave, e analise a sua influência, atitude, e nível de apoio em relação às suas prioridades. Agrupando esta informação pode esclarecer quem pode ser aliados, adversários, ou alvos, e ajudar você a priorizar e formular estratégias.

Classifique indivíduos-chave e instituições de 1 a 5 para priorizar suas metas- aqueles com as maiores pontuações se tornaram o seu público(s)-alvo.

Considere em sua análise:

- Aqueles que têm mais influência, mas estão mais contra a sua questão(ões) de prioridade serão aqueles que precisam de mais argumentos convincentes;
- Aqueles com a maior influência e que estão em favor de sua questão (ões), tendem a ser aliados-chave;
- Aqueles com alta influência, que são neutros em sua questão prioritária, poderia muito bem ser seus alvos principais.

GOVERNO/ ORGANIZAÇÃO/ NOME (mais os detalhes de contato)	QUANTO CONHECIMENTO ELES TÊM SOBRE A SUA QUESTÃO PRIORITÁRIA? Avalie com 1 (baixo) -5 (alto), ou qualitativamente	QUANTA INFLUÊNCIA ELES TÊM SOBRE A SUA QUESTÃO PRIORITÁRIA? Avalie com 1 (baixo) -5 (alto), ou qualitativamente	QUAL É SUA ATITUDE EM RELAÇÃO À SUA QUESTÃO PRIORITÁRIA? Avalie com 1 (muito contra) -5 (muito a favor), ou qualitativamente	QUÃO IMPORTANTE É A SUA QUESTÃO PRIORITÁRIA PARA ELES?: Avalie com 1 (baixo) -5 (alto), ou qualitativamente	PONTUAÇÃO TOTAL / RESUMO DOS JULGAMENTOS QUALITATIVOS (Maior = provável alvo)	PROVÁVEL QUE SEJA UM ALIADO/ OPONENTE/ ALVO? (veja critérios acima)

Adaptado de VSO (2012), Advocacia Participativa: Um Kit de Ferramentas para Funcionários, Voluntários, e Parceiros do VSO. Disponível em: www.vsointernational.org/Images/advocacy-toolkit_tcm76-25498.pdf e Water Aid (2007), Um Livro de Consulta da Advocacia. Disponível em: www.wateraid.org/~media/Publications/advocacy-sourcebook.ashx



FERRAMENTA 6: DESENVOLVENDO MENSAGENS SECUNDÁRIAS, BASEADAS EM EVIDÊNCIAS (p33)

Esta ferramenta irá ajudá-lo a resumir e apresentar sua mensagem de advocacia para diferentes públicos. Ela se concentra na construção de mensagens secundárias fortes que irá explicar como os objetivos de sua mensagem principal serão cumpridos.

Você pode ter várias mensagens secundárias e estes podem ser adaptados aos públicos mais amplos, e mais específicos, por exemplo, decisores, a mídia, profissionais, e o público em geral.

MENSAGEM PRINCIPAL: DECLARAÇÃO + EVIDÊNCIA + EXEMPLO + OBJETIVO + AÇÃO DESEJADA		
PÚBLICO (EXEMPLOS)	PREOCUPAÇÕES	POSSÍVEIS MENSAGENS
Tomadores de decisão (ministros do governo, legisladores, administradores, chefes de corporação)		
Público em geral		
Jornalistas		
Organizações da sociedade civil		
Doadores (fundações, agências bilaterais, agências multilaterais)		
Profissionais relacionados com questões específicas, como os sindicatos		
Líderes de opinião (líderes religiosos, chefes, e líderes tradicionais ou da comunidade)		

Adapted from UNICEF (2010), *Advocacy Toolkit: A Guide to Influencing Decisions that Improve Children's Lives*.
Available at: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf



FERRAMENTA 7: IDENTIFICANDO E PLANEJANDO OPORTUNIDADES (p36)

Para decidir quais oportunidades da agenda de desenvolvimento pós-2015 são mais apropriadas e relevantes para garantir que suas mensagens estão sendo ouvidas, a seguinte informação- que se baseia na informação da Parte 1- deve agir como uma guia.

Adapte e considere outros meios para influenciar, como você veja melhor e quando oportunidades surgem.

NÍVEL	PROCESSO	FOCO	DATA FINAL	MEIOS PARA INFLUENCIAR



FERRAMENTA 8: REGISTRO DE LOBBY (p41)

O Registro de Lobby vai ajudar você a manter o controle de quem você conhece, os seus contatos, o resultado da reunião, e qualquer outro seguimento que for necessário.

Compartilhe informações sobre as atividades de advocacia que têm sido levadas a cabo, para garantir que os membros estão atualizados sobre os últimos desenvolvimentos, que novos contatos são compartilhados, e que os membros são capazes de continuar/acompanhar discussões iniciadas por outros dentro da coalizão ou parceria.

O registro deve ser concluído após cada reunião. Seja o mais abrangente possível e adicione mais linhas à tabela, se necessário.

NOME E CARGO DO REPRESENTANTE	LOCAL E DATA DO ENCONTRO	O QUE FOI DISCUTIDO	SEGUIMENTO/ PONTOS DE AÇÃO	DETALHES DE CONTATO



FERRAMENTA 9: ANÁLISE SWOT (p44)

Esta matriz simples é comumente usada, e pode fornecer uma auto-avaliação objetiva e crítica como uma base para o planejamento.

Discuta e avalie as Forças, Fraquezas, Oportunidades, e Ameaças da sua estratégia de advocacia. Uma vez que os fatores SWOT são identificados, você deve ser capaz de melhor verificar onde estão as falhas que você precisa tratar para implementar uma estratégia de advocacia bem sucedida, e onde a capacitação possa ser necessária.

Esta é uma ferramenta versátil que pode ser utilizada várias vezes em diferentes estágios de um projeto.

	ÚTIL para alcançar o objetivo	Prejudicial para a realização do objetivo
Origem interna atributos da organização	FORÇAS S	FRAQUEZAS W
Origem externa atributos da ambiente	OPORTUNIDADES O	AMEAÇAS T



FERRAMENTA 10: CONSTRUINDO UM ORÇAMENTO (p45)

Para evitar desenvolver planos de advocacia que exigem mais recursos do que você tem disponível, é importante estabelecer um orçamento realista para suas atividades previstas.

Lembre-se de incluir os custos básicos de manutenção e do fortalecimento da capacidade de advocacia, bem como os recursos necessários para ações específicas. Algumas categorias gerais a serem consideradas em um orçamento de advocacia estão incluídos neste modelo.

Acesse o modelo através do site da DS2015 [aqui](#).

Project:	Post-2015 Advocacy Campaign					
Budget Period:	e.g. Developing advocacy plan and materials June-August 2014; ongoing advocacy to June 2015					
Budget Currency:	xxx					
Total Budget:	66,292					
	All figures in (STATE CURRENCY USED)	Unit	Unit Cost	Quantity	Total Cost	Notes
A	Staff Costs				23,450	
A1	Project Manager (PM)	Month	800	12	9,600	No. of days at prescribed hourly rate for e.g. Grade 12; spending 33% of her time on this project.
A2	Administrator	Month	900	12	10,800	No. of days at prescribed hourly rate for e.g. Grade 10; spending 50% of his time on this project.
A3	Recruitment costs	Unit	50	1	50	No. of days at prescribed hourly rate for e.g. consultant
A4	Consultant	Month	1,000	3	3,000	For developing materials Jun-Aug
B	Administration Costs				12,045	
B1	Stationery	Month	50	12	600	Estimate, based on past costs.
B2	Phone/fax	Month	200	12	2,400	Estimate, based on past costs.
B3	E-mail	Month	50	12	600	Estimate, based on past costs.
B4	Courier	Month	20	12	240	Estimate, based on past costs.
B5	Office rent	Month	500	12	6,000	50% share of total costs
B6	Electricity	Month	30	12	360	Estimate, based on past costs.
B7	Bank charges	Transfer	30	10	300	Estimate, based on past costs.
B8	Audit	Item	1,500	1	1,500	50% of audit fee paid by this project
B9	Books, manuals, publications	Lump sum	45	1	45	Estimate
B10	Other					
C	Travel				13,740	
C1	Local travel	Per trip	10	24	240	Travel by PM to 2 local meetings per month
C2	National travel	Per trip	100	12	1,200	Travel by PM to 1 national meeting per month
C3	International travel	Per trip	300	6	1,800	Travel by PM to 1 international meeting every 2 months
C4	Per diems	Per day	250	42	10,500	Assuming 2 days for national trips, 3 days for international
C5	Other				-	
D	Capital Equipment				2,000	
D1	Computer hardware (inc. printer)	Item	2,000	1	2,000	For PM
D2	Other				-	
E	Training				8,400	
E1	Training materials	Workshop	200	12	2,400	Stationery, reproduction etc. for e.g. a monthly workshop
E2	Workshop costs	Workshop	500	12	6,000	Venue, food, transport etc of participants at e.g. monthly workshop
E3	Other				-	
F	Materials Development				3,500	
F1	Design work	Unit	1,000	1	1,000	Professional design for campaign materials to be produced.
F2	Reproduction	Unit	500	5	2,500	Reproduction of 5 campaign reports
F3	Other				-	
Z	Contingency				3,157	5% of total budget up to this line (factored in automatically)
	TOTAL				66,292	



TOOL 11: ANÁLISE DE RISCOS (p46)

Esta ferramenta fornece orientações sobre como analisar riscos que podem surgir na sua estratégia de advocacia, ou seja avaliar os problemas que você pode encontrar, e como você pode gerenciar ou mitigar estes.

Em primeiro lugar, considere tanto os riscos internos e externos da sua estratégia- os problemas que você pode enfrentar dentro de suas parcerias ou coligação (por exemplo, a falta de mobilização de recursos ou custos adicionais associados) e os problemas que você pode ter externamente, problemas que podem estar fora do controle da equipe de estratégia (por exemplo, um governo que perdeu uma eleição ou mudanças nos processos formais pós-2015 conduzidos pela ONU).

Depois de ter identificado os possíveis riscos internos e externos para a sua estratégia de advocacia pós-2015, avalie a probabilidade de que eles podem ocorrer, o impacto que podem ter sobre a estratégia e decida como gerir ou mitigar esses riscos, tanto quanto possível.

RISCOS <i>Possível ameaça</i>	PROBABILIDADE <i>Probabilidade de ocorrência (1=baixo,5=alto)</i>	IMPORTÂNCIA <i>(1=baixo,5=alto)</i>	NÍVEL DE RISCO TOTAL <i>(importância x probabilidade)</i>	MITIGAÇÃO <i>Passos para mitigar</i>
RISCOS INTERNOS				
RISCOS EXTERNOS				

Adaptado do VSO (2012), Advocacia Participativa: Um Kit de Ferramentas para Funcionários, Voluntários, e Parceiros da VSO.
Disponível em: www.vsointernational.org/Images/advocacy-toolkit_tcm76-25498.pdf

TOOL 12: LISTA DE CONTROLO DE PLANEJAMENTO (p47)

Esta lista de controlo de planeamento irá ajudá-lo a avaliar se o seu plano proposto é realista e adequado para alcançar o impacto desejado.

1. Você está pronto para implementar o seu plano? Você está claro sobre seus objetivos? Você tem as suas evidências? Você conhece o seu público (s)? Você tem bons contatos? Você sabe que atividades você vai realizar? Você já decidiu que tipo (s) de campanha de advocacia você vai usar (por exemplo, o lobbying/negociação; campanhas públicas; ou trabalho com a mídia)?

2. O que você está esperando de seus parceiros/contatos? Você tem certeza das aspirações, valor agregado e preparação deles? O que vai acontecer se eles desistem?

3. Que recursos - financeiros, técnicos, humanos- estão disponíveis? Quais são as implicações de recursos para o seu plano? Você precisa incluir alguma capacitação?

4. Há algum risco? Como suas atividades afetam a reputação da sua organização? Como isso pode afetar o seu financiamento para fazer outras atividades? Você pode perder pessoal valioso? Poderia outros parceiros atuais não querer mais trabalhar com você? O que você pode fazer para mitigar os resultados negativos?

5. O que você faria se as coisas não correram como planejado? Quais são suas alternativas, planos de contingência, ou posições de plano B? As condições externas podem mudar e você pode ter que repensar seus planos- ser flexível para estar preparado para isso.

Adaptado do UNICEF (2010), *Kit de Ferramentas de Advocacia: Uma Guia Para Influenciar Decisões Que Melhoram a Vida das Crianças*. Disponível em: www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf



ANEXO 3: LEITURA ADICIONAL

PARTE 1: AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

Beyond2015 (2014), *Think piece on the post-2015 agenda*. Available at: <http://bit.ly/SD7ObX>

Beyond2015 (2014), *Values and targets working document*. Available at: <http://www.beyond2015.org/document/beyond-2015-values-and-targets>

IGES (2014), *Webinar presentation on goals and targets*. Available at: <http://bit.ly/QhCLjT>

IRF (2013), *Towards a Transformative Post-2015 Development Agenda*. Available at: <http://bit.ly/1s6v64b>

IRF (2014), *Goals, Targets and Indicators: Definitions and key concepts for the post-2015 development agenda*. Available at: <http://bit.ly/1iuCBfQ>

Major Groups and Other Stakeholders (2014), *Compilation Document on Goals and Targets*. Available at: <http://bit.ly/1m1tVDb>

Open Working Group on SDGs (2014), *A definitional note on goals and targets*. Available at: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/7417presentation.pdf>

Open Working Group on SDGs (2014), *Encyclopedia Groupinica: A Compilation of Goals and Targets Suggestions from OWG-10*. Available at: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/3698EncyclopediaGroupinica.pdf>

SD2015 (2014), *Tests of Success for the SDGs: A tool for designing and assessing sustainable development goals and targets*. Available at: <http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/SDGsTestsOfsuccess.pdf>

SD2015 (2014), *SDGs focus areas: Stakeholder proposals for goals and targets*. Available at: <http://bit.ly/1i2jn5E>

SD2015 (2014), *Webinar presentation on SDGs e-Inventory analysis of stakeholder proposals for goals and targets*. Available at: <http://bit.ly/1m1qMDq>

SDSN (2014), *Principles for Framing Sustainable Development Goals, Targets, and Indicators*. Available at: <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2014/04/140403-Principles-for-Framing-SDGs.pdf>

SDSN (2014), *Indicators for Sustainable Development Goals*. Available at: <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2014/02/140214-SDSN-indicator-report-DRAFT-for-consultation2.pdf>

UNDG (2013), *A Million Voices: The World We Want: A Sustainable Future with Dignity For All*. Available at: <http://www.worldwewant2015.org/bitcache/cb02253d47a0f7d4318f41a4d11c330229991089?vid=422422&disposition=inline&op=view>

PARTE 2: DESENVOLVENDO UMA ESTRATÉGIA DE ADVOCACIA

Bond (2010), *How to Guide: Advocacy and Campaigning*. Available at: <http://www.bond.org.uk/resources.php/45/how-to-guide-advocacy-and-campaigning>

CIVICUS (2011), *MDG Campaigning Toolkit*. Available at: http://www.civicus.org/new/media/MDG_Toolkit_complete.pdf

CIVICUS (2013), *Enabling Environment Index*. Available at: https://civicus.org/eei/downloads/Civicus_EEI%20REPORT%202013_WEB_FINAL.pdf

Global Policy Forum (2013), *Whose Development, Whose UN?* Available at: <http://www.globalpolicy.org/component/content/article/222-un/52550-friedrich-ebert-stiftung-publishes-paper-whose-development-whose-un.html>

ODI (2006), *Mapping Political Context: A Toolkit for Civil Society Organisations*. Available at: <http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/186.pdf>

Organisational Research Services (2007), *A Guide to Measuring Policy and Advocacy*. Available at: <http://www.aecf.org/upload/PublicationFiles/DA3622H5000.pdf>

SD2015 (2014), *Engaging with the Media: A companion to the advocacy toolkit for influencing the post-2015 Development Agenda*. Available at: <http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/Engagingwiththemedias.pdf>

TCC Group (2009), *What Makes An Effective Advocacy Organisation: A Framework for Determining Advocacy Capacity*. Available at: http://www.calendow.org/uploadedFiles/Publications/Policy/General/EffectiveAdvocacy_FINAL.pdf

UNDP (2004), *The Blue Book: A Hands On Approach to Advocating for the Millennium Development Goals*. Available at: http://www.undg.org/archive_docs/6813-Blue_Book__a_hands-on_approach_to_advocating_for_the_MDGs.pdf

UNICEF (2010), *Advocacy Toolkit: A Guide to Influencing Decisions that Improve Children's Lives*. Available at: http://www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit.pdf

UNICEF (2010), *Monitoring and Evaluating Advocacy: Companion to the Advocacy Toolkit*. Available at: http://www.unicef.org/evaluation/files/Advocacy_Toolkit_Companion.pdf

VSO (2012), *Participatory Advocacy: A Toolkit for VSO Staff, Volunteers and Partners*. Available at: http://www.vsointernational.org/Images/advocacy-toolkit_tcm76-25498.pdf

VSO (2012), *START: Simple Toolkit for Advocacy Research Techniques*. Available at: http://www.vsointernational.org/Images/start-toolkit-advocacy-research-rebrand_tcm76-21106.pdf

Water Aid (2007), *The Advocacy Sourcebook*. Available at: <http://www.wateraid.org/~media/Publications/advocacy-sourcebook.ashx>

Water Aid (2012), *Post-MDGs Toolkit*. Available at: <http://www.wateraid.org/get-involved/campaigns/post-2015/toolkit>

RECURSOS-CHAVE DA INTERNET:

SD2015: <http://www.SD2015.org/>

UN Sustainable Development Knowledge Platform:
<http://sustainabledevelopment.un.org/>

OUTROS SITES ÚTEIS:

Beyond2015: <http://www.beyond2015.org/>

End Poverty 2015 Millennium Campaign:
<http://www.endpoverty2015.org/>

Independent Research Forum 2015: <http://www.irf2015.org/>

General Assembly of the United Nations:
<http://www.un.org/en/ga/>

International Forum of National NGO Platforms (IFP):
<http://www.ong-ngo.org/en>

International Institute for Sustainable Development (IISD):
<http://www.iisd.org/>

Sustainable Development Goals e-Inventory:
<http://www.sdgseinventory.org/>

Sustainable Development Solutions Network (SDSN):
<http://unsdsn.org/>

United Nations Development Group: <http://www.undg.org/>

United Nations Millennium Project:
<http://www.unmillenniumproject.org/goals/>

United Nation Regional Commissions:
<http://www.regionalcommissions.org/>

World We Want 2015: <http://www.worldwewant2015.org/>

www.SD2015.org

Produzido com o apoio financeiro da:



SUSTAINABLE DEVELOPMENT 2015
Putting stakeholders at the core of post-Rio+20 processes